

*Plano e Programa de
Investimentos e Despesas de
Desenvolvimento da
Região Autónoma da Madeira
2000*

PIDDAR 2000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

Região Autónoma da Madeira
Governo Regional

PLANO E PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
E DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA
REGIÃO AUTÓNOMA
DA MADEIRA

PIDDAR
2000

ERRATA AO PIDDAR 2000 (CONT. - 2)

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA (CONT. 3)

Obras Diversas de Conservação do Património da RAM 1994-00	TOTAL CAP. 50 O.R	143 719 143 719					209 035 209 035
APOIO A MUSEUS E CASAS DE CULTURA SE: SRT Nº. PROJS: 10	TOTAL CAP. 50 O.R	339 015 339 015					632 788 632 788
Casa das Mudanças 1996-00	TOTAL CAP. 50 O.R	5 446 5 446					21 912 21 912
Museu Etnográfico da Madeira (Ribeira Brava) 1995-00	TOTAL CAP. 50 O.R	55 125 55 125					84 920 84 920
Museu de Arte Contemporânea - Forte de São Tiago 1995-00	TOTAL CAP. 50 O.R	62 366 62 366					87 557 87 557
Museu de Arte Sacra 1988-00	TOTAL CAP. 50 O.R	59 225 59 225					92 841 92 841
Fotografia-Museu Vicentes 1995-00	TOTAL CAP. 50 O.R	16 372 16 372					43 653 43 653
Casa-Museu Cristóvão Colombo 1995-00	TOTAL CAP. 50 O.R	2 270 2 270					20 715 20 715
Museu Quinta das Cruzes 1995-00	TOTAL CAP. 50 O.R	54 657 54 657					105 154 105 154
Solar São Cristóvão 1997-00	TOTAL CAP. 50 O.R	3 447 3 447					15 042 15 042
Casa Museu Frederico de Freitas 1997-00	TOTAL CAP. 50 O.R	80 107 80 107					139 171 139 171
APOIO AO SERVIÇO PÚBLICO DE BIBLIOTECAS E ARQUIVO SE: SRT Nº. PROJS: 3	TOTAL CAP. 50 O.R	26 232 26 232					46 500 46 500
Biblioteca de Documentação Contemporânea 1997-00	TOTAL CAP. 50 O.R	9 799 9 799					15 130 15 130
Arquivo Regional 1995-00	TOTAL CAP. 50 O.R	13 524 13 524					26 145 26 145
Biblioteca de Culturas Estrangeiras 1997-00	TOTAL CAP. 50 O.R	2 909 2 909					5 225 5 225
FESTIVAIS CULTURAIS SE: SRT Nº. PROJS: 4	TOTAL CAP. 50 O.R	110 169 110 169					182 730 182 730
Festival de Música da Madeira 1992-00	TOTAL CAP. 50 O.R	80 939 80 939					118 467 118 467
Outros Festivais (Regionais) 1998-00	TOTAL CAP. 50 O.R	29 230 29 230					47 163 47 163
DIVULGAÇÃO E APOIO À ACTIV. ARTÍSTICA E CULTURAL SE: SRT Nº. PROJS: 4	TOTAL CAP. 50 O.R	703 999 703 999					1 200 694 1 200 694
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA (CONT. 4)							
Publicação de Edições Culturais 1994-00	TOTAL CAP. 50 O.R	91 056 91 056					143 621 143 621
Divulgação da Actividade Artística 1995-00	TOTAL CAP. 50 O.R	44 208 44 208					85 939 85 939
Apoio a Iniciativas Culturais 1998-00	TOTAL CAP. 50 O.R	568 735 568 735					689 484 689 484

ERRATA AO PIDDA 2000 (CONT. 3)

CAPÍTULO 3 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS E ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

O Quadro III - 6, Secretaria Regional dos Recursos Humanos, sofre, nas colunas "Executado até 1998" e "1999 Exec. até 31 Out.", as seguintes alterações:

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

(CONTOS)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDA						Total
		Executado até 1998	1999 (Exec. até 31 Out)	2000	2001	2002	Anos Seguintes	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL	1 249 824	423 693					5 917 174
	CAP. 50 O.R	1 249 824	423 693					5 873 824
PROJECTOS EM CURSO	TOTAL	1 249 824	423 693					5 724 816
	CAP. 50 O.R	1 249 824	423 693					5 681 466
PROJECTOS NOVOS	TOTAL							
	CAP. 50 O.R							
SECTOR: INDÚSTRIA	TOTAL	32 131	10 297					548 131
	CAP. 50 O.R	32 131	10 297					504 781
DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO REGIONAL	TOTAL	32 131	10 297					548 131
	CAP. 50 O.R	32 131	10 297					504 781
SE: IBTAM	Nº. PROJ.S. 3							
Reestruturação do Artesanato Regional - Bonificação de Juros para Saneamento Financeiro das Empresas	TOTAL	2 131						4 328
	CAP. 50 O.R	2 131						4 328
1993-00								
Incentivos às Acções Promocionais e à Exportação de Artesanato Regional	TOTAL	0	0					124 110
	CAP. 50 O.R	0	0					110 760
1998-04	COFIN REGIS II							

ERRATA AO PIDDAR 2000 (CONT. 4)

CAPÍTULO 3 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

O Quadro III - 7, Secretaria Regional da Educação, sofre, nas colunas "Executado até 1998" e "1999 Exec. até 31 Out.", as seguintes alterações:

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(CONTOS)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
	Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL	31 827 448	10 364 103				104 230 812
	CAP. 50 O.R.	20 690 316	5 936 841				63 127 055
PROJECTOS EM CURSO	TOTAL	31 827 448	10 364 103				98 616 162
	CAP. 50 O.R.	20 690 316	5 936 841				57 512 405
PROJECTOS NOVOS	TOTAL						
	CAP. 50 O.R.						

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO (CONT. 3)

SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL	14 285 342	5 334 492				54 527 489
	CAP. 50 O.R.	3 146 210	907 230				13 423 732
PROGRAMAS POR INICIATIVA DE OUTRÉM-FSE	TOTAL	11 050 263					39 694 532
SE: Fundo Autónomo FSE Nº. PROJUS: 1	CAP. 50 O.R.	532					19 067
Programas Por Inicialtiva de Outrém-FSE	TOTAL	11 050 263					39 694 532
COFIN	CAP. 50 O.R.	532					19 067
1997-06							
PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO INTERREGIONAL NO DOMÍNIO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DO EMPREGO	TOTAL	43 679	105 978				1 112 668
SE: SRE Nº. PROJUS: 3	CAP. 50 O.R.	15 046	26 495				282 293
Programa "Leonardo Da Vinci"	TOTAL	0					269 489
COFIN PIC-FSE	CAP. 50 O.R.	0					67 372
1995-06							
Programa "Equal"	TOTAL	40 751					573 751
COFIN PIC-OIC	CAP. 50 O.R.	12 116					145 368
1996-06							
Outros Programas Comunitários	TOTAL	2 928	25 000				269 428
COFIN PIC-OIC	CAP. 50 O.R.	2 928	6 250				69 553
1996-06							

ÍNDICE

	Págs.
INTRODUÇÃO	1
1. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE ACÇÃO PARA 2000	3
1.1. Agricultura e Pecuária	3
1.2. Florestas	9
1.3. Pesca e Aquicultura	12
1.4. Indústria, Artesanato, Comércio e Serviços	15
1.5. Turismo	21
1.6. Energia	23
1.7. Transportes	25
1.8. Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico	27
1.9. Sociedade da Informação	29
1.10. Educação e Formação Profissional	31
1.11. Emprego	35
1.12. Trabalho	36
1.13. Juventude	37
1.14. Desporto	38
1.15. Cultura	39
1.16. Comunidades Madeirenses	42
1.17. Saúde	43
1.18. Segurança Social	45
1.19. Defesa do Consumidor	46
1.20. Habitação e Urbanismo	47
1.21. Ambiente	50
1.22. Modernização da Administração Pública	54
2. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	56
3. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS E ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	60



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Tendo em conta os desafios resultantes de um contexto internacional em permanente mutação e de um processo de integração a nível do espaço da União Europeia marcado, simultaneamente, por aprofundamento e alargamento, a Região Autónoma da Madeira, no sentido de potenciar oportunidades e sustentar a dinâmica de desenvolvimento alcançada, deverá adoptar novas orientações estratégicas por forma a, por um lado, superar as ainda existentes debilidades e insuficiências da base económica e social e, por outro, reforçar a sua capacidade de afirmação em áreas de especialização estratégica, onde existem ou possam ser criadas vantagens comparativas e condições de competitividade na economia global onde se insere.

Essas orientações estratégicas então consubstanciadas no Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o período 2000-2006 assim como as inerentes políticas a implementar nesse período, as quais visam a prossecução dos grandes objectivos definidos para a Região Autónoma da Madeira:

- Reforçar a competitividade e posicionamento geo-estratégico da economia madeirense;
- Promover o emprego e a empregabilidade do potencial humano;
- Assegurar a melhoria da qualidade de vida e preservar os valores ambientais.

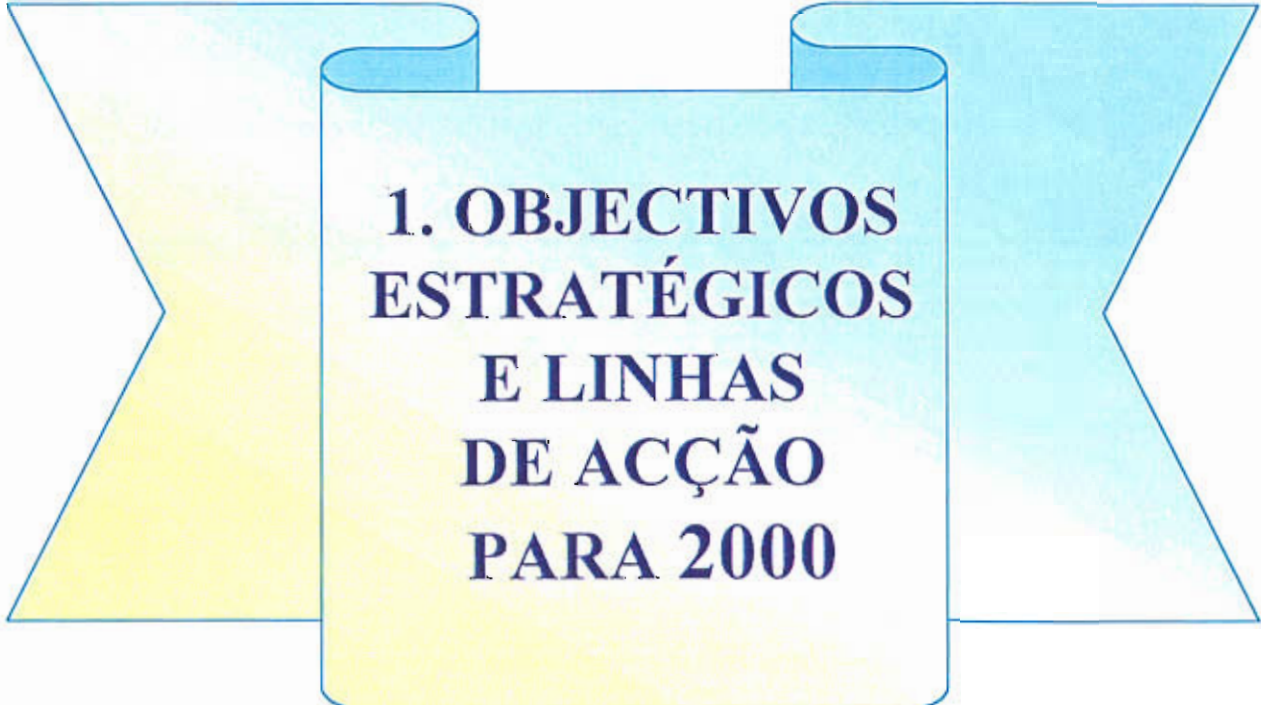
O Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira (PIDDAR) para o ano 2000 enquadra-se tanto no Programa de Governo 1997-2000 como no Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o período 2000-2006 e marca, portanto, o início de um novo período de desenvolvimento em que, a par da consolidação da base económica e social da Região (em coerência com os planos anteriormente implementados), se procurará explorar as novas oportunidades que se apresentam à Região no sentido de um melhor posicionamento na economia mundial.

Assim, para a concretização de acções que vinham a ser desenvolvidas e para a implementação de políticas que se enquadram nas novas orientações estratégicas, contribuem os investimentos a realizar no âmbito do PIDDAR 2000, que totalizam 108 milhões de contos, prevendo-se apoios da União Europeia ao abrigo, nomeadamente de:

- Programas de âmbito nacional;

- Programas de iniciativa comunitária, que deverão contemplar intervenções específicas em economias insulares ultraperiféricas;
- Outros apoios ou iniciativas complementares, ao abrigo do Estatuto das Regiões Ultraperiféricas previsto no n.º 2 do art.º 299.º do Tratado de Amsterdão;
- Apoios do Fundo de Coesão;
- Programa Operacional Plurifundos 1994-99 (a encerrar no decurso de 2000) e Programa Operacional 2000-2006 (em fase de análise na Comissão Europeia), os quais, pela sua dimensão financeira, constituem o principal instrumento de prossecução da estratégia de desenvolvimento definida para a Região.

No capítulo 1 estão definidos os objectivos específicos e correspondentes linhas de actuação a nível sectorial que, por sua vez, se enquadram nos objectivos gerais estabelecidos no PDES 2000-2006.



**1. OBJECTIVOS
ESTRATÉGICOS
E LINHAS
DE ACÇÃO
PARA 2000**

1.1. AGRICULTURA E PECUÁRIA

No mês de Janeiro de 1999 ocorreram na ilha da Madeira condições meteorológicas de características e intensidades pouco vulgares que ocasionaram graves prejuízos em todas as culturas da ilha da Madeira, com excepção das que se encontravam em repouso vegetativo, como a vinha e as fruteiras de clima temperado. Ao contrário do inicialmente previsto, o temporal não provocou estragos significativos ao nível das infra-estruturas.

No caso específico da cultura da banana, é de referir que o potencial de produção foi afectado, em virtude da acção do vento ter partido ou arrancado bananeiras numa área de 300 hectares. Todavia, excepcionando alguns casos, não se verificou a destruição total de bananais, tendo-se constatado que em média a área destruída representou cerca de 20% da área da parcela.

Após o temporal, o ano agrícola foi marcado por um regime hídrico extremamente desfavorável, pelo que se prevê uma quebra significativa das produções agrícolas, com excepção da cultura da vinha onde se espera um ano excepcional, quer qualitativa, quer quantitativamente.

No sentido de promover a diversificação da oferta de produtos no sector vitivinícola, entrou em funcionamento a Adega de São Vicente, estrutura vocacionada para a produção de vinho de mesa, prestando serviços aos viticultores desde a vinificação ao engarrafamento do produto final. As uvas e o vinho obtido devem respeitar as regras definidas na Portaria n.º. 86/99, que estipula os requisitos a que devem obedecer os vinhos por forma a serem reconhecidos como provenientes da denominação de origem “madeirense”.

No seguimento da política de apoio à comercialização das produções regionais foram concluídos em 1999, o Centro de Abastecimento Horto-Frutícola dos Prazeres (Calheta) e o Centro de Abastecimento Hortícola da Santa (Porto Moniz).

A influência positiva dos centros de abastecimento agrícola na regularização dos preços dos produtos agrícolas foi claramente demonstrada com a entrada em funcionamento do Centro de Abastecimento Horto-Frutícola de Santana, nomeadamente no sector da batata.

Num ano de excedente de oferta de batata no mercado europeu, pelo facto de se ter proporcionado aos produtores regionais condições de armazenagem, conservação e concentração da oferta

facilitou-se o estabelecimento de contratos de fornecimento com operadores da área da distribuição, evitando-se uma quebra das cotações de batata à produção.

O ano de 1999 foi ainda marcado pela condenação por parte da Organização Mundial do Comércio da vertente externa da OCM banana, a qual já tinha sido alterada em Junho de 1998.

Durante o primeiro semestre foi aprovada a Reforma da Política Agrícola Comum, no âmbito da Agenda 2000, a qual alterou profundamente as condições e os níveis de apoio aos investimentos financiados pelo FEOGA, as ajudas ao desenvolvimento rural, reformando também diversas organizações comuns de mercado, nomeadamente dos cereais, leite, bovinos e vinha, cujo impacto só se sentirá após 31 de Dezembro de 1999.

A dinâmica que o Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural do POPRAM II ganhou junto dos potenciais beneficiários conduziu a que o Comité de Acompanhamento do QCA II aprovasse um reforço da componente FEOGA do POPRAM II em 4,023 MEUROS. Todavia este reforço permitiu apenas colmatar 25% das necessidades do programa, já que existem em carteira mais de meio milhar de projectos de investimento privados e públicos a aguardar aprovação, a que corresponde um investimento global superior a 6 milhões de contos.

Em 1999, foi publicado pelo Instituto Nacional de Estatística o Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 1997, onde é possível obter indicações da evolução que o sector agrícola tem tido nos últimos anos.

Se, por um lado se verifica uma redução do número de explorações, motivada fundamentalmente pela sua localização em áreas de difícil acesso e pela retirada importante de terras antes afectas à agricultura (por via da expansão da urbanização ou da implantação de infra-estruturas), constata-se por outro lado, relativamente às margens brutas (indicador do rendimento líquido potencial da exploração), uma evolução extremamente positiva. Assim, se em 1995, a Margem Bruta Líquida média por exploração se cifrava em 460 contos, esse valor em 1997 já era de 954 contos.

Tendo sido em 1999 que se iniciou um novo ciclo de negociações no âmbito da OMC visando a liberação dos mercados, mantém-se a tendência de globalização e internacionalização das trocas comerciais. Deste modo, no sentido de fazer face aos novos desafios, foi reforçada a política de promoção de qualidade dos produtos agrícolas, única forma de aumentar a competitividade desses produtos, quer no mercado regional, quer no exterior.

É de salientar também a criação e implementação de um logotipo específico para os produtos de qualidade das Regiões Ultraperiféricas, previsto no Programa POSEIMA.

Tem igualmente sido reforçado o papel insubstituível que a agricultura assume na preservação do ambiente e da paisagem rural, bem como no ordenamento do território ao promover a fixação da população no espaço rural, pelo que tem ganho cada vez mais relevo a criação de fontes de rendimento e oportunidades de emprego complementares como o turismo rural, actividades ao ar livre, etc.

O apoio que o Centro de Reprodução Animal tem prestado aos produtores e agricultores, quer na forma de venda de animais a preços de fomento, quer na forma de cedências de animais, tem criado uma enorme pressão sobre a sua capacidade de resposta, que não tem sido acompanhada, na mesma proporção, por investimentos geradores de maior produção e produtividade. Apesar disso o leite produzido no CRA tem tido uma importância crescente no conjunto da produção regional.

O Centro de Reprodução Animal iniciou recentemente a produção de cavalos puro-sangue lusitanos. A criação e exploração de cavalos é considerada como uma das produções pecuárias mais importantes nos próximos anos, quer pela sua utilização no desporto e lazer, quer em diversas profissões, nomeadamente no policiamento urbano e rural.

A produção de queijo no Centro de Ovinicultura da Madeira (COM) tem vindo a aumentar nos últimos anos devido à melhoria das condições técnicas de manejo dos ovinos e caprinos. O COM tem também fornecido, a preço de fomento, animais destinados à reprodução. No entanto os pedidos de aquisição de animais têm aumentado de tal forma que já ultrapassam a capacidade de resposta actual.

A acreditação do Laboratório Regional de Veterinária nas várias áreas que lhe estão consignadas, em particular no campo da microbiologia alimentar e da química dos alimentos será de importância vital no controlo de qualidade dos produtos alimentares de origem animal. O processo de acreditação deverá ser uma realidade com a conclusão da construção do novo laboratório.

A **estratégia** de actuação para o sector agrícola tem como grande princípio o de reforçar o carácter multifuncional que a agricultura assume na Região, nomeadamente através das suas fun-

ções de produção, conservação e embelezamento da paisagem, de ocupação e povoamento do território, de regeneração e renovação de recursos.

Os objectivos de preservação do ambiente e da paisagem rural só serão conseguidos com a manutenção dos agricultores e da sua actividade produtiva pelo que, atendendo às adversidades que caracterizam o sector na Região, os apoios a conceder não assumirão uma forma de solidariedade assistencial, mas um meio de afectação de recursos a uma actividade essencial para o desenvolvimento harmonioso da Região.

Assim, a estratégia a desenvolver assenta nos seguintes grandes **objectivos**:

- Reforço da competitividade económica das produções regionais, quer ao nível do mercado local, quer ao nível do mercado externo;
- Manutenção e melhoria das condições de vida e de trabalho das populações rurais;
- Diversificação das actividades económicas no meio rural;
- Garantia da sustentação de explorações de pequena dimensão que desempenhem uma importante função de equilíbrio ambiental e de composição da paisagem;
- Promoção da produção pecuária no âmbito do Centro de Reprodução Animal e do Centro de Ovinicultura da Madeira;
- Promoção das acções de controlo de qualidade dos produtos de origem animal.

Para a prossecução dos objectivos atrás referidos, as **acções** a desenvolver inserem-se nas seguintes linhas de actuação:

No domínio das infra-estruturas envolventes das explorações agrícolas

- Dar continuidade às acções que visem a melhoria da acessibilidade às explorações agrícolas, da electrificação das explorações e da melhoria das condições de aprovisionamento, distribuição e utilização de água de rega.

No domínio da produção, transformação e comercialização

- Apoiar o desenvolvimento das actividades mais rendíveis, como a bananicultura, a floricultura, a fruticultura de espécies subtropicais, a viticultura de castas europeias e a horticultura de primores;
- Incentivar o desenvolvimento de técnicas de produção alternativas, como a agricultura biológica ou a produção e protecção integradas;
- Apoiar tecnicamente o agricultor na introdução de técnicas culturais mais correctas;
- Continuar a apoiar as acções tendentes à correcção da fertilidade do solo;
- Incentivar a promoção de produtos regionais, quer a nível interno, quer a nível externo;
- Apoiar o desenvolvimento de produções com denominações de origem;
- Apoiar e realizar projectos que visem a modernização dos circuitos de transformação e comercialização de modo a estabelecer-se a conveniente interligação participativa da produção às novas estruturas de normalização e acondicionamento, como os Centros de Acondicionamento de Produtos Horto-Frutícolas de Santana e dos Prazeres e o Centro Hortícola da Santa (Porto Moniz);
- Apoiar a comercialização do vinho de mesa engarrafado com a denominação de origem “Madeirense”;
- Melhorar as estruturas de apoio à produção pecuária, nomeadamente no que respeita ao Centro de Reprodução Animal e ao Centro de Ovinicultura da Madeira.

No domínio da formação, investigação, experimentação, organização, divulgação, certificação e inspecção em matéria de fitossanidade, controle alimentar e ambiental

- Desenvolver acções de formação e informação dirigidas aos empresários agrícolas, proporcionando-lhes as necessárias condições para um conveniente desenvolvimento da actividade agrícola;

- Dar continuidade aos estudos de diversificação das produções agrícolas, na procura de alternativas que satisfaçam as exigências de mercado, bem como aos ensaios e demonstração de novas técnicas culturais;
- Prosseguir os trabalhos de controlo de qualidade e certificação dos produtos agrícolas e agro-industriais;
- Apoiar a introdução de novos métodos de controlo de pragas e doenças, de onde se destaca o controlo da mosca da fruta;
- Apoiar projectos que visem a constituição de novas cooperativas e organizações de produtores no sector agrícola ou o reforço das já existentes;
- Dar cumprimento às exigências comunitárias em matéria de controlo da qualidade dos produtos pecuários através da conclusão do Laboratório Regional de Veterinária que, com instalações adequadas, estará apto a dar resposta às solicitações do sector público e privado e às exigências comunitárias em matéria de controlo e qualidade alimentar, e da implementação do Programa de Despiste de Zoonoses da RAM, que tem por objecto o apoio às acções de profilaxia da raiva e outras parasitoses.

No domínio do desenvolvimento rural

- Participação activa no desenvolvimento económico e social das populações dos meios rurais, apoiando as suas emanações culturais, formativas e recreativas, nomeadamente ao nível das Casas do Povo, através das acções de promoção social dos meios rurais;
- Melhorar as condições de vida rural, dignificar a profissão de agricultor e trabalhador rural e promover a diversificação das fontes de rendimento do agricultor, nomeadamente através do desenvolvimento do turismo rural, do agro-turismo e de actividades de lazer ao ar livre.

No que respeita a **medidas de política** a concretizar em 2000 é de relevar a implementação e operacionalização dos dois grandes programas de apoio ao desenvolvimento do sector agrícola a serem financiados pela União Europeia, na sequência da adopção da Agenda 2000.

A ser financiado pelo FEOGA - Orientação e integrado no POPRAM 2000-2006, a Medida – Agricultura e Desenvolvimento Rural, que incorporará acções visando a modernização e reconversão das explorações agrícolas, o rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola, a transformação e comercialização, o desenvolvimento dos produtos de qualidade, as infra-estruturas, o desenvolvimento tecnológico e experimentação, os serviços agro-rurais, a preservação e valorização do ambiente, do espaço natural e do património rural e a silvicultura.

O FEOGA - Garantia financiará o Plano de Desenvolvimento Rural, o qual incluirá as medidas agro-ambientais, as de Indemnizações Compensatórias, a de Cessão de Actividade e as medidas florestais na Agricultura.

1.2. FLORESTAS

As superfícies florestadas, nas Ilhas da Madeira e Porto Santo, correspondem a cerca de 40% da totalidade das áreas das duas Ilhas.

A floresta natural da Madeira – Laurisilva – ocupa cerca de 22% da superfície da ilha da Madeira, concentrando-se, sobretudo, na vertente norte, apresentando características orográficas difíceis e onde ocorrem temperaturas mais baixas e elevada humidade. Constitui um património científico de inegável valor para o equilíbrio biológico e biofísico e de importância crucial na conservação da natureza.

A área florestal introduzida representa cerca de 18% da superfície da ilha da Madeira e 15% da do Porto Santo, sendo as espécies mais representativas, no primeiro caso, o pinheiro bravo, o eucalipto, a acácia, o castanheiro e, no segundo, o pinheiro de alepo e o cupressus macrocarpa.

No âmbito da política de desenvolvimento florestal que tem vindo a ser implementada destacam-se as seguintes intervenções:

- Acções de arborização e/ou beneficiação das florestas obedecendo a propósitos que visam fundamentalmente a diversidade biológica, a conservação e recuperação de habitats e a produção sustentável;
- Acções de detecção, prevenção e combate a incêndios florestais de modo a proteger as áreas florestais existentes;

- Acções de sensibilização e divulgação;
- Acções ligadas à criação de um sistema de informação florestal, tendo em vista a elaboração da carta florestal da RAM, da carta de risco de incêndios florestais e do plano de ordenamento florestal da RAM;
- Acções que visam a racionalização do regime silvo-pastoril através da redução da carga animal em zonas de aptidão florestal, do melhoramento do *habitat* e instalação de pastos em zonas de pastoreio ordenado, da criação de estruturas de apoio (estábulo, cercas, parques de maneo e de tratamento higio-sanitário) e de acções de sensibilização e apoio logístico aos produtores;
- Acções de valorização de áreas florestais situadas em locais de elevado interesse paisagístico, através da criação de miradouros, caminhos de acesso, da criação de áreas recreativas e de protecção de manchas de vegetação;
- Acções de repovoamento piscícola das águas interiores visando o desenvolvimento da pesca desportiva;
- Acções direccionadas ao fomento cinegético e ao ordenamento e gestão racional dos recursos cinegéticos.

A política a prosseguir visa garantir a perenidade dos recursos naturais e a diversificação de actividades em meio rural e será concretizada através do aumento da produtividade e da área dos espaços florestais, da melhoria dos sistemas de informação e, ainda, da compatibilização das múltiplas funções destes espaços, designadamente, as funções produtivas, ambientais, sociais e culturais.

As **acções** a desenvolver em 2000 inserem-se nas seguintes linhas de intervenção estratégica:

- Proceder à criação de um sistema de informação florestal como meio de melhorar a gestão das florestas;
- Elaborar o Plano Regional de Ordenamento Florestal visando o estabelecimento de normas específicas de intervenção sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais por forma a garantir a produção sustentada de bens e serviços a eles associados;

- Promover a expansão do património florestal tendo em vista aumentar e melhorar a área florestal, garantir o ordenamento florestal, (de modo a proteger a diversidade biológica e a paisagem), combater o despovoamento do meio rural e a conservação do solo e combater a erosão e regularizar os recursos hídricos;
- Proteger e conservar os diversos ecossistemas florestais de modo a reforçar a capacidade de prevenção, detecção e combate dos incêndios florestais, a reduzir os riscos e efeitos de pragas e doenças e a controlar os efeitos da poluição atmosférica;
- Racionalizar o regime silvo-pastoril visando a redução da carga animal em zonas de aptidão florestal, o melhoramento e instalação de pastagens nas zonas com aptidão silvo-pastoril e o melhoramento das infra-estruturas afectas à silvo-pastorícia e dos rebanhos que se apresentem em regime silvo-pastoril ordenado;
- Proceder ao ordenamento, exploração e conservação dos recursos cinegéticos e aquícolas em águas interiores, de modo a aumentar o número de espécies cinegéticas, a melhorar a gestão dos recursos cinegéticos, a promover a instalação de campos de treino de caça, a garantir o bom estado sanitário das populações, a melhorar as infra-estruturas de produção de peixe e a fomentar o repovoamento piscícola das ribeiras;
- Promover e desenvolver a investigação científica nos domínios da fauna e da flora visando assegurar a perenidade dos endemismos macaronésios e madeirenses ameaçados de extinção e melhorar o conhecimento e conservação “ex situ” e “in situ” da biodiversidade vegetal do arquipélago da Madeira, com destaque para a Laurisilva;
- Aproveitar o potencial dos múltiplos recursos associados à floresta na promoção e desenvolvimento do ecoturismo com o objectivo de melhorar e racionalizar a oferta dos espaços florestais na área do turismo e lazer.

Para além das acções referidas, prevê-se concretizar durante o ano 2000 as seguintes **medidas de política:**

- Alteração da legislação relativa à conservação, protecção e gestão do património florestal e à concessão de apoios financeiros ao sector, particularmente os enquadráveis no 3º Quadro Comunitário de Apoio;

- Celebração de protocolos com entidades singulares e colectivas que permitam aprofundar o esforço de melhoria e expansão do património florestal;
- Elaboração da “Carta Florestal da RAM” e da “Carta de Risco de Incêndios Florestais”.

1.3. PESCA E AQUACULTURA

Tal como em anos anteriores, a orientação seguida pelo Governo Regional para o sector das pescas continua sendo a de proporcionar um desenvolvimento harmonioso e equilibrado, fruto da conjugação das infra-estruturas, da capacidade de produção dos operadores e dos recursos haliêuticos disponíveis.

Pese embora todo o esforço financeiro dispendido, os problemas mais acentuados, como é o caso da dependência excessiva das capturas de tunídeos e similares, continuam a ter reflexos negativos em todo o sector, havendo a necessidade de considerar algumas medidas de excepção para fazer face a algumas situações mais preocupantes.

No que diz respeito à frota, e após a quase total renovação da frota atuneira, os apoios têm sido maioritariamente destinados à modernização da frota que se dedica à captura do peixe-espada-preto. Os primeiros resultados destas acções estão já a fazer-se sentir no aumento das descargas desta espécie, tão importante para um vasto segmento da população. Esta orientação deverá ser fomentada por mais alguns anos, para que todos os armadores interessados possam beneficiar dos apoios existentes e deles tirarem o benefício adequado.

Paralelamente, continuar-se-á a prestar o apoio necessário aos restantes segmentos da frota regional, nomeadamente o apoio à modernização da frota atuneira, construída há mais de 10 anos.

Foram introduzidas algumas melhorias nos portos, tanto ao nível dos equipamentos de descarga e estiva, como das próprias estruturas, o que tem possibilitado uma maior rapidez e um menor esforço nas operações de descarga.

O sector industrial tem sido alvo de uma atenção particular, tanto nos apoios à instalação das empresas, como na criação de condições que permitam consolidar as suas posições no mercado, já que disso depende, em grande parte, o destino das nossas mais importantes capturas.

A investigação aplicada às pescas e à aquacultura tem sido meritória para o conhecimento das potencialidades futuras, quer dos recursos existentes, quer das experiências em cativeiro que estão sendo levadas a cabo e que brevemente poderão contribuir decisivamente para um aumento do pescado à disposição do mercado consumidor.

Relativamente à formação profissional dos activos da pesca, continuar-se-á a proporcionar a todos aqueles que disso necessitem os conhecimentos adequados às suas funções.

Todas as linhas de orientação estão apontadas para uma optimização dos recursos existentes, por forma a atingir os seguintes **objectivos**:

- Melhoria na exploração do potencial haliêutico;
- Reforço da competitividade das estruturas de exploração;
- Melhoria da segurança e das condições de trabalho a bordo;
- Melhoria do aprovisionamento;
- Valorização do produto;
- Valorização dos recursos humanos;
- Melhoria do abastecimento do mercado.

As **acções** a prosseguir em 2000 para a concretização dos objectivos referidos são, por domínios de actuação, as seguintes:

Frota Pesqueira

- Apoios visando a imobilização definitiva de embarcações e a criação de sociedades mistas e associações temporárias de empresas (Portaria nº. 307/94);
- Apoio à renovação das embarcações (principalmente as sediadas em Câmara de Lobos) cuja actividade principal é a pesca do peixe-espada-preto, dotando-as de melhores condições de operacionalidade, segurança e higiene a bordo, visando uma melhor qualidade das capturas e uma melhor rentabilidade das embarcações.

Investigação aplicada às pescas e aquacultura

- Continuação da avaliação de stocks dos recursos haliêuticos mais significativos para a economia do sector e que apresentam maiores potencialidades de exploração;
- Continuação do levantamento oceanográfico da ZEE e respectiva caracterização ambiental, com vista a um melhor conhecimento dos “habitat” das populações marinhas e do seu comportamento;
- Apoio a acções visando a organização das zonas marinhas protegidas e à criação de condições favoráveis ao repovoamento e concentração de recursos;
- Continuação da exploração experimental de aquacultura em “offshore”, visando a obtenção de resultados práticos que possibilitem futuramente uma actividade comercial deste tipo de produção;
- Investigação científica em termos da possibilidade de produzir determinadas espécies em cativeiro, com a entrada em funcionamento do Centro de Aquacultura da Calheta.

Pesca experimental e exploratória

- Dar continuidade aos cruzeiros de prospecção e levantamento dos recursos disponíveis na ZEE da RAM, procurando novas áreas de pesca ou recursos subexplorados ou inexplorados, bem como experimentando novas artes, técnicas, métodos e equipamentos de pesca.

Formação profissional

- Disponibilizar os incentivos e meios de formação aos profissionais da pesca que frequentam acções de formação profissional, na Região ou no exterior, valorizando os recursos humanos do sector e optimizando a utilização dos meios técnicos disponíveis. Serão ministrados na Escola das Marinhas do Comércio e Pesca, em Lisboa, cursos de “Mestre de Largo”, “Mestre Costeiro” e de “Contramestre”, para além dos cursos de “Aptidão Pescas” e “Arrais de Pesca” que serão ministrados na Região.

Infra-estruturas de apoio à actividade da pesca

- Melhoria das condições de desembarque e da qualidade dos produtos desembarcados, cumprindo e fazendo cumprir as normas sanitárias em vigor;
- Criação de infraestruturas de apoio ao sector industrial, à aquisição de equipamentos, à prospecção de novas tecnologias de transformação e controlo de qualidade e ao tratamento de efluentes industriais.

1.4. INDÚSTRIA, ARTESANATO, COMÉRCIO E SERVIÇOS

No sector industrial, com uma estrutura pouco diversificada, coexistem indústrias orientadas para o mercado regional (moagem, produtos de panificação e pastelaria, massas alimentícias, alimentos compostos, lacticínios, vinhos, cervejas, tabacos, mobiliário, etc) e outras de base artesanal mas viradas para a exportação (bordados, tapeçarias e vimes), assentando a estrutura destas últimas na mão de obra intensiva e orientando-se para um número muito restrito de mercados, o que as torna extremamente vulneráveis à conjuntura económica internacional.

À malha industrial pouco diversificada e à existência generalizada de estabelecimentos fabris de muito pequena dimensão, juntam-se, como obstáculos ao desenvolvimento industrial, a insuficiência de serviços de apoio, bem como o elevado custo dos terrenos para a implantação de fábricas.

Para além destes obstáculos, podemos referir alguns outros aspectos condicionantes do crescimento e desenvolvimento industrial, como a limitação do mercado regional, a escassez de matérias primas, a predominância de pequenas empresas mal dimensionadas e tecnologicamente mal apetrechadas, a carência de mão de obra qualificada, os baixos níveis de produção e de produtividade, a baixa competitividade, o custo elevado dos factores de produção e a inadequação dos processos de gestão.

A Zona Franca Industrial do Caniçal, devido às condições de excepção que beneficia, designadamente de ordem fiscal, é um pólo potenciador do crescimento industrial, com todas as vantagens daí decorrentes, nomeadamente no que concerne à criação de emprego, ao valor acrescentado, à diversificação das actividades a nível regional, para além do fortalecimento do tecido empresarial regional, do desenvolvimento tecnológico, da intensificação de acções de formação e

aperfeiçoamento profissional, das transferências de *Know-how* e da utilização de novos processos de fabrico e métodos de gestão.

Apesar dos resultados positivos já alcançados com a atribuição de incentivos ao investimento produtivo nomeadamente o SIBR, o SIDERAM e o PEDIP ainda não foi possível eliminar integralmente a situação de fragilidade das empresas, pelo que deverão intensificar-se os apoios financeiros à criação, expansão e modernização do tecido empresarial, para além da disponibilização de infraestruturas de apoio e de suporte à indústria, nomeadamente parques industriais e outras infra-estruturas de base e tecnológicas.

A recente criação do IDE-RAM, Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira (Decreto Legislativo Regional nº 28-A/99/M), decorre da necessidade de apoiar de forma mais eficaz o tecido empresarial regional na sua tentativa de modernização e de internacionalização.

Este Instituto passará a concentrar grande parte das competências cometidas aos diversos departamentos do Governo Regional relativas à gestão dos programas e sistemas de incentivos actualmente existentes para os sectores secundário e terciário, bem como daqueles que venham a ser criados no âmbito do próximo QCA, com excepção dos relativos à formação profissional.

Atendendo às exigências dos mercados e decorrente da agressividade concorrencial, as empresas têm de fazer da qualidade um elemento chave da sua estratégia competitiva, a qual terá de se concretizar a todos os níveis, envolvendo não só os produtos mas também as condições ambientais de funcionamento, as instalações e as condições de trabalho incluindo a formação dos recursos humanos.

Neste contexto, e por forma a atingir os objectivos propostos, destacam-se como **linhas de actuação** prioritárias para o ano de 2000:

- Promover o crescimento sustentado do sector do artesanato procurando reforçar a inovação ao nível do *design* e da concepção dos produtos, investindo numa maior agressividade das acções de *marketing* e estimulando o ingresso dos jovens no trabalho artesanal pela via da revalorização sócio-profissional desta actividade;

- Favorecer a expansão e a criação de novas infra-estruturas, nomeadamente parques industriais e de áreas de localização empresarial (ALE);
- Apoiar o esforço de melhoria dos factores de produtividade e de competitividade das organizações industriais através dos sistemas de apoio à indústria;
- Promover a criação de estruturas de apoio à qualidade industrial, nomeadamente através da criação do Laboratório de Metrologia da Madeira e de programas específicos de promoção da qualidade.

Atendendo às prioridades acima enumeradas estão previstas as seguintes **medidas e acções**:

- Lançamento do novo suporte da marca do bordado e tapeçarias da Madeira, acompanhado do reforço da promoção institucional;
- Continuação do apoio à instalação e início das actividades do “Centro de Moda e Design da Madeira”, estrutura de produção de serviços às empresas dos sectores artesanais que tem, primordialmente, em vista a modernização dos métodos de produção, a inovação da concepção dos produtos e das respectivas utilizações e a adequação às novas tendências e gostos dos consumidores sem prejuízo da genuinidade;
- Continuação da reformulação do projecto do “Centro de Vimes da Camacha” e consolidação das intervenções com vista à reestruturação sócio-económica do artesanato da obra de vimes;
- Sensibilização e atracção dos jovens para as actividades artesanais, através do realce da sua importância sócio-cultural e do reforço das potencialidades económicas e de valorização pessoal;
- Modernização e revitalização do comércio do artesanato ao nível regional, potenciando a ligação ao turismo e introduzindo factores incentivadores de uma imagem global de qualidade, autenticidade e genuinidade;
- Continuação da construção de infra-estruturas no Parque Industrial da Zona Oeste (PIZO) de modo a adequá-lo aos seus fins e objectivos;
- Melhoramento do Parque Industrial da Cancela (PIC);

- Continuação dos trabalhos de construção das infra-estruturas do Parque Industrial da Camacha (PICAM);
- Início dos trabalhos de concepção e de construção do Parque Industrial das Ginjas – S. Vicente;
- Início dos trabalhos de concepção e de construção do Parque Industrial do Porto Santo;
- Conclusão dos trabalhos de construção do Laboratório de Metrologia com o apoio do PEDIP II, para apoio à gestão da qualidade industrial.

O sector do Comércio contribui com cerca de 14% para a formação do PIB, absorvendo cerca de 10% da população activa. É no concelho do Funchal que se localiza o maior número de estabelecimentos comerciais (55,8% dos estabelecimentos retalhistas e 71,0% dos estabelecimentos grossistas) e onde se realiza cerca de 95% do volume de vendas.

O comércio a retalho é uma actividade muito fragmentada, representando cerca de 87% do total de estabelecimentos, predominando unidades empresariais de pequena dimensão com baixo valor bruto de produção por estabelecimento, mas que ocupa cerca de 73% dos activos do sector (aproximadamente 7 400 postos de trabalho). Apesar deste apresentar, comparativamente ao comércio grossista, uma supremacia bastante acentuada, sobretudo no que concerne ao número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço gera, no entanto, um VAB apenas ligeiramente superior ao comércio grossista.

A nível da estrutura do sector, a situação caracteriza-se por uma fraca produtividade das empresas e, em consequência, por níveis reduzidos de competitividade e de internacionalização. No que se refere ao enquadramento da actividade comercial, os principais problemas estão relacionados com deficiências infra-estruturais e carências de equipamentos que garantam uma melhor mobilidade de pessoas e mercadorias e a diminuição dos tempos e dos custos de acessibilidade, tanto de ordem interna como externa.

No âmbito dos apoios à actividade comercial é de salientar o esforço de modernização possibilitado com a realização de “projectos especiais de urbanismo comercial” do PROCOM nos núcleos históricos da Sé e de São Pedro e das cidades do Porto Santo, Machico, Câmara de Lobos e

Santa Cruz e com as ajudas ao aprovisionamento no âmbito do POSEIMA, cujo objecto é mino-
rar o custo na importação de matérias primas e produtos essenciais ao abastecimento, repercu-
tindo-se esse benefício no consumidor final.

Tendo em vista a modernização do sector comercial, as **linhas de actuação** prioritárias são as se-
guintes:

- Promover a modernização e a diversificação das empresas comerciais, através dos sistemas de apoio disponíveis;
- Diversificar as actividades nos mercados externos;
- Aumentar e valorizar o potencial humano através de medidas de desenvolvimento pessoal e organizacional junto dos empresários e respectivos colaboradores.

As principais **acções e medidas** a implementar em 2000 são as seguintes:

- Criação, no âmbito do QCA III, de sistemas de incentivos de apoio ao comércio para pro-
mover a modernização do aparelho comercial, bem como a sua eficiência e grau de com-
petitividade, proporcionando apoios aos investimentos destinados sobretudo à aquisição de
equipamentos mais adequados e à adopção de novas tecnologias e métodos de gestão ino-
vadores;
- Intensificação das medidas de apoio ao aprovisionamento, nomeadamente no que respeita ao
regime POSEIMA;
- Desenvolvimento de medidas que conduzam a um melhor conhecimento do sector, nomea-
damente no que se refere a atitudes e tendências de compra dos consumidores;
- Criação e divulgação de informação sobre a actividade comercial, designadamente no que
respeita a preços, a novos mercados e a novas formas de comercialização;
- Promoção de iniciativas conducentes à cooperação comercial por forma a minorar os efeitos
negativos associados à pequena dimensão das unidades comerciais;

- A nível do comércio externo, e em colaboração com o ICEP, proporcionar a necessária formação e informação, tendo em vista a promoção e divulgação no exterior de produtos, serviços e empresas da Região Autónoma da Madeira.

No âmbito das **actividades económicas em geral** o objectivo primordial consiste em promover a eficiência da base empresarial e produtiva, numa perspectiva de desenvolvimento sustentado da competitividade, e a dinamização de iniciativas empresariais criadoras de emprego.

As principais **medidas e acções** a desenvolver em 2000 são as seguintes:

- Criação de um sistema de incentivos para apoiar pequenos projectos de investimento associados à criação, expansão ou modernização de PME'S de todos os sectores de actividade incluindo a agricultura no caso de projectos não elegíveis ao FEOGA-Orientação;
- Desenvolvimento de esforços visando o acesso dos projectos empresariais regionais ao Programa Operacional da Economia, de âmbito nacional;
- Apoios a estruturas associativas empresariais de modo a possibilitar a criação de sinergias e facilitar a sua acção em prol do desenvolvimento e crescimento das empresas associadas;
- Apoio financeiro às empresas afectadas pelo temporal de Outubro de 1993, no âmbito da linha de crédito instituída, com bonificação de juros;
- Desenvolvimento de uma campanha de promoção dos produtos regionais, de modo a incrementar o seu consumo quer no mercado regional, quer no exterior;
- Fomento da qualificação do sector de prestação de serviços às empresas;
- Implementação de um programa de informação e divulgação sobre o exercício da actividade económica (PIDAE) a fim de informar/formar os empresários da RAM sobre os apoios, normas e regras da actividade económica;
- Criação de um Sistema de Informação Geográfica sobre a actividade comercial e industrial.

1.5. TURISMO

A actividade turística continua a apresentar uma evolução positiva, denotando um surto de crescimento da oferta a curto prazo, contribuindo, assim, de forma significativa para o desenvolvimento da actividade económica regional.

Os principais mercados de origem de visitantes continuam a ser os mercados britânico, alemão e português, representando no seu conjunto e nos primeiros cinco meses de 1999, cerca de 60% do número total de visitantes.

Entre os anos de 1994 e 1998 assistiu-se a um aumento da procura de visitantes em 36% e 30,2% do número de dormidas. Nos primeiros cinco meses de 1999 o número total de visitantes e de dormidas, registaram um acréscimo em relação ao período homólogo anterior, de 10,2% e 5,5%, respectivamente.

A taxa média de ocupação atingiu o valor mais elevado no ano de 1995, com 63,6%, tendo se situado entre 55,6% em 1994 e 62,9% em 1998. Os “hotéis-apartamentos” foram a categoria de alojamentos turísticos que apresentou a taxa de ocupação mais favorável com 78,6% (valores acumulados).

Relativamente às receitas na hotelaria, no período citado, constata-se que as mesmas subiram de 23,6 para 32,8 milhões de contos anuais, o que corresponde a um aumento global de 39,2% em 5 anos. Nos primeiros cinco meses de 1999, as receitas dos estabelecimentos hoteleiros totalizaram 15,4 milhões de contos, representando um acréscimo de cerca de 7% relativamente ao período homólogo anterior (14,4 milhões de contos).

No que diz respeito à oferta a resposta denota de igual forma, um aumento de 0,6% em 1995, 2,6% em 1996, acelerando-se o crescimento nos dois últimos anos para 6% e 6,48%, respectivamente. De salientar que a tendência para o crescimento é para manter-se na medida em que a construção de obras em curso colocarão no mercado, num período de 2 anos, mais 4 570 camas. Temos, assim, um aumento de 22,5% na actual capacidade de alojamento, que em Dezembro de 1998, se situava nas 20 275 camas. A juntar a este aspecto há que ter em conta a conclusão das obras do aeroporto, em Setembro do ano 2000, bem como a liberalização do espaço aéreo entre o continente e as ilhas. Existe, pois, um conjunto de acontecimentos cujo impacto no

sector será bastante significativo, criando desafios que requerem respostas eficazes por forma a fazer face à nova conjuntura.

A sustentabilidade do crescimento do sector turístico implica uma expansão controlada e selectiva, bem como a conservação dos valores ambientais. Assim, consideram-se como **objectivos prioritários** para 2000:

- Diversificação e qualificação do produto turístico como destino de excelência;
- Aumento do nível de qualificação profissional e conseqüente melhoria de prestação de serviços turísticos;
- Atenuação das actuais predominâncias de alguns mercados, mediante o crescimento das quotas dos mercados com maior potencial de crescimento;
- Consolidação dos nichos de mercado já identificados - congressos e incentivos, golfe, passeios a pé e ecoturismo para a ilha da Madeira e praia e saúde para a ilha do Porto Santo;
- Alargamento das quotas dos mercados intercontinentais em função das novas potencialidades do aeroporto, dos transportes aéreos e dos operadores turísticos;
- Aumento do volume das receitas.

Para a prossecução destes objectivos, **as principais acções e medidas** a implementar em 2000, são as seguintes:

- Campanhas de publicidade a nível nacional e internacional, dirigidas quer aos profissionais, quer ao público;
- Apoio aos operadores turísticos na abertura de novos mercados ou de novos catálogos e brochuras da Madeira;
- Organização de acções promocionais (seminários, "Semanas da Madeira", workshops, sessões de formação aos agentes) nos mercados prioritários;
- Apresentação e representação do destino em feiras, exposições e congressos;

- Acções de relações públicas, internas e externas;
- Dinamização da participação dos parceiros privados na promoção institucional do destino turístico “Madeira”;
- Aprovação e implementação do Plano de Ordenamento Turístico, o qual constitui um instrumento de gestão territorial de primordial importância para promover um desenvolvimento equilibrado da actividade turística;
- Redimensionamento dos programas de animação que já são cartazes internacionais com alargamento do seu período de duração e com conteúdos inovadores;
- Enquadramento e coordenação dos eventos sociais, culturais e religiosos com interesse turístico, tendo em vista a sua divulgação atempada;
- Elaboração e publicação anual de um calendário de animação;
- Apoio e incentivo a todas as novas iniciativas às quais se reconheça potencial interesse para o objectivo de animação, ocupação de tempos livres e lazer dos turistas;
- Criação de uma marca internacional de produto turístico de prestígio, designada “Quintas da Madeira”;
- Desenvolvimento de sistemas de informação que permitam a colocação dos produtos turísticos regionais em redes de informação com fins promocionais e comerciais, em parceria com os actores privados;
- Criação de programas de educação ambiental;
- Criação de novos suportes informativos e promocionais escritos e audiovisuais, bem como a actualização dos já existentes.

1.6. ENERGIA

A Região Autónoma da Madeira, devido à sua localização geográfica e porque não dispõe de recursos energéticos fósseis, apresenta uma dependência significativa do exterior polarizada nos derivados do petróleo. Acresce que, devido à relativamente pequena dimensão do seu sistema

energético, as tradicionais alternativas para a substituição dos produtos petrolíferos, como o carvão, gás natural ou energia nuclear, não são equacionáveis para a RAM.

No que concerne à energia primária, os recursos endógenos representam cerca de 15% da procura global, sendo o restante importado.

Com a potência instalada hídrica e eólica, espera-se que a produção de energia eléctrica seja de 30%, dependendo do ano hidrológico ser ou não favorável. Prevê-se, ainda, com a entrada em funcionamento do Parque Eólico do Porto Santo e do Caniçal, uma produção anual de 2,06 Gwh e 11,852 Gwh, respectivamente.

Os recursos energéticos regionais com maior expressão para o balanço energético regional são a hidroelectricidade e a biomassa florestal, que é utilizada essencialmente para a produção de calor nos sectores residencial e industrial.

Também a energia eólica e solar, cuja expressão não é tão elevada, apresentam considerável importância, entre as fontes energéticas renováveis disponíveis na Madeira. Estas fontes energéticas apresentam um elevado potencial e podem ter um grande desenvolvimento no futuro, caso determinadas barreiras e constrangimentos, venham a ser superados.

A cooperação com outras regiões da União Europeia, alicerçada em programas comunitários que co-financiam estudos e projectos enquadráveis na perspectiva atrás exposta tem sido um dos instrumentos mais adequados ao desenvolvimento de uma dinâmica regional assinalável, nos domínios energético e suas *interfaces* com o ambiente e a qualidade de vida.

Deste modo, constituem *objectivos* da política energética regional:

- Desenvolver estudos e projectos com vista à redução da dependência energética do exterior através da valorização dos recursos energéticos locais e da utilização racional da energia e à melhoria do ambiente e qualidade de vida, através de soluções inovadoras de produção e utilização energéticas;
- Apoiar estudos para a possível implementação de gás propanado na costa sul da Ilha da Madeira.

Como **principais acções e medidas** a concretizar em 2000, temos:

- Indemnizações aos produtores independentes de energia de modo a incrementar a produção de energias renováveis;
- Criação do Centro Logístico de Combustíveis do Caniçal.

1.7. TRANSPORTES

Particularmente relevante nos últimos anos tem sido o esforço de investimento efectuado no domínio das **infra-estruturas rodoviárias**, na medida em que o reforço da acessibilidade intra-regional permitirá, a prazo, a correcção das principais assimetrias internas de desenvolvimento sócio-económico.

A rede viária actualmente em serviço (cerca de 535 Km), além de estruturalmente condicionada pelas características orográficas da Região, apresenta constrangimentos que resultam essencialmente do facto de:

- ⇒ Algumas infra-estruturas, dada a sua antiguidade, não serem compatíveis com os actuais níveis de tráfego, em termos de fluxos e tonelagem do mesmo, o que implica intervenções em termos da sua ampliação e reconstrução;
- ⇒ Se desenvolver por terrenos de natureza geológica adversa, o que resulta numa deterioração mais rápida e acentuada da mesma;
- ⇒ Se verificar um aumento generalizado do tráfego rodoviário em toda a Região, particularmente na faixa litoral sul da Ilha da Madeira, nomeadamente no Concelho do Funchal e concelhos envolventes. Nestes concelhos, onde se concentram três quartos da população numa área inferior a um terço da Região, ocorrem frequentemente situações de estrangulamento;

Em termos de procura de tráfego actual, verificam-se, como aspecto mais relevante, fluxos de tráfego elevados nos eixos Funchal/Ribeira Brava e Funchal/Machico, com especial incidência nas secções mais próximas do Funchal, tanto para Este como para Oeste, com valores, nos troços da via-rápida já em serviço, superiores a 20.000 veículos/dia.

As obras e acções que se vêm realizando no domínio da rede viária visam o reforço da mobilidade intra-regional, a melhoria das condições de circulação em termos de comodidade e segurança, a diminuição dos custos de operação e dos custos associados ao tráfego em trânsito e a melhoria dos circuitos turísticos.

A concretização de tais objectivos implica a implementação, no ano 2000, de várias **medidas**, nomeadamente:

- A conclusão do eixo viário Machico-Ribeira Brava, definido no POTRAM como um eixo viário de 1º. nível na hierarquia viária da Região e sua articulação com a malha viária envolvente;
- A construção de novas ligações ao Norte da Ilha da Madeira a partir dos extremos oeste e leste do eixo Ribeira Brava/Machico, através respectivamente do Túnel da Encumeada e do Túnel do Norte (via Expresso Machico-Faial);
- A melhoria da acessibilidade às zonas mais interiores e isoladas da Região;
- A requalificação da rede viária em termos de sinalização e segurança.

Em termos de **obras/acções** a realizar em 2000 destacam-se:

- Os projectos incluídos no eixo viário Machico-Ribeira Brava, nomeadamente a 2ª. fase da Circular à Cidade do Funchal à Cota 200 - troço entre o Nó de João Gomes e o Nó da Saída Oeste e a 2ª. fase da Via-Rápida Funchal-Aeroporto correspondente ao troço entre a Cancela e Santa Cruz;
- A construção das novas ligações ao Norte da Ilha através do Túnel Rodoviário da Encumeada e do Túnel do Norte e respectivos acessos, que permitirão um mais rápido e seguro acesso à costa norte da Madeira, com grandes benefícios para as suas populações;
- A construção das novas ligações entre o Paúl do Mar e o Jardim do Mar e a construção do troço da ER 101 entre a Calheta e os Prazeres, que permitirão benefícios significativos em termos de rapidez e segurança de circulação.

Para além das intervenções correntes em termos de conservação preventiva e correctiva, continuarão a ser implementados diversos programas de beneficiação e de requalificação da rede viária regional em termos de segurança e condições de circulação, salientando-se neste âmbito a correcção do traçado da ER 101 entre a Tabúa e a Ponta do Sol e a beneficiação do troço da ER entre S. Vicente e o Porto Moniz.

Os investimentos a realizar no ano 2000 no âmbito do **sector marítimo portuário** obedecem ao plano anual elaborado pelo Conselho de Administração da APRAM S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada através da publicação do Decreto Legislativo Regional n.º. 19/99/M, de 1 de Julho.

Relativamente ao **sector aeroportuário**, a intervenção principal concretiza-se nas obras de ampliação do Aeroporto do Funchal, que se prevê estarem concluídas em finais do ano 2000.

A Região Autónoma da Madeira passará a dispôr de uma pista com 2 781 metros e de um terminal de passageiros e restantes edifícios complementares, com dimensão suficiente para suportar um movimento anual de 3,5 milhões de passageiros.

O renovado Aeroporto irá contribuir significativamente para atenuar o isolamento desta região insular, em que o transporte aéreo assume importância decisiva, fortalecendo as correntes turísticas que demandam a Região e, conseqüentemente, estimulando o próprio desenvolvimento sócio-económico.

1.8. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

O ritmo crescente da relevância da inovação, investigação científica e desenvolvimento tecnológico exigiram um esforço acrescido de investimento em infraestruturas como foram exemplos a construção da 1ª. fase do Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, da Universidade da Madeira, do Centro de Ciência e Tecnologia, do Laboratório Regional de Engenharia Civil, da Estação de Biologia Marítima e de outras infra-estruturas e equipamentos de base científica.

Importa pois, para o período 2000-2006, consolidar toda uma rede de infra-estruturas das quais se destaca a fase de expansão do Madeira Tecnopolo, assim como, fomentar a criação de um ambiente favorável à inovação, condição chave para a modernização da sociedade e da economia,

devendo esta ser vista como um fenómeno social, fundamental para se criar uma atitude favorável ao desenvolvimento.

Os vectores estratégicos da intervenção operacional, ciência, tecnologia e inovação visam:

- Vencer o atraso científico;
- Expandir a inovação;
- Promover a cultura científica e tecnológica;
- Observar, planear, acompanhar e analisar.

Neste sentido, as **principais linhas de actuação** para 2000 são:

- Criar condições de atracção de meios humanos e sua afectação a projectos estratégicos em áreas científico-tecnológicas prioritárias, tendo, a título exemplificativo, a Universidade da Madeira em parceria com o Madeira Tecnopolo lançado um estudo “Reforço de Competências e *Clusters*”, no âmbito do Programa REGIS;
- Continuar a desenvolver acções de formação avançada do potencial humano e promover a mobilidade dos investigadores e técnicos altamente qualificados;
- Prosseguir o esforço de investimento em infra-estruturas de inovação e de Investigação & Desenvolvimento;
- Promover a atracção de investimento estrangeiro no domínio da inovação e de Investigação & Desenvolvimento, potenciando o posicionamento geo-estratégico da Região e os projectos estratégicos da Universidade da Madeira e do Centro Internacional de Negócios da Região Autónoma da Madeira;
- Estimular, promover e incentivar uma cultura de inovação e internacionalização a nível da sociedade em geral e dos mais jovens em particular;
- Reforçar a presença da Região em projectos e espaços científico-tecnológicos a nível nacional e europeu;

- Promover o desenvolvimento de acções voluntaristas de estímulo à inovação e internacionalização com relevo para o acréscimo da cadeia de valor social e da economia regional;
- Avaliar e promover a cooperação e a articulação intersectorial da inovação, investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

1.9. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

O ano 2000 simboliza, para a Região Autónoma da Madeira, uma nova etapa de toda uma estratégia de desenvolvimento, para o período 2000-2006, que tem por objectivo afirmar-se como Região Piloto, a nível internacional, no domínio dos conteúdos.

As tecnologias de informação e das comunicações assumindo, por exemplo, não só um relevante papel mediador entre o indivíduo e a sociedade, ao assegurar novos serviços disponíveis para o cidadão, bem como contribuindo para o desenvolvimento mais acentuado do comércio electrónico (prevendo-se que a breve trecho parte substancial do comércio se faça por via electrónica), permitirão uma maior produtividade empresarial, redução de custos, maior flexibilidade e capacidade de resposta às transformações do mercado.

A visão estratégica do programa InfoMadeira - Plataforma Internacional de Conteúdos Digitais, assentará assim em dois **eixos centrais**:

- A universalidade e acesso à informação;
- O desenvolvimento de competências de alguns *clusters* considerados relevantes.

O primeiro visa promover e garantir o serviço e acesso da comunidade regional a todo um sistema de informação de base regional, nacional e internacional, bem como garantir a possibilidade real da sua utilização.

O Núcleo Estratégico da Sociedade de Informação, realizou, em 1999, um estudo e inquérito sobre o uso doméstico das tecnologias de informação na Região Autónoma da Madeira, o que foi revelador não só da crucial relevância do sistema educativo regional para a disseminação das novas tecnologias e criação de conteúdos digitais, como também das perspectivas positivas de se alargar o número de utilizadores, caso sejam concretizadas acções nesse sentido.

Sob o ponto de vista competitivo, as potencialidades de se criar e afirmar uma indústria de conteúdos multimédia na Região Autónoma da Madeira, advém do facto desta Região ser um nó atlântico de telecomunicações, do papel presente e futuro do Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A., como um projecto estratégico pivot neste domínio digital em complementariedade com o Centro Internacional de Negócios, dado as suas vantagens fiscais em termos internacionais, e do papel da Universidade da Madeira relativamente à criação e reforço de competências e ao desenvolvimento de projectos de Investigação & Desenvolvimento.

Naturalmente que estes objectivos implicam uma política central de coesão a nível comunitário e nacional que apoiem e reforcem a coerência e a consistência dos diferentes investimentos e **acções** a realizar no ano 2000, dos quais se destaca:

- Desenvolvimento de estudos e acções no âmbito do Programa InfoMadeira, da Intervenção Operacional Nacional da Sociedade de Informação e preparação de acções a incluir em novas iniciativas comunitárias;
- Desenvolvimento de um conjunto de projectos no domínio do InfoAcesso, InfoEscola Conectiva, InfoConteúdos, InfoCidadão e InfoMercado, nomeadamente:
 - Criação de InfoCentros e incentivo à disseminação, formação e demonstração de novas tecnologias;
 - Continuação do desenvolvimento dos *clusters* no domínio do turismo e cultura, através dos projectos TourISt, NETUR, NITOURA e NetQuality relativamente à promoção, formação e comércio electrónico no turismo, bem como do projecto NESUS, relativo a uma base de dados interactiva da história das ilhas atlânticas e de outras acções voluntaristas neste domínio;
 - Estímulo ao desenvolvimento do comércio electrónico ao nível empresarial regional, bem como ao nível da rede mundial dos Parques de Ciência e Tecnologia;
 - Desenvolvimento, pela Secretaria Regional da Educação, em parceria com o Centro Internacional de Inteligência Conectiva, do programa específico que visa potenciar a Região como centro de excelência mundial, utilizando o conceito de inteligência conectiva.

1.10. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Na evolução recente do **sistema educativo** ressaltam os seguintes traços fundamentais :

- Na cobertura da educação pré-escolar têm-se registado melhorias de cobertura significativas. O número de crianças abrangidas aumentou cerca de 49% entre 1990 e 1997;
- A nível do 1º e 2º ciclos do ensino básico têm-se registado decréscimos de, respectivamente, 24% e 15% , ao longo da década de 90, devido à redução da taxa de natalidade. No 3º ciclo a evolução verificada traduz um aumento do grau de frequência;
- A nível do ensino secundário houve também um acréscimo de frequência, tendo o número de alunos aumentado em 25% entre 1993 e 1997. Este acréscimo deve-se não só à melhoria das condições de ensino nos níveis inferiores, mas também à política seguida, em que se pretende motivar cada vez mais estudantes para o prosseguimento dos estudos, contrariando algum abandono escolar precoce. Embora se venha verificando uma intensificação da opção pela via tecnológica, a proporção de alunos abrangidos é ainda baixa (12,8%);
- Face à evolução que se vinha constatando, houve necessidade de implementar um plano de reordenamento da rede regional escolar (com aplicação efectiva a partir de 1995) e de reconverter funções do pessoal docente e não docente afecto às escolas desactivadas, de modo a manter os níveis de emprego destas categorias de pessoal.

No âmbito da **educação especial e reabilitação** está em curso um programa de levantamento e despiste da deficiência, que tem permitido a implementação do apoio precoce em todas as deficiências.

Neste sentido, são de relevar os esforços desenvolvidos com vista à formação de pessoal docente e técnico e a entrada em funcionamento de 8 centros psico-pedagógicos prevendo-se a cobertura de todos os concelhos.

Têm-se realizado cursos de especialização para docentes, de modo a obter-se um atendimento mais adequado às crianças e jovens com necessidades educativas especiais, com carácter permanente, em todos os concelhos, conforme o objectivo que está na base da criação dos centros psico-pedagógicos.

Como resultado destas medidas constata-se um aumento substancial do número de crianças, jovens e adultos apoiados pela educação especial, sendo actualmente de 4253 o número de beneficiados.

Para a dinâmica empreendida na área da **formação profissional** contribuíram em grande medida os apoios do Fundo Social Europeu, bem como uma cada vez maior sensibilização para a importância da formação como factor de competitividade de qualquer organização e de adaptação às mudanças que se vêm operando na economia mundial.

A nível das estruturas de apoio foram, no âmbito do Centro de Formação Profissional, criadas condições para o desenvolvimento do “sistema de aprendizagem em regime de alternância”, para apoio ao exercício da actividade desenvolvida no CFP, para alojamento de formandos residentes nos concelhos rurais e para a formação nas áreas da metalomecânica e de serviços pessoais (cabeleireiros). Foi construída uma nova escola de hotelaria e turismo e foram criados um centro de formação agrária em S. Vicente e um centro de formação profissional para deficientes. Recentemente entraram em funcionamento três escolas profissionais (Escola Profissional Cristóvão Colombo, Escola Profissional Atlântico e um pólo do Instituto de Educação Técnica de Seguros).

No que se refere às áreas de maior incidência das acções de formação destacam-se: hotelaria e turismo, comércio e serviços, indústrias transformadoras, acção social, apoio a projectos no domínio do desenvolvimento científico e tecnológico e apoio a novas profissões no domínio do ambiente.

Não obstante a evolução positiva registada a nível da oferta formativa, persistem carências a nível das infra-estruturas de formação e insuficiência de competências em termos de formadores.

Neste contexto, as acções a desenvolver em 2000 deverão incidir principalmente nas seguintes **linhas de actuação:**

Ao nível das infra-estruturas e equipamentos educativos

- Continuar a garantir a expansão da Rede Regional Escolar através, nomeadamente, da construção de novas escolas;

- Continuar a promover o redimensionamento e ampliação de escolas básicas do 1º ciclo e núcleos do pré-escolar, em ordem a assegurar a generalização do projecto “ Escola a Tempo Inteiro”, programa fundamental ao desenvolvimento de crianças que frequentam esses níveis de ensino;
- Promover a adaptação de estruturas e equipamentos escolares de modo a facilitar o acesso de crianças e jovens portadores de deficiência;
- Continuar a promover a criação de estruturas de apoio a deficientes, nomeadamente dos centros de apoio psico-pedagógicos em falta para a cobertura total da RAM.

Ao nível da promoção do ensino e da aprendizagem

- Aumentar a cobertura da educação pré-escolar, por forma a atingir os 95%, na generalidade, no ano de 2000;
- Contribuir para a formação integral das crianças e jovens que se encontram a frequentar os estabelecimentos de ensino, numa perspectiva de conjugar a componente curricular com actividades de complementar curricular e extra-escolar;
- Criar as condições necessárias e conducentes ao sucesso educativo e à diminuição do absentismo escolar, nomeadamente através do alargamento dos currículos alternativos e do 13º Ano Profissionalizante e da disponibilização de material didáctico e equipamentos adequados;
- Continuar a apostar na formação dos recursos humanos, considerando-se nesta formação a eliminação do analfabetismo dos não escolarizados e do analfabetismo funcional;
- Melhorar a qualidade do ensino nas áreas técnicas e tecnológicas, nas metodologias e nas áreas da “dimensão europeia da educação”;
- Inculcar hábitos de vida saudáveis em toda a população escolar, numa perspectiva de formação pluridimensional, nomeadamente na educação para a saúde, rodoviária e ambiental;
- Desenvolver um programa de Formação e Desenvolvimento em Inteligência Conectiva - CITD - com vista a formar jovens nas competências básicas da Sociedade de Informação,

tornando-os activos no processo ensino - aprendizagem e na criação de conteúdos digitais em língua portuguesa e promover redes de aprendizagem que facilitem a interdisciplinaridade e a abertura ao meio;

- Apoiar trabalhos nas áreas científicas e pedagógicas da responsabilidade de docentes e técnicos de educação na perspectiva de divulgá-los na RAM e no exterior;
- Promover a formação de pessoal docente e técnico especializado, incluindo a extensão do curso de estudos superiores especializados, em colaboração com o Instituto Politécnico do Porto, e o curso de formação profissional para ingresso na carreira de técnico profissional em educação especial.

Ao nível da formação profissional

- Promover o reforço das competências, através da generalização das alternativas profissionais de carácter qualificante;
- Incrementar os sistemas de Educação/Formação, nomeadamente através da promoção da respectiva permeabilização;
- Elevação dos níveis de qualificação da população activa, como pressuposto fundamental para o crescimento, competitividade e o emprego, através da generalização da formação ao longo da vida;
- Dar continuidade à criação de estruturas de apoio à formação através, nomeadamente, da conclusão da Oficina de Canalização e do início da construção do Centro de Formação do Comércio e Serviços;
- Consolidar e apoiar projectos que consubstanciem o esbatimento de fenómenos de exclusão social;
- Desenvolver projectos de carácter científico e tecnológico, designadamente os de características inovadoras⁴⁸
- Continuar a promover a participação em programas de iniciativa comunitária, nomeadamente no “EQUAL” (nova designação da Iniciativa Comunitária “Emprego” e que congrega o “YOUTHSTART” e o “ADAPT”);

- Implementar programas de pré-profissionalização, formação profissional e emprego, permitindo a transição dos jovens deficientes para a vida activa.

1.11. EMPREGO

Não obstante a Madeira registar uma taxa de desemprego de 3,3% no final do 2º. trimestre de 1999 e atendendo à dimensão que o problema assume na actualidade, nomeadamente no espaço comunitário, a situação do emprego na Região confronta-se com dificuldades e desafios que urge combater e prevenir.

A política na área de emprego abarca, como **linhas programáticas**, os incentivos à contratação, os programas ocupacionais, os incentivos à criação do próprio emprego e as acções para o desenvolvimento local do emprego, consubstanciadas no Plano Regional de Emprego, que se propõe dar respostas aos problemas, presentes e futuros, que se colocam na área do emprego, integrando-se nos princípios e nas Directrizes para o Emprego, aprovadas no Conselho Europeu do Luxemburgo.

Neste âmbito, os objectivos da política regional de emprego são os seguintes:

- Combater o desemprego de jovens;
- Facilitar a transição da escola para a vida activa;
- Prevenir o desemprego de longa duração;
- Melhorar a empregabilidade de beneficiários de sistemas de protecção social;
- Incentivar uma abordagem de parceria;
- Aumentar o nível de conhecimento, capacidades e competências da população activa;
- Apoiar o desenvolvimento empresarial;
- Fomentar o desenvolvimento local do emprego;
- Combater a discriminação entre homens e mulheres;
- Facilitar a inserção dos portadores de deficiência na vida activa;

- Promover o diálogo social.

As acções que se pretende desenvolver visam contribuir ainda mais para a melhoria da situação do emprego, dando particular atenção aos problemas que afectam determinados grupos

populacionais, em especial no que se refere aos jovens, mulheres, deficientes e desempregados de longa duração.

1.12. TRABALHO

O desenvolvimento justo, equilibrado e harmonioso de qualquer Sociedade passa pela estabilidade a nível de relações laborais, assumindo assim o factor Trabalho, entendido aqui na sua concepção ampla - todo o universo de relações, decorrentes da prestação de trabalho, entre empregadores e trabalhadores e suas associações representativas, bem como das relações tripartidas inerentes e essenciais neste contexto, com a intervenção, quando adequada, moderadora, conciliatória e actuante dos respectivos departamentos governamentais - pelo que este assume uma dimensão e importância relevantes, na dinâmica social e económica que se pretende alcançar e sobretudo face aos desafios de uma era tecnológica, com alterações substanciais nas relações humanas e profissionais.

A estabilidade nas relações laborais, assentes na responsabilidade dos intervenientes sociais, na paz social, nas condições de satisfação e de realização no Trabalho, constitui um factor essencial para as condições motivadoras do investimento e conseqüentemente na criação de emprego. Os indicadores globais deste sector expressam um nível de estabilidade e de condições de trabalho, mercê do contributo, da responsabilidade dos parceiros sociais e do diálogo tripartido, que tem permitido confiança e estímulo ao investimento propiciador de criação de postos de trabalho.

A dinâmica registada na criação de empresas tem sido assinalável (64% entre 1990 e 1997), com reflexos positivos traduzidos no aumento do número de pessoas ao serviço e na redução do desemprego a níveis nunca atingidos.

Os conflitos de trabalho individuais e colectivos não atingem valores significativos. A intervenção pública tem-se traduzido numa eficaz intervenção moderadora, conciliatória ou inspectiva, tendo por base o consenso, o diálogo tripartido e acção no cumprimento da legislação laboral.

O nível de remunerações médias tem crescido acima dos indicadores da inflação, representando um esforço dos empregadores no sentido do crescimento real dos salários.

A política a prosseguir a nível do sector assenta na manutenção e reforço das linhas programáticas e na acção concreta, na defesa dos objectivos que têm caracterizado a política

económica e social da Região, valorizando o factor humano como recurso determinante, estimulando a responsabilização, o diálogo, a estabilidade, a paz e a justiça social, para que cresça o investimento, com a criação de postos de trabalho, em condições justas e dignas, para que as empresas usufruam de condições de competitividade face aos desafios constantes da globalização, na defesa de um desenvolvimento e progresso, com vantagens para todos.

Além disso, para que a política a nível do sector do Trabalho represente um factor de estímulo ao progresso e desenvolvimento e continue a responder a todas as exigências que lhe são inerentes, torna-se necessário melhorar a adequação dos meios, no plano das novas tecnologias, envolvendo recursos materiais e humanos adequados, de modo a acompanhar as transformações tecnológicas que ocorrem.

Assim, grande parte do fluxo de informação a disponibilizar aos parceiros sociais e investidores terá de assentar nos novos suportes tecnológicos, no contacto permanente com as fontes de informação, na integração nas bases de dados laborais, no diálogo e acção através do correio electrónico, na disponibilização de elementos com actualidade em tais suportes.

Tal pressupõe a reformulação de meios de trabalho e a melhoria da formação dos recursos humanos no domínio da informática, o que constitui uma condição essencial para uma parceria activa.

1.13. JUVENTUDE

Num contexto de aceleradas mudanças e num mundo que se afigura cada vez mais globalizante, os desafios e questões que se colocam aos jovens são cada vez mais pertinentes.

No âmbito da política global e integrada de Juventude importa sobretudo despoletar uma maior participação dos jovens, por forma a que sejam agentes de iniciativa e despertadores de criatividade no seu meio.

As opções de **política estratégica**, no domínio da Juventude, para o ano 2000, são:

- Participação dos jovens em acções de carácter regional, nacional e comunitário. Salienta-se neste âmbito o fomento da participação dos Jovens nos programas “Juventude e Trabalho”, “Serviço Voluntário Europeu”, “Juventude para a Europa” e “Infante D. Henrique”;

- Ampliação do espólio do centro de documentação da Direcção Regional da Juventude em documentação regional, nacional e internacional com recurso à Internet e criação de uma página referente a esta Direcção Regional;
- Continuação do apoio jurídico, financeiro e logístico ao Associativismo Juvenil;
- Criação de uma UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Activa), com o objectivo de apoiar jovens candidatos ao 1.º emprego ou desempregados;
- Representação em comissões regionais no âmbito da protecção de menores e de combate às toxidependências como forma de assegurar a interactividade entre os diversos departamentos governamentais;
- Fomento do Turismo Juvenil, através da expansão e melhoria da rede regional de centros de juventude e da celebração de protocolos com entidades públicas e privadas a fim de prosseguir os objectivos delineados na orgânica dos centros de juventude.

1.14. DESPORTO

O desporto constitui uma das práticas sociais que podem contribuir para a qualidade de vida das populações, pelo que tem merecido particular atenção dos poderes públicos da Região.

O apoio financeiro a associações desportivas e à alta competição, o desenvolvimento do parque desportivo e a formação desportiva têm sido as áreas de intervenção que mais se evidenciaram.

Na área das instalações desportivas, tem sido dada prioridade à construção de instalações em espaços escolares, de modo a permitir a sua utilização partilhada com o desporto federado em horário não coincidente com o período das actividades escolares.

Assim, no âmbito da política desportiva regional, pretende-se assegurar o acesso generalizado à prática desportiva, incentivar a competição regional, promover a excelência ao nível do desporto e explorar as potencialidades de promoção da imagem da Região através do desporto.

A concretização destes objectivos de política passa pelo desenvolvimento das **acções** seguintes:

- Prosseguir com a beneficiação de campos de futebol e a construção de piscinas, tanques de aprendizagem, ginásios e polidesportivos ao ar livre, destinados à utilização por desportistas de recreação ou federados;
- Continuar a assegurar a formação de técnicos ligados ao desporto, tentando abarcar áreas mais vastas, nomeadamente ao nível do dirigismo desportivo. Neste âmbito, salienta-se a existência de uma biblioteca técnica, disponível em horário alargado, acessível a todos os interessados e de um posto público de acesso à Internet;
- Garantir a participação regular dos atletas e clubes desportivos madeirenses nas competições nacionais.

1.15. CULTURA

No âmbito da cultura as intervenções têm-se centrado na preservação do património móvel e imóvel, na promoção de acções que visam a dinamização do sector museológico, no apoio a diversas realizações artísticas e culturais, e na dinamização das bibliotecas e arquivos. Todas estas intervenções realizam-se numa perspectiva de descentralização, indo de encontro aos objectivos delineados para o sector.

No que respeita ao património arquitectónico foi dada continuidade ao trabalho de classificação de diversos imóveis, não tendo sido descurada a valorização arquitectónica e cultural dos imóveis, bem como das próprias zonas adjacentes.

Na sequência da celebração de protocolos de cooperação com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), foram efectuadas obras de recuperação e restauro diagnosticadas como mais urgentes em vários imóveis classificados. Simultaneamente foi prosseguido o restauro de pinturas e esculturas existentes no Convento de Santa Clara e no Museu de Arte Sacra.

Está em curso a realização do Inventário do Património Arquitectónico da RAM com o apoio técnico da DGEMN, resultando já disponíveis, via Internet, as fichas de mais de 40 imóveis classificados.

No campo museológico, deu-se continuidade à recuperação do seu acervo e enriquecimento das colecções, designadamente nos museus das Cruzes e de Arte Contemporânea. A programação de

actividades e a existência de “serviços educativos” em alguns museus, permitiu maior afluência de público, sobretudo o jovem.

A conclusão da 2ª fase de musealização das colecções, da Casa-Museu Frederico de Freitas, com destaque para a azulejaria, bem como a introdução de novas áreas de exposição, permitiram a sua reabertura ao público em 1999.

Na área das publicações e actividade editorial, destaca-se a publicação da Revista *Isleña*, as edições próprias da DRAC e o apoio à publicação de obras privadas, nomeadamente a do poeta madeirense Edmundo Bettencourt.

Por forma a permitir uma resposta mais eficaz ao serviço disponibilizado pelo Arquivo Regional da Madeira, foi dada especial atenção à informatização progressiva dos acervos documentais, tendo sido criados programas específicos para registo e consulta por áreas arquivísticas.

Quanto ao serviço de bibliotecas, é de referir a Sala de Documentação Contemporânea e a Biblioteca de Culturas Estrangeiras, utilizadas por públicos diferenciados e com características próprias. Neste campo foi dada continuidade à informatização dos serviços, à catalogação do acervo bibliográfico do Depósito Legal e a possibilidade de consulta informática pelos utentes, assim como a pesquisa via Internet.

Em matéria de animação e divulgação cultural, continuaram as iniciativas previstas em termos de exposições, conferências e concertos musicais, ocupando durante todo o ano as Galerias do Turismo e do Centro Edmundo de Bettencourt. Mediante contratos-programa com o Teatro Experimental e Orquestra Clássica da Madeira pretendeu-se descentralizar muitas das actividades culturais com carácter regular por toda a Ilha.

A par do Festival de Música da Madeira promoveu-se a vinda à Região de um festival com uma vertente Atlântica, vocacionada para a música de raiz tradicional, pretendendo-se dar continuidade ao mesmo. A gravação de um CD de “Cânticos Religiosos do Natal Madeirense” foi iniciada, continuando a manter-se as iniciativas de carácter regional e que se concretizam anualmente (orquestras de bandolins, festivais de folclore e grupos corais).

É também de salientar o trabalho de investigação e conhecimento historiográfico relativo à História das Ilhas Atlânticas que tem vindo a ser desenvolvido pelo Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA).

Assim, constituem **objectivos prioritários** da actuação para o ano de 2000:

- Valorização do património histórico-cultural da Região, em correcta articulação com autarquias, grupos, agentes, instituições da sociedade civil, designadamente a Igreja Católica;
- Dinamização do sector museológico e das bibliotecas e arquivos (e correspondente acervo cultural);
- Promoção e reforço das identidades culturais, nomeadamente, música tradicional, história e literatura insular;
- Descentralização cultural.

Na prossecução destes objectivos, constituem as principais **linhas de actuação**:

Património

- Continuar a realização do “Inventário do Património Arquitectónico”;
- Concluir a elaboração de projectos integrados de recuperação e beneficiação do património móvel e imóvel, submetendo alguns a apoio comunitário;
- Prosseguir com obras de recuperação e restauro nos casos de maior risco, nomeadamente na área do património histórico-religioso da RAM, bem como com a aquisição de novas peças museais.

Na área dos museus

- Dinamizar a divulgação dos espaços museológicos e das respectivas colecções.

Publicações

- Editar/reeditar obras de referência e de mérito cultural no campo da historiografia, do ensaio e da literatura de carácter insular.

Arquivo e Bibliotecas

- Prosseguir com o plano de informatização dos serviços e proceder à melhoria/conquista de espaços para o exercício das diferentes actividades.

Animação e Divulgação Cultural

- Continuar uma política de descentralização cultural, nas áreas da música e das artes plásticas;
- Apoiar a criação de associações de carácter cultural, capazes de estruturar projectos e de promover a diversificação de iniciativas culturais;
- Prosseguir, no âmbito do CEHA, com actividades de investigação e divulgação, designadamente as relacionadas com as comemorações do descobrimento do Brasil.
- No domínio do enquadramento legislativo e institucional do sector, prevê-se a regulamentação dos processos de candidatura a contratos-programa e a protocolos de cooperação, com a consequente criação de condições operacionais para a sua aplicação.

1.16. COMUNIDADES MADEIRENSES

Cada vez se torna mais premente a aproximação às Comunidades Madeirenses e a cativação dos luso-descendentes, numa lógica de globalização e de defesa desse património humano que são os madeirenses no mundo e da sua maior valia na dignificação da própria Região, da sua cultura e identidade.

Assim, o Governo Regional centra a sua acção nos seguintes **vectores essenciais**:

- Acompanhamento permanente das condições em que ainda se processa alguma emigração com carácter temporário, pese embora a sua tendência decrescente, mantendo contactos permanentes com as autoridades dos respectivos países ou regiões de acolhimento, visando uma constante melhoria das condições de trabalho e de residência dos madeirenses que para aí se deslocam;
- Manutenção de uma presença constante junto dos madeirenses emigrados, nomeadamente através do apoio às iniciativas que visam contemplar os luso-descendentes, como os “Cursos

- de Verão”, e àquelas que visam o suporte a iniciativas de clubes e associações numa perspectiva de maior informação entre as Comunidades e entre estas e a Região, usando todos os meios ao nosso dispôr, particularmente a comunicação social e, mais recentemente, a Internet;
- Intervenção no sentido do cumprimento, tão amplo quanto possível, das recomendações do Congresso e Conselho das Comunidades Madeirenses, privilegiando-se os contactos entre os vários departamentos nacionais e regionais que abordam a temática das migrações por forma a que se traduzam na prática as aspirações dos nossos conterrâneos ausentes.

1.17. SAÚDE

No sector da saúde processaram-se, nos últimos anos, algumas mudanças importantes em diversas áreas, nomeadamente ao nível de equipamentos, de serviços, de recursos humanos e da acessibilidade.

A rede pública actualmente existente é composta por cerca de 50 centros de saúde, que desenvolvem a sua actividade essencialmente na área dos cuidados de saúde primários e por duas unidades hospitalares que constituem o centro Hospitalar do Funchal e actuam a nível dos cuidados de saúde diferenciados.

O número de camas oficiais disponíveis em 1996 era de 814, valor este inferior ao de 1990, que era de 883 camas.

O número de profissionais de saúde registou, no mesmo período, um forte incremento com excepção do número de médicos. Com efeito, o rácio habitantes/médico denota uma ligeira melhoria (de 705, em 1990, para 650, em 1996), mas continua a revelar uma situação desfavorável no contexto nacional (302, em 1996).

A situação a nível de indicadores de saúde evidencia uma evolução favorável das condições de saúde da população. No entanto, alguns indicadores indiciam a necessidade de reforço de acções junto da população idosa, cujas exigências serão cada vez maiores devido ao aumento da esperança de vida.

O Centro Hospitalar do Funchal (CHF) encontra-se numa fase de transição, afectando a forma como a sua estrutura física e de organização do trabalho se têm vindo a processar, tendo em vista

a sua adaptação às novas tendências de gestão, de prestação de cuidados de saúde e de apetrechamento tecnológico.

Duas áreas em particular, merecem uma atenção especial, tais sejam as “altas problemáticas”, que ocupam cerca de 20% das camas disponíveis, e a necessidade de certificação da qualidade dos serviços prestados, de acordo com as normas europeias.

Na área da Saúde constituem, portanto, **objectivos prioritários** para 2000:

- Promover maior funcionalidade aos espaços existentes, nomeadamente a nível dos centros de saúde da Calheta, de Câmara de Lobos e do Bom Jesus, do edifício-sede do Centro Regional de Saúde (CRS) e do Laboratório de Saúde Pública;
- Apetrechar alguns serviços com equipamentos médico-cirúrgico e outro específico para permitir a operacionalidade de determinados programas de saúde;
- Implementar a rede interna de partilha de informação entre centros de saúde e os serviços de apoio do CRS;
- Continuar com o diagnóstico precoce a determinadas doenças e dinamizar os programas já iniciados, como sejam os de rastreio do cancro da mama e do colo do útero, os de saúde materno-infantil e os de prevenção e combate ao tabagismo e ao alcoolismo.
- Acelerar a criação de centros de responsabilidade e de custos ao nível dos departamentos e serviços de acção médica, obtendo-se uma importante descentralização da capacidade decisória aproximando-a cada vez mais dos utilizadores;
- Proceder à programação e elaboração do projecto de arquitectura do pavilhão materno-infantil e, associadamente, do novo serviço de urgência;
- Prosseguir com as medidas de renovação do parque tecnológico do CHF, em especial na área da Radiologia, com a aquisição de novo aparelho de tomografia axial computadorizada e de mamografia com estereotaxia, e na área da Cirurgia Endoscópica;
- Prosseguir com as medidas conducentes à transformação do Hospital Dr. João d'Almada numa unidade vocacionada para internamentos de longa duração;

- Promover, ao nível do CHF, a avaliação/auditoria das condições de segurança e higiene no trabalho e a implementação de acções de formação nestas áreas;
- Diligenciar a aprovação do Regulamento Interno do CHF assim como de legislação que permita rever e introduzir melhorias nas modalidades de serviço em regime de prevenção.

1.18. SEGURANÇA SOCIAL

Tendo como **objectivo** primordial o aumento da coesão social e a melhoria das condições de vida da população, a política de Segurança Social para o ano de 2000 será orientada de acordo com as seguintes **linhas de actuação**:

- Continuar o apoio à criação e desenvolvimento de iniciativas particulares e privadas que visem proporcionar ajuda aos grupos sociais mais desfavorecidos;
- Incrementar a aproximação ao cliente da Segurança Social e ao cidadão em geral, tendo em vista um sistema de Solidariedade e Segurança Social eficiente, eficaz e de qualidade, onde se aposta na associação entre “mais informação” e “melhor imagem”;
- Promover um conhecimento mais aprofundado dos grupos, comunidades e outras problemáticas, a fim de que o trabalho desenvolvido resulte das reais necessidades e se adapte a cada objecto de intervenção;
- Continuar as actividades directas e indirectas dirigidas aos idosos no âmbito do plano definido pelo “Ano Internacional das Pessoas Idosas”, por forma a que as tendências sociais se aproximem, em termos reais, das tendências demográficas;
- Dar prioridade à criação e desenvolvimento de estruturas e serviços que apoiem o crescente número de pessoas dependentes;
- Reforçar o conceito de parceria e participação entre os sectores público, particular e privado aos níveis local, regional e nacional, no que concerne ao desenvolvimento de programas de apoio à população com problemáticas ligadas à pobreza e exclusão social, em face da multidimensionalidade do fenómeno em causa;

- Renovar e ampliar a importância do conceito de família como elemento crucial do desenvolvimento de uma sociedade;
- Sensibilizar as famílias no sentido de fazerem frente aos problemas gerados pela sociedade actual, virada essencialmente para a componente económico-productiva;
- Promover a intervenção ao nível das crianças e jovens em perigo, procurando contrariar a tendência para a institucionalização e permitindo a elaboração de um projecto de vida mais adequado a cada caso;
- Investir no trabalho directo com famílias problemáticas e promover formação mais adequada aos técnicos que com elas trabalham.

De salientar que, no âmbito da política de família e a fim de fazer face a alguns dos problemas que a afectam, serão criadas algumas estruturas, de acolhimento temporário, nomeadamente para mulheres vítimas de maus tratos familiares e crianças em perigo (0/12 anos).

1.19. DEFESA DO CONSUMIDOR

A protecção dos consumidores, especialmente no que concerne à defesa da saúde pública e aos direitos do consumidor, continua merecendo especial atenção por parte do Governo Regional.

No âmbito deste sector, constituem **linhas de intervenção** prioritárias a desenvolver no ano de 2000:

- O desenvolvimento, pelo Serviço de Defesa do Consumidor, de acções de informação, formação e educação dos consumidores em particular e dos agentes económicos em geral, no pressuposto de que o conhecimento mútuo dos respectivos direitos e deveres contribuirá para a redução da conflitualidade e para a concretização de um mercado de qualidade e de segurança. Neste sentido, este serviço actuará em estreita colaboração com os organismos fiscalizadores, na perspectiva de assegurar a protecção dos interesses e direitos dos consumidores;

- A criação de condições para que o centro de documentação existente no Serviço de Defesa do Consumidor possa desempenhar um papel informativo importante em termos de consumo e de direitos e deveres dos consumidores;
- O apoio a estruturas autónomas de protecção dos direitos do consumidor e o fomento de associações dos consumidores;
- O reforço da intervenção da Inspeção Regional das Actividades Económicas, em todos os sectores de actividade, privilegiando as acções de natureza preventiva e averiguando as razões das queixas e denúncias formuladas;
- O combate ao comércio ilegal e às infracções contra a saúde pública, reprimindo-se, de forma intransigente, todas as práticas lesivas da actividade económica ou que atentem contra a saúde e segurança dos consumidores.

1.20. HABITAÇÃO E URBANISMO

O acesso à habitação tem sido fortemente condicionado pelo elevado custo da construção que, por sua vez, deriva de particularidades insulares, nomeadamente escassez de solos, estruturas morfológicas e orográficas difíceis, elevada densidade populacional, sobretudo nos concelhos do Funchal, Câmara de Lobos e Santa Cruz, e elevados custos dos materiais importados. Estima-se que, na Região, o custo da construção deverá ser superior em cerca de 35% à média do Continente.

Paralelamente, persiste um enorme fosso entre o rendimento das famílias e o custo da habitação, o que, por si só, condiciona a procura e, simultaneamente, limita a iniciativa privada que não consegue produzir fogos a preços compatíveis com o rendimento das famílias. O mercado de arrendamento tem, devido a causas de igual natureza, muito pouca expressão.

Por outro lado, continua a existir na Região um grande número de habitações dispersas, sobretudo moradias unifamiliares, que não dispõem das condições mínimas de habitabilidade e que não têm acesso às redes públicas de saneamento básico.

Face a estes constrangimentos tem vindo a ser desenvolvida, através do Instituto de Habitação da Madeira (IHM), uma política de apoio à habitação, visando particularmente as famílias mais

carenciadas, com a construção de fogos para arrendamento social. A intervenção pública tem-se dirigido também a famílias de rendimentos intermédios, através do apoio a cooperativas de habitação, da cedência de terrenos em direito de superfície para auto-construção, da alienação de fogos aos inquilinos e de apoios aos particulares através do PRID e do Regime de Apoio à Valorização da Paisagem (RAVP).

Na sequência da política sectorial desenvolvida, prosseguir-se-á no ano de 2000 com as seguintes **medidas**:

⇒ **Intervenção habitacional integral** através da política de fomento da habitação social promovida pelo Governo Regional - IHM ou pelos municípios, destinada ao arrendamento pelos agregados familiares com fracos recursos económicos e carências habitacionais mais imediatas. Para além da disponibilização dos fogos sociais, continuar-se-á a dotar os empreendimentos de infra-estruturas e equipamentos sociais complementares, com vista à integração das populações realojadas;

⇒ **Intervenção habitacional complementar**, alternativa à habitação social, reforçando as condições para que as famílias pertencentes a segmentos de rendimento intermédios resolvam com a ajuda pública o seu problema habitacional, no sentido de adquirir, construir ou arrendar habitação e de criar condições de habitabilidade através da reabilitação da habitação. Com o objectivo de desenvolver esta acção complementar, estão previstas várias **medidas alternativas**, nomeadamente:

- Apoio a cooperativas de habitação económica;
- Apoio a empresas construtoras de habitação económica;
- Cedência de terrenos, em direito de superfície, para auto-construção;
- Alienação de fogos de habitação social aos inquilinos;
- Apoio a famílias na reabilitação das suas habitações, alargando o âmbito de intervenção dos actuais programas PRID e RAVP;
- Desenvolvimento de programas de incentivos ao arrendamento, permitindo deste modo o alargamento do mercado privado de arrendamento;

⇒ **Intervenção habitacional integrada** através de medidas visando o reordenamento, revitalização e reabilitação do parque habitacional público e privado, incluindo o desenvolvimento de iniciativas ao nível das infra-estruturas públicas e equipamentos sociais, com vista a integrar socialmente as populações carenciadas num processo de resposta a outros problemas de natureza social;

Neste âmbito a política habitacional exigirá a implementação de **medidas integradas**, nomeadamente:

- Implementação de acções concretas de apoio à integração sócio-económica das famílias, envolvendo as áreas de protecção social, saúde, educação e emprego;
- Promoção e fomento da integração urbanística e paisagística do parque habitacional público e privado, envolvendo em especial as áreas do urbanismo, ambiente e municípios, para, eventualmente, virem a definir novos núcleos de desenvolvimento urbano ou melhorarem os núcleos existentes;
- Promoção e fomento da gestão habitacional pública e privada nos domínios da administração, conservação e reabilitação.

A par das intervenções do domínio da habitação nas suas diferentes vertentes, que contribuirão para a atenuação da pressão urbanística existente, pretende-se assegurar um desenvolvimento harmonioso do tecido urbano global, de modo a garantir uma boa vivência urbana e contribuir para a coesão social.

Neste domínio, está em curso o processo de concretização da estruturação física do território regional o que pode verificar-se através da rede hierarquizada de acessibilidades internas implementada e da distribuição de equipamentos e outras infra-estruturas físicas.

Procede-se actualmente à revisão de todo o quadro legislativo no âmbito do ordenamento do território, urbanismo e ambiente de molde a adequá-lo à realidade regional.

Destaca-se, em termos de **acções** a desenvolver em 2000, o apoio técnico à implementação dos Planos Directores Municipais e as acções de requalificação e renovação urbana, designadamente a reabilitação dos núcleos urbanos degradados de Câmara de Lobos.

1.21. AMBIENTE

A preservação dos valores ambientais e a criação de condições para a utilização equilibrada do espaço regional deverão, cada vez mais, ser encaradas como as grandes prioridades da estratégia de desenvolvimento regional.

A Madeira é possuidora de um património natural de excelência com ecossistemas naturais de grande importância não só para a sobrevivência da própria população, mas também enquanto recurso genético e material de estudo à escala mundial. A Floresta Laurisilva, para além de constituir Reserva Biogenética do Conselho da Europa, foi, no passado dia 2 de Dezembro, oficialmente reconhecida pela UNESCO como Património Mundial Natural.

As Ilhas Desertas e as Selvagens são detentoras das classificações de Reserva Biogenética do Conselho da Europa e do Diploma Europeu para Áreas Protegidas, respectivamente.

Tal facto associado às regras de conduta impostas pela U.E. em termos ambientais, nomeadamente, com o estabelecimento da Rede Natura 2000 e com a adopção da Convenção sobre a Biodiversidade fazem com que seja fundamental uma programação cuidadosa das actividades relacionadas com a conservação ambiental.

À Região impõe-se que se privilegie cada vez mais o conhecimento e a melhoria do estudo de conservação das espécies e dos ecossistemas insulares, fazendo cumprir as normas comunitárias e que se sensibilize as populações para os valores existentes, permitindo-lhes um conhecimento e disfrute “in loco” do nosso património natural e demonstrando-lhes as vantagens das boas práticas ambientais.

O reforço das infra-estruturas ambientais, nomeadamente, as relacionadas com o saneamento básico, a gestão dos resíduos, a preservação e a gestão dos recursos hídricos, a prevenção de riscos de erosão e de catástrofes naturais, a requalificação da paisagem, a melhoria do ambiente urbano e rural, o combate à poluição marítima, a protecção de zonas do litoral e uma maior consciencialização e participação mais activa e responsável da população e dos agentes económicos para a conservação e melhoria da qualidade ambiental, constituem, no contexto da Região, linhas de actuação de grande importância para um desenvolvimento sustentável.

Deste modo, e no âmbito do PIDDAR 2000, as **principais medidas e acções** a desenvolver são, por grandes domínios, as seguintes:

Águas Residuais

- Prosseguimento das intervenções em termos do lançamento de novas redes de forma a tornar exequível o tratamento a jusante;
- Construção dos interceptores de águas residuais nas freguesias do Caniço e da Camacha, o que permitirá aumentar o nível de atendimento das populações em zonas de forte expansão urbanística e turística como é o caso do Caniço.

Resíduos Sólidos

- Implementação de um sistema integrado de tratamento, valorização e destino final de resíduos e de campanhas de sensibilização e de responsabilização das populações e demais entidades para apoio ao sistema de gestão de resíduos, por forma a aplicar progressivamente os princípios orientadores do PERRAM - Plano Estratégico de Resíduos da RAM;
- Prosseguimento das obras de ampliação e remodelação da ETRSU da Meia Serra, que permitirá reforçar significativamente e de forma sustentada a capacidade de tratamento e de destino final dos resíduos sólidos urbanos produzidos na Madeira e Porto Santo, e de construção das Estações de Transferência da Zona Oeste da Madeira e do Porto Santo.

Recursos Hídricos

A água é o recurso endógeno madeirense de grande valor estratégico, devendo ser entendido como um recurso existente em quantidade compatível com as necessidades e, por consequência, a ser explorada numa perspectiva de preservação e valorização. Foi recentemente realizado um forte investimento público na melhoria das aduções em alta com recurso a sistemas adutores interligados, automatizados e equipados com sistemas de tratamento adequados à qualidade da água bruta, constituindo infra-estruturas capazes de, numa lógica regional e multimunicipal, explorar racionalmente o domínio público hídrico, otimizar e disciplinar as utilizações com subordinação às prioridades previstas na Lei: o abastecimento público, o regadio, a indústria e a produção hidroeléctrica.

No sentido de cobrir a Região com sistemas de captação, tratamento, armazenagem e adução modernos e eficazes, assume particular importância a construção de duas obras fundamentais: o “Aproveitamento de Fins Múltiplos dos Socorridos” (obra hidráulica de grande envergadura que permite a captação e transferência de excedências superficiais em altitude nas encostas a norte da

Ilha da Madeira para produção hidroenergética e reforço do abastecimento público das áreas urbanas a sul) e a de “Interligação das Principais Origens de Água Potável da Ilha da Madeira” (complexo sistema automatizado disposto ao longo das grandes vias rodoviárias regionais, nomeadamente a Circular da Cidade do Funchal e a Via Rápida Funchal-Aeroporto-Machico, a qual liga o “Aproveitamento dos Fins Múltiplos dos Socorridos” às grandes origens de água existentes no eixo Funchal-Machico, integrando os sistemas de tratamento/exploração de doze novos furos de captação dispostos nas ribeiras intermédias). Interessa ainda referir a necessidade de introdução de sistemas de informação na gestão global dos recursos hídricos, bem como de telegestão nas principais estruturas hidráulicas da Região.

Para além destes projectos, há ainda a considerar um conjunto de investimentos públicos cuja concretização integral está dependente do nível de participação financeira a obter no âmbito do 3º. Quadro Comunitário de Apoio (QCA). É o caso das obras de reflorestação de cabeceiras de ribeiras e constituição de bacias de infiltração a cotas elevadas, para recarga de aquíferos subterrâneos nos maciços ocidental e central da Ilha da Madeira, das estruturas hidráulicas para reforço da produção e da distribuição de água potável à Ilha do Porto Santo, de remodelação e a ampliação de sistemas adutores de interesse multimunicipal, de renovação da rede principal de levadas da Ilha da Madeira estendida até à reforma do regadio, a compatibilização dos sistemas adutores em alta com as principais redes de abastecimento público e a pesquisa/quantificação da valia de novas origens de água.

No plano da responsabilidade e da eficácia da gestão, foram tomadas medidas político-financeiras tendentes à adopção de um modelo orgânico-funcional evoluído, de matriz empresarial. Neste sentido, foi remetida à Assembleia Legislativa Regional uma proposta de Decreto Legislativo Regional, que cria o “Sistema Regional de Gestão e Abastecimento de Água da Região Autónoma da Madeira”, e transforma o actual Instituto de Gestão da Água numa sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, a designar por “Investimentos e Gestão da Água, S.A.”, que terá por objecto a exploração e a gestão do “sistema”, em regime de concessão, de acordo com os padrões comunitários e com as exigências de uma sociedade moderna.

Canalização e Regularização de Ribeiras

- Prossecução das acções em curso no âmbito da correcção torrencial e regularização de cursos de água visando a prevenção de acidentes naturais, que poderão pôr em cauxa a segurança de

pessoas e bens, e a redução dos riscos de erosão;

- Construção da obra de canalização da Ribeira dos Socorridos a montante do PIZO o que permitirá reforçar a protecção a esta zona industrial.

Protecção e Conservação da Natureza

- Aprovação do Plano de Gestão e Ordenamento da Área Protegida, denominada “Parque Natural da Madeira”, fruto de um melhor conhecimento das áreas naturais e das alterações entretanto havidas desde a sua criação em 1982;
- Elaboração de regulamentação sobre percursos pedonais, como forma de prevenção de situações de ruptura e de transformação do potencial económico dessa actividade em benefícios reais para as populações locais;
- Melhoria do estado de conservação das reservas naturais, incrementando o apoio à actividade dos vigilantes e à eliminação dos elementos desequilibrantes dos respectivos ecossistemas;
- Recuperação de *habitats* e espécies prioritárias da Madeira, através, nomeadamente, da elaboração de um plano de ordenamento e gestão da Floresta Laurisilva, do recenseamento da população de Pombos Trocaz, com vista a determinar o seu estado de conservação, da protecção do Lobo Marinho das Ilhas Desertas e da construção de uma pequena estação meteorológica e de um abrigo que permita o desenvolvimento dos trabalhos de investigação relativos às condições óptimas para a nidificação e o sucesso reprodutor da Freira de Bugio;
- Continuação dos trabalhos no exterior do Centro de Informação e de Conservação da Natureza, construído com o apoio da UE (Poseima-Ambiente) junto ao núcleo de dragoeiros centenários existentes no sítio das Neves, São Gonçalo, e aquisição de equipamento de apoio à dinamização de actividades de educação ambiental e à diversificação de estratégias de sensibilização das populações, alargando a intervenção a várias camadas etárias;
- Finalização dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira da Madeira e do Porto Santo;
- Concepção e Construção de muralhas e obras de protecção em zonas de risco do litoral madeirense;

- Elaboração de propostas legislativas em matéria de extracção de inertes e revisão e actualização das taxas existentes, no sentido de consagrar o conceito de “justa indemnização”;
- Implementação das tarefas atribuídas ao Gabinete de Gestão do Litoral, criado através do Decreto Legislativo Regional nº. 5/99/M;
- Criação e reforço das infra-estruturas de recolha e tratamento de informação e instrumentos de gestão ambiental, visando sustentar o processo de decisão e assegurar informação adequada para um controlo eficiente sobre o estado do ambiente;
- Desenvolvimento de acções de educação ambiental por forma a promover a mobilização e a participação dos cidadãos na preservação do ambiente.

1.22. MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O aprofundamento da complexidade das funções da Administração Pública, por um lado, e a preocupação crescente pela defesa dos direitos dos cidadãos e o respeito pelas suas necessidades, por outro, têm conduzido à implementação de diversas medidas que promovam a modernização da Administração, tendo como **objectivos** genéricos maior eficácia, eficiência e qualidade de serviço.

Neste âmbito, os diplomas legislativos recentemente adoptados a nível nacional – nomeadamente Decreto-Lei nº. 135/99, de 22 de Abril, relativo à Modernização da Administração e o Decreto-Lei nº. 166-A/99 de 13 de Maio, relativo ao Sistema de Qualidade em Serviços Públicos - e a nível comunitário - orientações respeitantes a redes transeuropeias para o intercâmbio electrónico de dados entre administrações (IDA) - vêm definir um conjunto de princípios a que a Administração Pública Regional não pode estar alheia.

Assim, a nível do PIDDAR 2000, prevê-se a concretização das seguintes **medidas**:

- Incentivo e promoção de acções de formação e aperfeiçoamento do pessoal afecto aos diversos departamentos da Administração Pública Regional;
- Implementação de acções de actualização e de ampliação dos meios informáticos dos diversos organismos da Administração Pública, destacando-se ainda o desenvolvimento de projectos específicos, designadamente:

- GEDAP - Gestão Electrónica de Documentos da Administração Pública - por forma a dotar a Administração Pública de uma “ferramenta sofisticada e genérica” para o manuseamento de documentos a todos os níveis da organização;
 - RIGRAM - Rede Integrada do Governo Regional da RAM - adopção das novas tecnologias de transmissão de rede para melhor intercomunicabilidade entre serviços e cidadãos através da Internet/Intranet;
 - SEG - Serviço Electrónico do Governo - uso de tecnologia *on-line* para a transformação da maior parte dos procedimentos administrativos, de forma a que estes possam ser desenvolvidos *on-line* e/ou sobre uma forma digital.
-
- Realização do projecto EURISLES, com actualização da base de dados já existente e elaboração de outros estudos considerados relevantes para as regiões que integram o projecto;
 - Elaboração de inquéritos, correntes e de base, de âmbito regional e nacional indispensáveis ao conhecimento actualizado da realidade regional, bem como edição de novas publicações estatísticas;
 - Desenvolvimento de projectos de cooperação no âmbito do turismo e da cultura, nomeadamente com as RUP's;
 - Execução de acções diversas de beneficiação/construção de edifícios relacionados com a Administração Pública Regional;
 - Prosseguimento das acções de apoio ao acompanhamento, gestão, avaliação e controlo das intervenções co-financiadas pela União Europeia.



**2. POLÍTICA
DE
INVESTIMENTOS**

2. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A dotação global afecta à realização do Programa de Investimentos para 2000 é de 107 676 286 contos.

Relativamente à dotação prevista para o ano, em curso, representa um acréscimo de 28%. Tal facto deriva essencialmente da inclusão de um grande número de novos investimentos, cujo valor ascende a 12 milhões de contos, na sua maioria a serem comparticipados pela União Europeia no âmbito do 3.º Quadro Comunitário de Apoio.

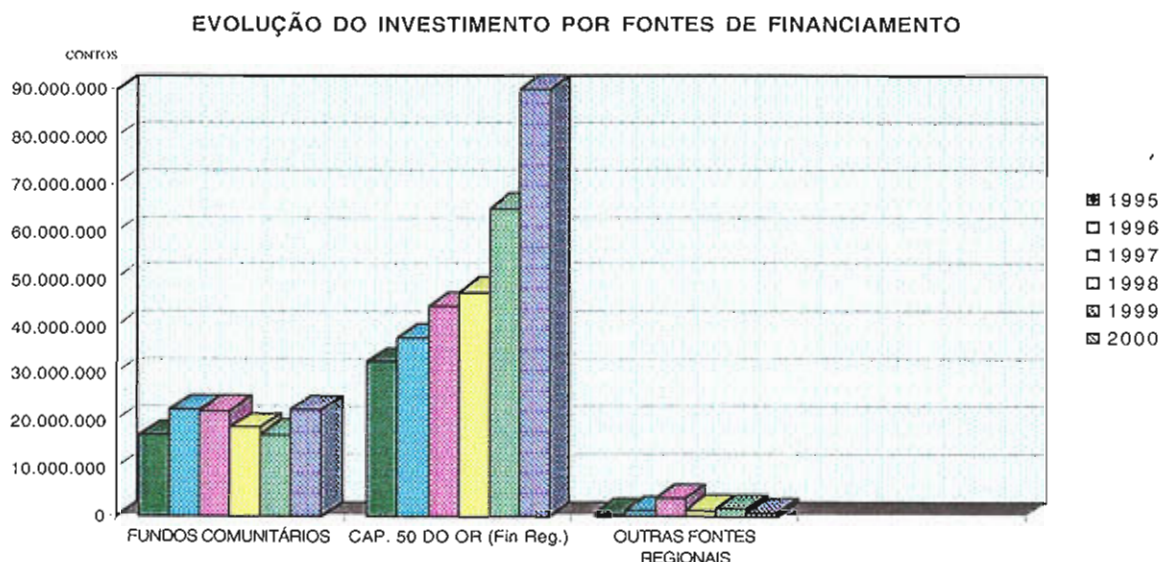
Fontes de Financiamento	Mil contos	Estrutura %
Cap. 50 - Financiamento Regional	84 286	78,3
Não cofinanciado	72 027	66,9
Contrapartida Interna	12 259	11,4
Outras Fontes (Regionais)	720	0,7
Fontes Comunitárias	22 670	21,1
TOTAL	107 676	100,0

Do total do investimento a afectar no próximo ano, prevê-se que 21% tenham origem nos fundos estruturais comunitários e em linhas orçamentais específicas.

As fontes financeiras regionais suportarão os restantes 79% relevando-se neste âmbito o Capítulo 50 do Orçamento Regional.

O gráfico que representa a evolução do investimento por fontes de financiamento demonstra a inversão da tendência decrescente da receita comunitária, decorrente, como já foi referido, da entrada no PIDDAR de novos projectos de investimento integrados no QCA 2000/06.

Por outro lado, o esforço financeiro regional evidenciado no Capítulo 50 do Orçamento Regional apresenta-se continuamente crescente, não só para fazer face à contrapartida regional dos projectos com apoio comunitário, como também porque algumas obras públicas, nomeadamente estradas regionais, não tendo beneficiado de co-financiamento comunitário no âmbito do POPRAM II, encontram-se neste momento na fase de maior absorção de verbas.



A repartição do investimento segundo as entidades responsáveis pela sua execução depende sobretudo das prioridades sectoriais estabelecidas superiormente.

À Secretaria Regional do Equipamento Social e Ambiente, devido ao pelouro que detém em matéria de infraestruturas rodoviárias, ambiente, habitação e urbanismo, cabe 71 milhões de contos, cerca de 66% do total a investir.

Para cada uma das Secretarias Regionais do Plano e da Coordenação e da Educação estão reservados cerca de 9 milhões de contos (9% do montante global a investir), por via das suas competências no âmbito do apoio aos Municípios e à implementação na Região da “sociedade de informação”, e do contributo para a valorização dos recursos humanos, respectivamente.

As Secretarias Regionais da Economia e Cooperação Externa e da Agricultura Florestas e Pescas, cujas áreas de intervenção estão direccionadas para o apoio ao sector empresarial à indústria e ao comércio, por um lado, e para agricultura, silvicultura, pecuária e pescas, por outro, detêm, cada uma, 6 milhões de contos, o que corresponde a 6% do investimento global.

A Secretaria Regional do Turismo e Cultura, onde se releva o apoio ao desenvolvimento do sector turístico e da cultura regional, detem uma dotação de 2,5 milhões de contos.

Com uma dotação de 2 milhões de contos a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Parlamentares fará face à promoção da saúde, através, nomeadamente da melhoria da qualidade na prestação de cuidados de saúde tanto a nível curativo como preventivo.

À Secretaria Regional dos Recursos Humanos está afecto 1 milhão de contos que reverterá a favor do prosseguimento da política de emprego preconizada pelo Governo Regional.

**Repartição do Investimento por áreas de actuação
-2000-**

Áreas de Actuação	Valor (mil contos)	(%)
Sectores Produtivos	11 433	11
Acessibilidades	43 853	41
Valorização dos Recursos Humanos	17 726	16
Habitação Urbanismo e Ambiente	20 821	19
Saúde e Segurança Social	2 506	2
Sectores de Apoio	4 137	4
Investimentos Municipais	7 200	7
TOTAL	107 676	100

A análise à repartição do investimento por áreas de actuação evidencia que a despesa pública relacionada com investimentos na área das “Acessibilidades” representa cerca de 41% da despesa total do PIDDAR.

Seguem-se-lhe, por ordem decrescente do montante atribuído, os sectores da “Habitação e Urbanismo” e “Defesa e Conservação do Ambiente”, a “Valorização dos Recursos Humanos” (abrangendo os sectores da Educação, Formação Profissional, Emprego, Desporto e Cultura), os “Sectores Produtivos” (englobando o apoio ao desenvolvimento da agricultura, do turismo, dos sectores industrial e comercial e os sistemas de apoio directo ao tecido empresarial), os sectores de apoio (incluindo-se aqui os investimentos nas áreas da Informação Científica e Técnica, da Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico e da Administração Pública Regional).

Os recursos financeiros destinados a apoiar os Municípios na execução de projectos de desenvolvimento local prefazem um montante de 7 200 000 contos, equivalendo a 7% do valor e total do PIDDAR.

Cerca de 79% deste montante referem-se a compromissos do Governo Regional resultantes de contratos-programa assinados com as Câmaras Municipais. Os restantes 21% representam a contrapartida regional de projectos comparticipados pela União Europeia, através dos fundos estruturais.

Estes investimentos destinam-se na sua grande maioria (80% do montante global) à construção e beneficiação de estradas e caminhos municipais e, em menor escala, a infraestruturas de saneamento básico e gestão dos resíduos sólidos (9%) e a infraestruturas urbanísticas (6%).

Como é evidenciado no Quadro II – “Repartição Sectorial do Investimento por Fontes de Financiamento” e no Gráfico correspondente, o investimento previsto para os sectores “Emprego e Formação Profissional”, “Turismo” e “Informação Científica e Técnica” beneficiará do apoio comunitário em mais de 50%. O financiamento comunitário previsto para os sectores “Apoios”, “Habitação e Urbanismo”, “Indústria” e “Pesca” varia entre 50% e 30% da despesa respectiva..

Tal facto prende-se com a existência, nestes sectores, de um maior volume de despesa em acções consideradas elegíveis aos fundos estruturais e com as prioridades atribuídas no âmbito do Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2000-06.

Em termos absolutos, do montante total do financiamento comunitário para os investimentos programados para 2000, no valor de 22 670 milhares de contos, cerca de 31% destinam-se à “Valorização dos Recursos Humanos”, com destaque para o “Emprego e Formação Profissional”, cabendo igual percentagem à “Habitação Urbanismo e Ambiente”.

Os “Sectorios Produtivos” absorverão 20% das verbas comunitárias, seguindo-se os “Sectorios de Apoio”, com 7%.

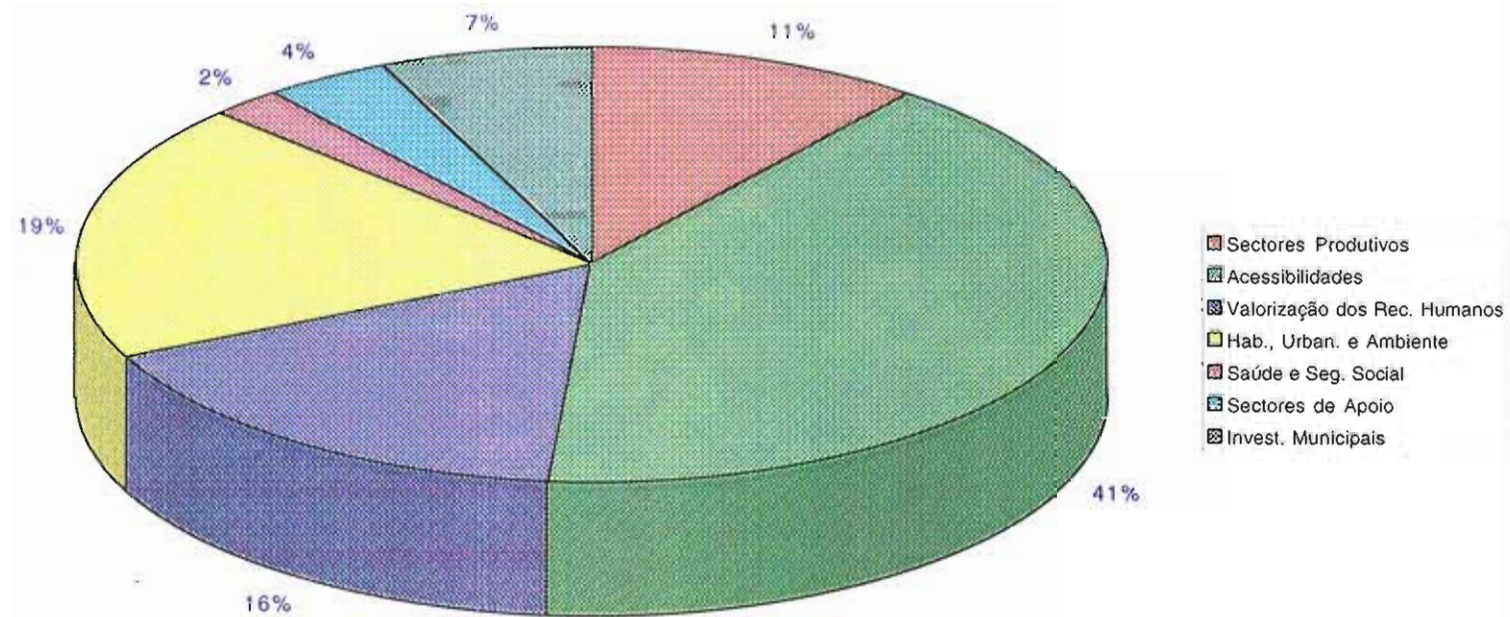
QUADRO II

REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO POR FONTES DE FINANCIAMENTO

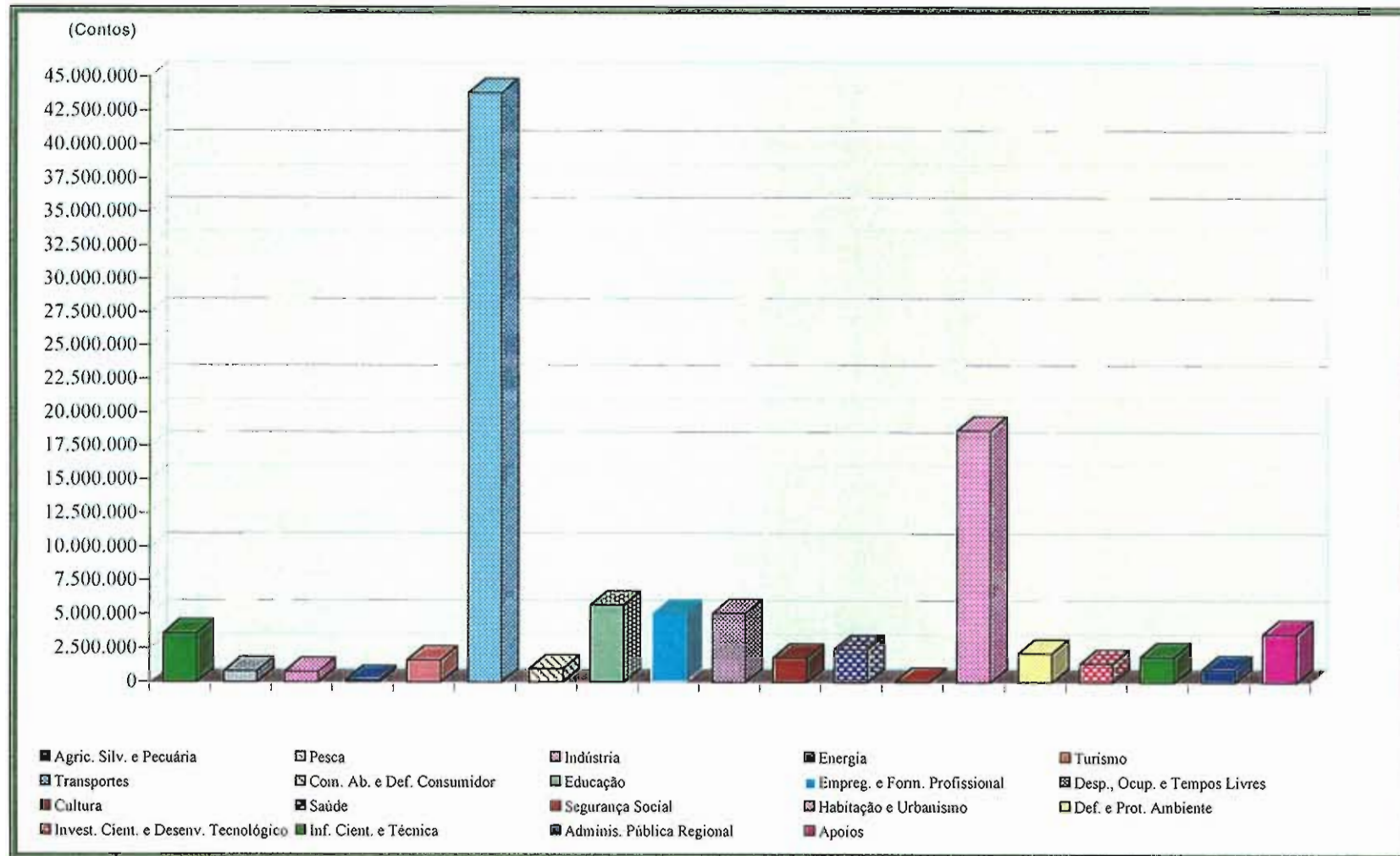
(Milhares de Contos)

SECTORES	FINANCIAMENTO REGIONAL			FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	TOTAL
	TOTAL	CAP. 50 O.R.	OUTRAS FONTES		
Agricultura, Silv. e Pecuária	2 696	2 692	4	897	3 593
Pesca	559	559		254	813
Indústria	519	519		238	757
Energia	155	155		0	155
Turismo	282	282		1 306	1 588
Transportes, Comun. e Meteorologia	41 795	41 795		2 058	43 853
Com., Abast. e Def. do Consumidor	891	891		78	969
Educação	4 043	4 043		1 667	5 710
Emprego e Formação Profissional	640	479	161	4 500	5 140
Desporto e Oc. dos Tempos Livres	4 655	4 655		427	5 082
Cultura	1 266	1 266		528	1 794
Saúde	2 089	2 089		379	2 468
Segurança Social	38	38		0	38
Habituação e Urbanismo	12 248	11 693	555	6 444	18 692
Defesa e Protecção do Ambiente	1 508	1 508		620	2 128
Inv. Cient. e Desenv. Tecnológico	1 003	1 003		360	1 363
Informação Científica e Técnica	889	889		985	1 874
Administração Pública Regional	651	651		249	900
Apoios	1 879	1 879		1 680	3 559
Investimentos Municipais	7 200	7 200		0	7 200
TOTAL	85 006	84 286	720	22 670	107 676

REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO POR ÁREAS DE ACTUAÇÃO
— 2000 —

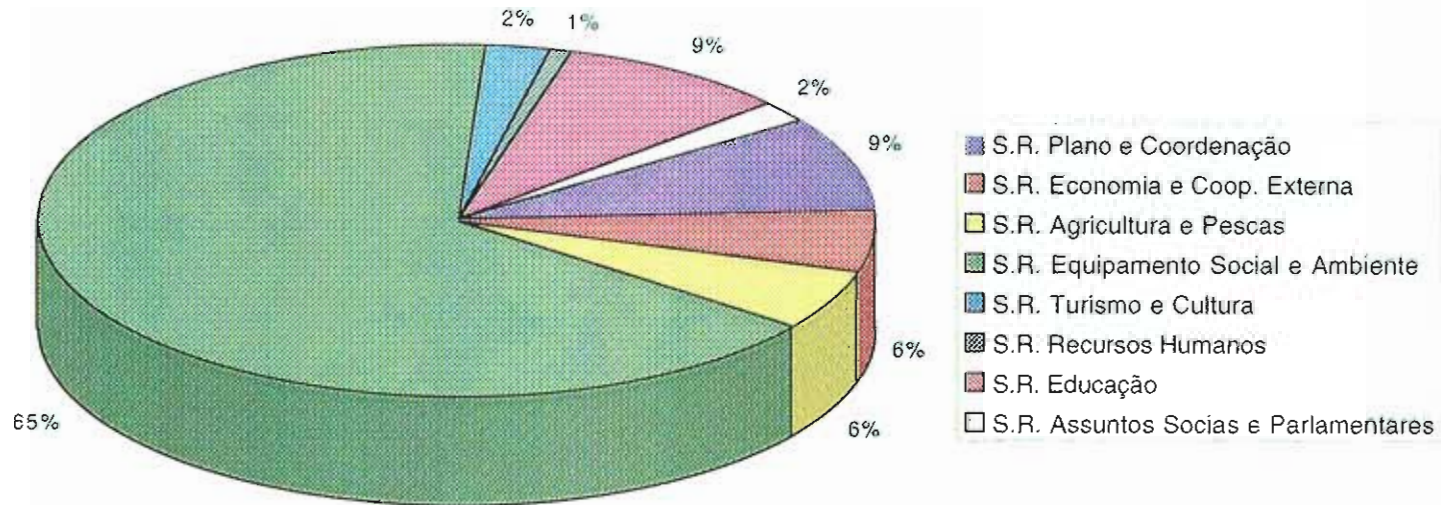


REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO — 2000 —



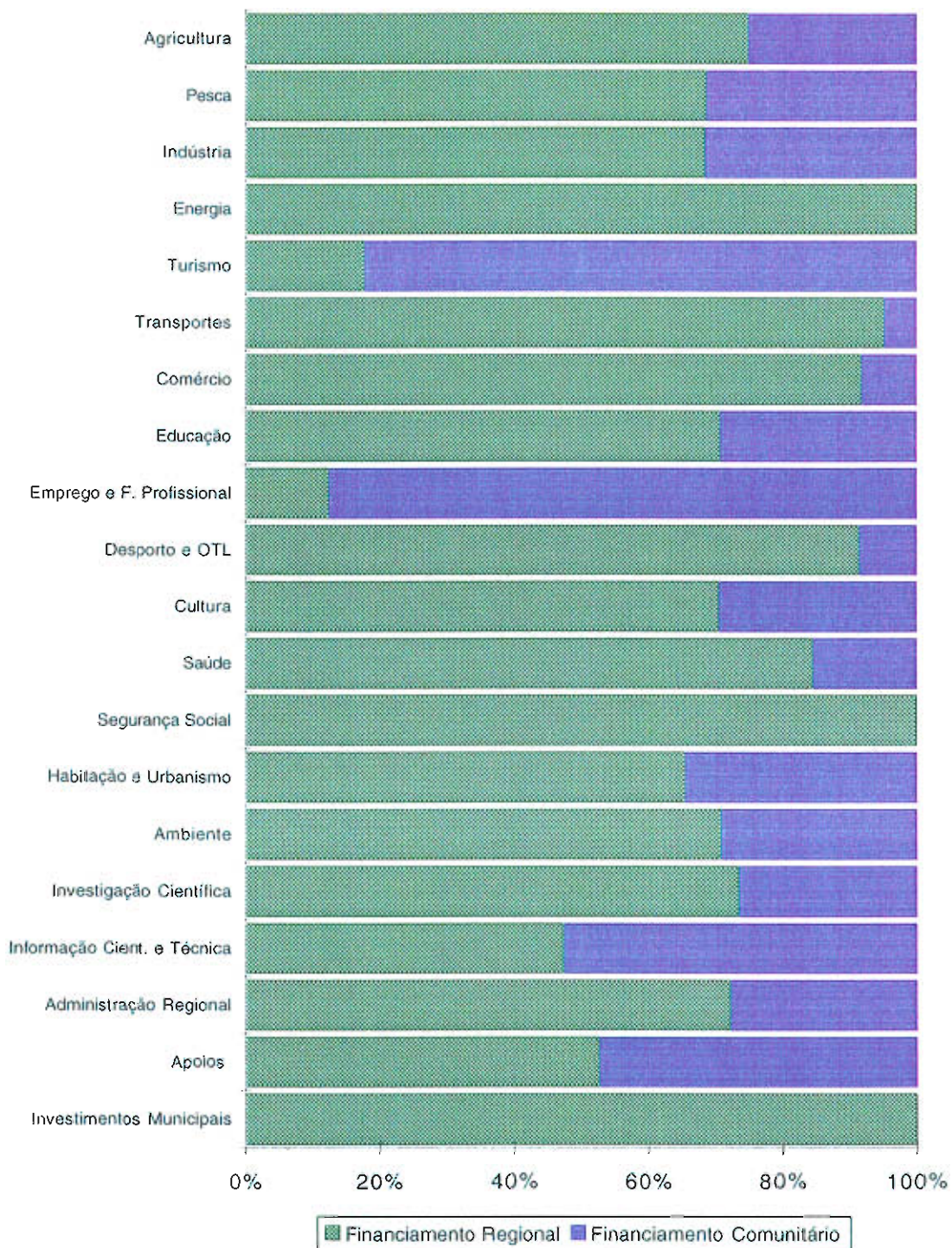
REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO POR SECRETARIAS

— 2000 —



REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO POR FONTES DE FINANCIAMENTO
- 2000 -

S
E
C
T
O
R
E
S





**3. PROGRAMA
DE
INVESTIMENTOS**

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 de Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total
1		2	3	4	5	6	7	8
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL	3 795 055	2 309 349	9 283 413	163 220	100 800	78 400	15 730 237
	CAP. 50 O.R.	3 795 055	2 309 349	9 283 413	163 220	100 800	78 400	15 730 237
PROJECTOS EM CURSO	TOTAL	3 795 055	2 272 349	8 412 113	155 500	100 800	78 400	14 814 217
	CAP. 50 O.R.	3 795 055	2 272 349	8 412 113	155 500	100 800	78 400	14 814 217
PROJECTOS NOVOS	TOTAL	0	37 000	871 300	7 720	0	0	916 020
	CAP. 50 O.R.	0	37 000	871 300	7 720	0	0	916 020
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO		TOTAL	281 062	144 709	350 500	0	0	776 271
		CAP. 50 O.R.	281 062	144 709	350 500	0	0	776 271
PÓLO TECNOLÓGICO DA MADEIRA		TOTAL	281 062	144 709	350 500	0	0	776 271
SE SFP Nº. PROJS: 4		CAP. 50 O.R.	281 062	144 709	350 500	0	0	776 271
Gestão e Projectos Comunitários (Gab. Sec.)		TOTAL	281 062	144 709	130 000	0	0	555 771
COFIN OC		CAP. 50 O.R.	281 062	144 709	130 000	0	0	555 771
1994-00								
N Estudos de Expansão do Madeira Tecnopolo (Gab. Sec.)		TOTAL	0	0	30 500	0	0	30 500
COFIN POPRAM		CAP. 50 O.R.	0	0	30 500	0	0	30 500
2000-00								
N Jardim da Biodiversidade (Gab. Sec.)		TOTAL	0	0	150 000	0	0	150 000
COFIN POPRAM		CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	0	0	150 000
2000-00								
N Esplanada Jardim		TOTAL	0	0	40 000	0	0	40 000
2000-00		CAP. 50 O.R.	0	0	40 000	0	0	40 000
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		TOTAL	404 956	211 614	1 521 983	163 220	100 800	2 480 973
		CAP. 50 O.R.	404 956	211 614	1 521 983	163 220	100 800	2 480 973
MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL DE INICIATIVA ENDÓGENA		TOTAL	202 987	165 116	405 683	110 500	100 800	1 063 486
SE SFP Nº. PROJS: 11		CAP. 50 O.R.	202 987	165 116	405 683	110 500	100 800	1 063 486
N Dinamização Empresarial		TOTAL	0	0	122 500	0	0	122 500
COFIN REGIS II e POP		CAP. 50 O.R.	0	0	122 500	0	0	122 500
2000-00								
Marketing, Promoção e Internacionalização (Gab. do Sec.)		TOTAL	48 180	79 000	100 000	0	0	227 180
COFIN POPRAM		CAP. 50 O.R.	48 180	79 000	100 000	0	0	227 180
1996-00								
Conselho Europeu do Direito do Ambiente (Gab. do Sec.)		TOTAL	65 467	11 106	23 750	0	0	100 323
1995-00		CAP. 50 O.R.	65 467	11 106	23 750	0	0	100 323
Cooperação Técnica e Científica com a AREAM (Gab. do Sec.)		TOTAL	71 260	38 010	53 333	81 100	72 800	394 903
1997-03		CAP. 50 O.R.	71 260	38 010	53 333	81 100	72 800	394 903
Programa de Cooperação Técnica e Científica com o CEDE (Gab. do Sec.)		TOTAL	15 680	0	26 600	29 400	28 000	99 680
1998-03		CAP. 50 O.R.	15 680	0	26 600	29 400	28 000	99 680
N Representação da Região na Comissão Regional de Seleção do IQADE II (DRP)		TOTAL	0	0	3 000	0	0	3 000
2000-0		CAP. 50 O.R.	0	0	3 000	0	0	3 000
N Programa de Cooperação com a ADERAM (Gab. do Sec.)		TOTAL	0	37 000	40 000	0	0	77 000
1999-00		CAP. 50 O.R.	0	37 000	40 000	0	0	77 000
Redes de Cooperação (DRP)		TOTAL	2 400	0	2 500	0	0	4 900
COFIN REGIS I		CAP. 50 O.R.	2 400	0	2 500	0	0	4 900
1998-00								
Projectos de Cooperação - RUP (DRP)		TOTAL	0	0	2 500	0	0	2 500
COFIN REGIS I		CAP. 50 O.R.	0	0	2 500	0	0	2 500
1998-00								
N Acções Voluntaristas, Inovação e Internacionalização (Gab. do Sec.)		TOTAL	0	0	19 000	0	0	19 000
2000-00		CAP. 50 O.R.	0	0	19 000	0	0	19 000
N Acções de Desenvolvimento Local (Gab. do Sec.)		TOTAL	0	0	12 500	0	0	12 500
2000-00		CAP. 50 O.R.	0	0	12 500	0	0	12 500

DESIGNAÇÃO			PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
			Executado até 1999	1999 Exec. até 31 de Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total	
SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO - INFOMADEIRA			TOTAL	0	0	370 200	0	0	0	370 200
SE: SRPINESI	Nº. PROJ.S: 5		CAP. 50 O.R	0	0	370 200	0	0	0	370 200
N Info-Acessos (Gab. do Sec.)			TOTAL	0	0	25 200	0	0	0	25 200
2000-00	COFIN	POPRAM	CAP. 50 O.R	0	0	25 200	0	0	0	25 200
N Infocidadão (Gab. do Sec.)			TOTAL	0	0	15 000	0	0	0	15 000
2000-00	COFIN	POPRAM	CAP. 50 O.R	0	0	15 000	0	0	0	15 000
N Infoconleúdos (Gab. do Sec.)			TOTAL	0	0	225 000	0	0	0	225 000
2000-00	COFIN	POPRAM	CAP. 50 O.R	0	0	225 000	0	0	0	225 000
N Info-Mercado (Gab. do Sec.)			TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
2000-00	COFIN	POPRAM	CAP. 50 O.R	0	0	10 000	0	0	0	10 000
N Info-Escola Conectiva (Gab. do Sec.)			TOTAL	0	0	95 000	0	0	0	95 000
2000-00	COFIN	POPRAM	CAP. 50 O.R	0	0	95 000	0	0	0	95 000
PROJECTOS DE INFORMAÇÃO REGIONAL			TOTAL	22 141	408	60 300	45 000	0	0	127 849
SE: SRP	Nº. PROJ.S: 5		CAP. 50 O.R	22 141	408	60 300	45 000	0	0	127 849
Sistema de Gestão da Informação Geográfica - (DRP)			TOTAL	915	0	15 000	0	0	0	15 915
1996-00			CAP. 50 O.R	915	0	15 000	0	0	0	15 915
Projecto EURISLES (DRE)			TOTAL	19 027	143	9 500	0	0	0	28 670
1993-00			CAP. 50 O.R	19 027	143	9 500	0	0	0	28 670
Contas Económicas Regionais (DRE)			TOTAL	2 199	265	800	0	0	0	3 264
1994-00			CAP. 50 O.R	2 199	265	800	0	0	0	3 264
Parceria para Aquisição de Cartografia Digital da Zona Urbana do Funchal (DRP)			TOTAL	0	0	30 000	45 000	0	0	75 000
1999-01			CAP. 50 O.R	0	0	30 000	45 000	0	0	75 000
Base de Dados de Legislação (DRI)			TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
1999-00			CAP. 50 O.R	0	0	5 000	0	0	0	5 000
GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS POPRAM II			TOTAL	177 001	22 225	595 000	0	0	0	794 226
SE: SRP	Nº. PROJ.: 4		CAP. 50 O.R	177 001	22 225	595 000	0	0	0	794 226
Monitorização do Programa na Direcção Regional de Planeamento			TOTAL	32 587	5 738	15 000	0	0	0	53 325
1994-00	COFIN	POPRAM	CAP. 50 O.R	32 587	5 738	15 000	0	0	0	53 325
Funcionamento da Unidade de Gestão-DRP			TOTAL	89 479	15 993	560 000	0	0	0	665 472
1994-00	COFIN	POPRAM	CAP. 50 O.R	89 479	15 993	560 000	0	0	0	665 472
Estudos, Publicidade e Promoção			TOTAL	21 930	0	10 000	0	0	0	31 930
1994-00	COFIN	POPRAM	CAP. 50 O.R	21 930	0	10 000	0	0	0	31 930
Gestão e Acompanhamento			TOTAL	33 005	494	10 000	0	0	0	43 499
1994-00	COFIN	POPRAM	CAP. 50 O.R	33 005	494	10 000	0	0	0	43 499
ESTUDOS E PREPARAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL			TOTAL	280	13 384	53 600	7 720	0	0	74 984
SE: SRP	Nº. PROJ.: 3		CAP. 50 O.R	280	13 384	53 600	7 720	0	0	74 984
Plano de Ordenamento Turístico da RAM (DRP)			TOTAL	280	13 384	35 000	0	0	0	48 664
1998-00	COFIN	REGIS	CAP. 50 O.R	280	13 384	35 000	0	0	0	48 664
Estudos Estratégicos e Sectoriais (DRP)			TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
1997-00			CAP. 50 O.R	0	0	10 000	0	0	0	10 000
N Estudo e Caracterização da Paisagem da Madeira (DRP)			TOTAL	0	0	8 600	7 720	0	0	16 320
2000-01	COFIN	INTERREG II - C	CAP. 50 O.R	0	0	8 600	7 720	0	0	16 320

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 de Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total
GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DE ACÇÕES COM APOIO COMUNITÁRIO	TOTAL	2 547	10 481	37 200	0	0	0	50 228
	CAP. 50 O.R.	2 547	10 481	37 200	0	0	0	50 228
SE: SRP	Nº. PROJ.: 4							
RIME - Regime de Apoio às Micro-Empresas - DRP	TOTAL	2 455	10 351	22 700	0	0	0	35 506
	CAP. 50 O.R.	2 455	10 351	22 700	0	0	0	35 506
1998-00	COFIN							
Apoio às Pequenas e Médias Empresas - PIC PME's	TOTAL	0	109	5 000	0	0	0	5 109
1999-00	CAP. 50 O.R.	0	109	5 000	0	0	0	5 109
1999-00	COFIN							
Gestão e Acompanhamento de Outras Acções - DRP	TOTAL	92	21	7 000	0	0	0	7 113
	CAP. 50 O.R.	92	21	7 000	0	0	0	7 113
1998-00								
Acções de Acompanhamento Diversas - DRP	TOTAL	0	0	2 500	0	0	0	2 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	2 500	0	0	0	2 500
1998-00								
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	187 676	22 481	210 930	0	0	0	421 097
	CAP. 50 O.R.	187 676	22 481	210 930	0	0	0	421 097
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL DA DIRECÇÃO REGIONAL DO PLANEAMENTO	TOTAL	3 297	2 100	7 500	0	0	0	12 897
1998-00	CAP. 50 O.R.	3 297	2 100	7 500	0	0	0	12 897
SE: SRP	Nº. PROJ.: 1							
Acções de Formação (DRP)	TOTAL	3 297	2 100	7 500	0	0	0	12 897
	CAP. 50 O.R.	3 297	2 100	7 500	0	0	0	12 897
1998-00	COFIN							
	POPRAM							
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO DA DRP	TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
1998-00	CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
SE: SRP	Nº. PROJ.: 1							
Modernização do Sistema de Tratamento da Informação da DRP	TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
1998-00	CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
1998-00	COFIN							
	POPRAM							
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL DA SEC. REG. DO PLANO E DA COORDENAÇÃO	TOTAL	1 895	284	4 230	0	0	0	6 409
1998-00	CAP. 50 O.R.	1 895	284	4 230	0	0	0	6 409
SE: SRP	Nº. PROJ.: 4							
Afecto à Dir. Reg. de Informática	TOTAL	755	13	2 700	0	0	0	3 468
	CAP. 50 O.R.	755	13	2 700	0	0	0	3 468
1998-00								
Afecto à Dir. Reg. de Estatística	TOTAL	125	129	210	0	0	0	464
	CAP. 50 O.R.	125	129	210	0	0	0	464
1998-00								
Afecto à Dir. Reg. de Finanças	TOTAL	510	0	660	0	0	0	1 170
	CAP. 50 O.R.	510	0	660	0	0	0	1 170
1998-00								
Afecto à Dir. Reg. de Orçamento e Contabilidade	TOTAL	505	142	660	0	0	0	1 307
	CAP. 50 O.R.	505	142	660	0	0	0	1 307
1998-00								
ACTUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA DIR. REG. DE INFORMÁTICA	TOTAL	144 815	1 270	96 500	0	0	0	242 585
1998-00	CAP. 50 O.R.	144 815	1 270	96 500	0	0	0	242 585
SE: SRP	Nº. PROJ.: 6							
Aquisição de Equipamentos Informáticos e Suportes Lógicos (DRI)	TOTAL	68 788	401	9 500	0	0	0	78 689
	CAP. 50 O.R.	68 788	401	9 500	0	0	0	78 689
1994-00								
GABMATIC - Correio e Escritório Electrónico (DRI)	TOTAL	76 027	827	2 500	0	0	0	79 354
	CAP. 50 O.R.	76 027	827	2 500	0	0	0	79 354
1993-00								
"Task Force" Ano 2000 (DRI)	TOTAL	0	42	9 500	0	0	0	9 542
	CAP. 50 O.R.	0	42	9 500	0	0	0	9 542
1999-00								
N GEDAP - Gestão Electrónica de Documentos da Administração Pública (DRI)	TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
2000-00	COFIN							
	POPRAM							
N RiGRAM - Rede Integrada do Governo Regional de RAM (DRI)	TOTAL	0	0	40 000	0	0	0	40 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	40 000	0	0	0	40 000
2000-00	COFIN							
	POPRAM							

DESIGNAÇÃO			PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
			Executado até 1998	1999 Exec. até 31 de Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total	
N SEG - Serviço Electrónico do Governo (DRI)			TOTAL	0	0	15 000	0	0	0	15 000
2000-00			CAP. 50 O.R.	0	0	15 000	0	0	0	15 000
COPIN POPRAM										
ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			TOTAL	37 669	18 204	57 700	0	0	0	113 573
SE: SFP			CAP. 50 O.R.	37 669	18 204	57 700	0	0	0	113 573
Nº PROJES: 2										
No Domínio da Informática (DRI)			TOTAL	4 468	3 262	7 600	0	0	0	15 330
1998-00			CAP. 50 O.R.	4 468	3 262	7 600	0	0	0	15 330
COPIN POPRAM										
Outras Acções de Formação (DRAPL)			TOTAL	33 201	14 942	50 100	0	0	0	98 243
1998-00			CAP. 50 O.R.	33 201	14 942	50 100	0	0	0	98 243
COPIN POPRAM										
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA			TOTAL	0	633	20 000	0	0	0	20 633
SE: SFP			CAP. 50 O.R.	0	633	20 000	0	0	0	20 633
Nº PROJES: 2										
No Âmbito do Programa REGIS II (DRP)			TOTAL	0	64	10 000	0	0	0	10 064
1998-00			CAP. 50 O.R.	0	64	10 000	0	0	0	10 064
No Âmbito do Fundo de Coesão (DRP)			TOTAL	0	569	10 000	0	0	0	10 569
1998-00			CAP. 50 O.R.	0	569	10 000	0	0	0	10 569
INVESTIMENTOS MUNICIPAIS			TOTAL	2 921 361	1 930 535	7 200 000	0	0	0	12 051 896
CF: 420			CAP. 50 O.R.	2 921 361	1 930 535	7 200 000	0	0	0	12 051 896
Câmara Municipal da Calheta			TOTAL	349 317	190 000	343 088	0	0	0	882 405
			CAP. 50 O.R.	349 317	190 000	343 088	0	0	0	882 405
Câmara Municipal do Funchal			TOTAL	956 127	200 872	2 090 429	0	0	0	3 247 428
			CAP. 50 O.R.	956 127	200 872	2 090 429	0	0	0	3 247 428
Câmara Municipal de Câmara de Lobos			TOTAL	312 378	450 003	737 330	0	0	0	1 499 711
			CAP. 50 O.R.	312 378	450 003	737 330	0	0	0	1 499 711
Câmara Municipal de Machico			TOTAL	184 595	168 085	567 323	0	0	0	920 003
			CAP. 50 O.R.	184 595	168 085	567 323	0	0	0	920 003
Câmara Municipal da Ponta do Sol			TOTAL	199 016	219 089	335 590	0	0	0	753 695
			CAP. 50 O.R.	199 016	219 089	335 590	0	0	0	753 695
Câmara Municipal do Porto Moniz			TOTAL	23 962	108 440	199 160	0	0	0	331 562
			CAP. 50 O.R.	23 962	108 440	199 160	0	0	0	331 562
Câmara Municipal do Porto Santo			TOTAL	112 465	44 640	364 090	0	0	0	521 195
			CAP. 50 O.R.	112 465	44 640	364 090	0	0	0	521 195
Câmara Municipal da Ribeira Brava			TOTAL	186 431	73 440	786 759	0	0	0	1 046 630
			CAP. 50 O.R.	186 431	73 440	786 759	0	0	0	1 046 630
Câmara Municipal de Santana			TOTAL	202 973	216 109	374 975	0	0	0	794 057
			CAP. 50 O.R.	202 973	216 109	374 975	0	0	0	794 057
Câmara Municipal de Santa Cruz			TOTAL	172 505	164 493	932 953	0	0	0	1 269 951
			CAP. 50 O.R.	172 505	164 493	932 953	0	0	0	1 269 951
Câmara Municipal de Sao Vicente			TOTAL	159 370	55 760	399 303	0	0	0	614 433
			CAP. 50 O.R.	159 370	55 760	399 303	0	0	0	614 433
Associação de Municípios da Madeira			TOTAL	62 222	39 604	69 000	0	0	0	170 826
			CAP. 50 O.R.	62 222	39 604	69 000	0	0	0	170 826

QUADRO III - 2

SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA E COOPERAÇÃO EXTERNA

(CONTOS)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO MODAR							
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	5 246 348	1 441 309	6 191 319	4 267 614	2 738 648	11 082 512	31 957 748
		CAP. 50 O.R.	5 246 348	1 441 309	4 591 994	3 166 364	1 971 771	7 001 123	24 418 909
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	6 246 348	1 441 309	2 366 168	1 244 614	874 146	2 702 984	14 875 569
		CAP. 50 O.R.	6 246 348	1 441 309	2 366 168	1 244 614	874 146	2 702 984	14 875 569
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	3 825 151	3 023 000	1 864 500	8 379 528	17 092 179
		CAP. 50 O.R.	0	0	2 225 826	1 921 750	1 087 625	4 298 139	9 543 340
SECTOR: INDÚSTRIA		TOTAL	2 186 895	82 000	532 000	645 000	721 500	339 000	4 506 395
		CAP. 50 O.R.	2 186 895	82 000	532 000	645 000	721 500	339 000	4 506 395
DINAMIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL		TOTAL	2 186 895	82 000	532 000	645 000	721 500	339 000	4 506 395
		CAP. 50 O.R.	2 186 895	82 000	532 000	645 000	721 500	339 000	4 506 395
SE: SREC Nº. PROJ. 7									
Parque Industrial da Zona Oeste (PIZO) - DRCI		TOTAL	2 137 890	16 438	114 000	0	0	0	2 268 328
1992-00		CAP. 50 O.R.	2 137 890	16 438	114 000	0	0	0	2 268 328
Parque Industrial da Camacha (PICAM) - DRCI		TOTAL	27 912	0	57 000	150 000	243 000	0	477 912
1995-02 COFIN POPRAM		CAP. 50 O.R.	27 912	0	57 000	150 000	243 000	0	477 912
Parque Industrial das Ginjas - DRCI		TOTAL	2 278	4 171	76 000	90 000	90 000	94 000	356 449
1995-03 COFIN POPRAM		CAP. 50 O.R.	2 278	4 171	76 000	90 000	90 000	94 000	356 449
Parque Industrial da Cancela (PIC) - DRCI		TOTAL	16 815	61 391	123 500	0	0	0	203 706
1997-00		CAP. 50 O.R.	16 815	61 391	123 500	0	0	0	203 706
Parque Industrial do Porto Santo - DRCI		TOTAL	0	0	66 500	100 000	83 500	0	250 000
1999-02 COFIN POPRAM		CAP. 50 O.R.	0	0	66 500	100 000	83 500	0	250 000
Parque Industrial do Machico - DRCI		TOTAL	0	0	28 500	5 000	5 000	211 500	250 000
1999-03 COFIN POPRAM		CAP. 50 O.R.	0	0	28 500	5 000	5 000	211 500	250 000
Parque Industrial de Câmara de Lobos - DRCI		TOTAL	0	0	66 500	300 000	300 000	33 500	700 000
2000-03 COFIN POPRAM		CAP. 50 O.R.	0	0	66 500	300 000	300 000	33 500	700 000
SECTOR: ENERGIA		TOTAL	223 906	0	154 850	90 000	0	0	468 756
		CAP. 50 O.R.	223 906	0	154 850	90 000	0	0	468 756
APOIOS AOS PRODUTORES PRIVADOS DE ENERGIA		TOTAL	223 108	0	78 850	90 000	0	0	391 958
		CAP. 50 O.R.	223 108	0	78 850	90 000	0	0	391 958
SE: SREC Nº. PROJ. 1									
Apoio aos Produtores Privados de Energia Eléctrica - DRCI (Dec.-Lei 169/88 e Res 1063/88)		TOTAL	223 108	0	78 850	90 000	0	0	391 958
1995-01		CAP. 50 O.R.	223 108	0	78 850	90 000	0	0	391 958
CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DO CANIÇAL		TOTAL	798	0	76 000	0	0	0	76 798
		CAP. 50 O.R.	798	0	76 000	0	0	0	76 798
SE: SREC Nº. PROJ. 1									
Centro Logístico de Combustíveis do Caniçal - DRCI		TOTAL	798	0	76 000	0	0	0	76 798
1997 - 00		CAP. 50 O.R.	798	0	76 000	0	0	0	76 798
SECTOR: TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E METEOROLOGIA		TOTAL	1 903 750	702 630	666 425	65 075	10 000	40 000	3 387 880
		CAP. 50 O.R.	1 903 750	702 630	666 425	65 075	10 000	40 000	3 387 880
AEROPORTO INTERCONTINENTAL DA MADEIRA - COMPARTICIPAÇÃO DA REGIÃO		TOTAL	1 903 750	680 000	570 000	0	0	0	3 153 750
		CAP. 50 O.R.	1 903 750	680 000	570 000	0	0	0	3 153 750
SE: ANAM Nº. PROJ. 1									
Aeroporto Intercontinental da Madeira - Comparticipação da RAM		TOTAL	1 903 750	680 000	570 000	0	0	0	3 153 750
1994-00 COFIN		CAP. 50 O.R.	1 903 750	680 000	570 000	0	0	0	3 153 750
INFRAESTRUTURAS DE APOIO ÀS ACTIVIDADES PORTUÁRIAS		TOTAL	0	2 182	48 925	52 575	0	0	103 682
		CAP. 50 O.R.	0	2 182	48 925	52 575	0	0	103 682
SE: SREC Nº. PROJ. 2									
N Construção do Heliporto do Funchal		TOTAL	0	0	47 500	52 500	0	0	100 000
2000 - 01		CAP. 50 O.R.	0	0	47 500	52 500	0	0	100 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total
Fornecimento e Montagem de 1 Grua de 2 Toneladas para o Cais do Porto Moniz - GGL 1999 - 01	TOTAL	0	2 182	1 425	75	0	0	3 682
	CAP. 50 O.R.	0	2 182	1 425	75	0	0	3 682
APOIO AOS MUNICIPIOS SE: SREC Nº. PROJ.S. 5	TOTAL	0	20 448	38 000	2 000	0	0	60 448
	CAP. 50 O.R.	0	20 448	38 000	2 000	0	0	60 448
Câmara Municipal do Funchal - GGL 1999-01	TOTAL	0	20 448	19 000	1 000	0	0	40 448
	CAP. 50 O.R.	0	20 448	19 000	1 000	0	0	40 448
Câmara Municipal de Câmara de Lobos - GGL 1997-01	TOTAL	0	0	4 750	250	0	0	5 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	4 750	250	0	0	5 000
Câmara Municipal do Porto Santo - GGL 1999-01	TOTAL	0	0	4 750	250	0	0	5 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	4 750	250	0	0	5 000
Câmara Municipal de Santa Cruz - GGL 1998-01	TOTAL	0	0	4 750	250	0	0	5 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	4 750	250	0	0	5 000
Câmara Municipal da Ribeira Brava - GGL 1998-01	TOTAL	0	0	4 750	250	0	0	5 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	4 750	250	0	0	5 000
ESTUDOS E PROJECTOS SE: SREC Nº. PROJ.S. 1	TOTAL	0	0	9 500	10 500	10 000	40 000	70 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	9 500	10 500	10 000	40 000	70 000
N Estudos e Projectos GGL 2000-03	TOTAL	0	0	9 500	10 500	10 000	40 000	70 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	9 500	10 500	10 000	40 000	70 000
SECTOR: COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR	TOTAL	13 507	136 356	185 250	39 250	39 250	107 250	520 853
	CAP. 50 O.R.	13 507	136 356	185 250	39 250	39 250	107 250	520 853
PROMOÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS SE: SREC Nº. PROJ.S. 1	TOTAL	5 134	0	28 500	25 000	25 000	0	83 634
	CAP. 50 O.R.	5 134	0	28 500	25 000	25 000	0	83 634
Promoção de Produtos Regionais - DRCI 1996-02	TOTAL	5 134	0	28 500	25 000	25 000	0	83 634
	CAP. 50 O.R.	5 134	0	28 500	25 000	25 000	0	83 634
LABORATÓRIO REGIONAL DE METROLOGIA SE: SREC Nº. PROJ.S. 1	TOTAL	8 373	136 356	142 500	0	0	0	287 229
	CAP. 50 O.R.	8 373	136 356	142 500	0	0	0	287 229
Laboratório Regional de Metrologia 1996-00 COFN PEDIP II	TOTAL	8 373	136 356	142 500	0	0	0	287 229
	CAP. 50 O.R.	8 373	136 356	142 500	0	0	0	287 229
PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE SE: SREC Nº. PROJ.S. 1	TOTAL	0	0	14 250	14 250	14 250	107 250	150 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	14 250	14 250	14 250	107 250	150 000
N Programa da Promoção da Qualidade 2000-03 COFN	TOTAL	0	0	14 250	14 250	14 250	107 250	150 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	14 250	14 250	14 250	107 250	150 000
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES	TOTAL	43 628	65 587	449 845	422 621	100 000	100 000	1 181 681
	CAP. 50 O.R.	43 628	65 587	449 845	422 621	100 000	100 000	1 181 681
ZONAS BALNEARES SE: SREC Nº. PROJ.S. 2	TOTAL	43 628	65 587	117 345	105 121	0	0	331 681
	CAP. 50 O.R.	43 628	65 587	117 345	105 121	0	0	331 681
Construção da Zona Balnear da Ponta Delgada - GGL 1995-01	TOTAL	0	0	66 500	103 500	0	0	170 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	66 500	103 500	0	0	170 000
Concepção/Construção da Zona Balnear do Penedo Grande no Porto da Cruz - GGL 1997-01	TOTAL	43 628	65 587	50 845	1 621	0	0	161 681
	CAP. 50 O.R.	43 628	65 587	50 845	1 621	0	0	161 681
INFRAESTRUTURAS MARÍTIMO - TURÍSTICAS SE: SREC Nº. PROJ.S. 2	TOTAL	0	0	332 500	317 500	100 000	100 000	850 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	332 500	317 500	100 000	100 000	850 000
Execução do Plano Frente Mar de Câmara de Lobos 1998-03 COFN POPRAM	TOTAL	0	0	285 000	215 000	100 000	100 000	700 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	285 000	215 000	100 000	100 000	700 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PODAR						
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total
N Execução do Plano Frente Mar de Machico - GGL 1997-01	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	47 500 47 500	102 500 102 500	0 0	0 0	150 000 150 000
SECTOR: DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE		TOTAL	25 099	84 109	426 153	325 676	0	861 037
		CAP. 50 O.R.	25 099	84 109	426 153	325 676	0	861 037
MANUTENÇÃO E PROTECÇÃO DE INFRAESTRUTURAS MARÍTIMAS SE: SREC Nº. PROJ. 5	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	50 109 50 109	394 324 394 324	325 676 325 676	0 0	0 0	770 109 770 109
N Medidas de Salvaguarda e Protecção da Praia do Porto Santo 2000-01	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	76 000 76 000	24 000 24 000	0 0	0 0	100 000 100 000
Reparação do Cas da Cidade do Porto Santo - GGL 1997-01	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	50 109 50 109	128 868 128 868	71 132 71 132	0 0	0 0	250 109 250 109
N Muralha do Jardim do Mar - GGL 2000-01 COFIN POPRAM	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	47 500 47 500	52 500 52 500	0 0	0 0	100 000 100 000
Protecção Marginal da Via do Paul do Mar - GGL 1997-01 COFIN POPRAM	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	84 958 84 958	55 044 55 044	0 0	0 0	140 000 140 000
N Quebra Mar do Seixal - GGL 2000-01	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	57 000 57 000	123 000 123 000	0 0	0 0	180 000 180 000
ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA SE: Nº. PROJ. 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	25 099 25 099	34 000 34 000	31 829 31 829	0 0	0 0	0 0	90 928 90 928
Elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira - GGL 1997-00	TOTAL CAP. 50 O.R.	25 099 25 099	34 000 34 000	31 829 31 829	0 0	0 0	0 0	90 928 90 928
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		TOTAL	28 441	35 746	171 475	292 342	2 276 484	3 087 734
		CAP. 50 O.R.	28 441	35 746	171 475	292 342	2 276 484	3 087 734
PROGRAMA DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE ECONÓMICA - PIDAE SE: SREC Nº. PROJ. 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	13 053 13 053	3 806 3 806	9 500 9 500	10 000 10 000	10 000 10 000	0 0	46 359 46 359
Programa de Informação e Divulgação sobre a Actividade Económica (PIDAE) - DRCI 1998-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	13 053 13 053	3 806 3 806	9 500 9 500	10 000 10 000	10 000 10 000	0 0	46 359 46 359
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL SE: SREC Nº. PROJ. 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	8 656 8 656	376 376	475 475	500 500	500 500	0 0	10 507 10 507
Ações de Cooperação Externa - DRCE 1996-02 COFIN REGS I	TOTAL CAP. 50 O.R.	8 656 8 656	376 376	475 475	500 500	500 500	0 0	10 507 10 507
ESTUDOS E PREPARAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DESENVOLV. REGIONAL E TERRITORIAL SE: SREC Nº. PROJ. 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	31 340 31 340	152 000 152 000	271 842 271 842	262 746 262 746	2 276 484 2 276 484	2 994 412 2 994 412
Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo - (OID) 1999-03	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	31 340 31 340	152 000 152 000	271 842 271 842	262 746 262 746	2 276 484 2 276 484	2 994 412 2 994 412
SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA SE: SREC Nº. PROJ. 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 732 6 732	224 224	9 500 9 500	10 000 10 000	10 000 10 000	0 0	36 456 36 456
Sistema de Informação Geográfica do Comércio e Indústria - DRCI 1997-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 732 6 732	224 224	9 500 9 500	10 000 10 000	10 000 10 000	0 0	36 456 36 456
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	130 566	21 209	45 670	95 150	30 900	389 495
		CAP. 50 O.R.	130 566	21 209	45 670	95 150	30 900	389 495
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL SE: SREC Nº. PROJ. 4	TOTAL CAP. 50 O.R.	49 919 49 919	6 407 6 407	11 470 11 470	18 350 18 350	12 600 12 600	24 000 24 000	122 746 122 746
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal Afecto ao Gab. do Sec. Reg. 1998-02	TOTAL CAP. 50 O.R.	14 580 14 580	382 382	570 570	600 600	600 600	0 0	16 732 16 732

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Ano Seguinte	Total
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da DRCI	TOTAL	869	181	1 900	2 000	2 000	0	6 950
1997-02	CAP. 50 O.R.	869	181	1 900	2 000	2 000	0	6 950
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da DRCE	TOTAL	34 470	5 844	4 750	5 000	5 000	4 000	59 064
1998-03	CAP. 50 O.R.	34 470	5 844	4 750	5 000	5 000	4 000	59 064
N Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal afecto ao GGL - GGL	TOTAL	0	0	4 250	10 750	5 000	20 000	40 000
2000-03	CAP. 50 O.R.	0	0	4 250	10 750	5 000	20 000	40 000
INFORMATIZAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL	89 647	14 802	24 700	66 300	16 300	23 000	236 749
SE: SREC Nº. PROJ. 4	CAP. 50 O.R.	89 647	14 802	24 700	66 300	16 300	23 000	236 749
Informatização dos Serviços de Apoio ao Gabinete do Secretário Reg.	TOTAL	11 029	2 546	1 425	2 000	2 500	5 000	24 500
1995-03	CAP. 50 O.R.	11 029	2 546	1 425	2 000	2 500	5 000	24 500
Informatização dos Serviços afectos à DRCI	TOTAL	22 148	1 451	2 375	2 300	2 300	0	30 574
1995-02	CAP. 50 O.R.	22 148	1 451	2 375	2 300	2 300	0	30 574
Informatização dos Serviços afectos à DRCE	TOTAL	56 470	10 805	11 400	12 000	12 000	12 000	114 675
1992-03	CAP. 50 O.R.	56 470	10 805	11 400	12 000	12 000	12 000	114 675
N Informatização dos Serviços afectos ao GGL - GGL	TOTAL	0	0	9 500	50 000	1 500	6 000	67 000
2000-03	CAP. 50 O.R.	0	0	9 500	50 000	1 500	6 000	67 000
PARQUE AUTOMÓVEL PARA O GGL	TOTAL	0	0	9 500	10 500	0	10 000	30 000
SE: Nº. PROJ. 1	CAP. 50 O.R.	0	0	9 500	10 500	0	10 000	30 000
N Aquisição de Viaturas para a Fiscalização	TOTAL	0	0	9 500	10 500	0	10 000	30 000
2000-03	CAP. 50 O.R.	0	0	9 500	10 500	0	10 000	30 000
SECTOR: APOIOS	TOTAL	1 681 556	313 672	3 559 651	2 292 500	1 553 750	8 162 778	17 563 907
	CAP. 50 O.R.	1 681 556	313 672	1 960 326	1 191 250	786 875	4 081 369	10 015 068
APOIO ÀS ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS EMPRESARIAIS	TOTAL	70 750	15 000	19 000	20 000	20 000	0	144 750
SE: SREC Nº. PROJ. 1	CAP. 50 O.R.	70 750	15 000	19 000	20 000	20 000	0	144 750
Apoio às Estruturas Associativas Empresariais - DRCI	TOTAL	70 750	15 000	19 000	20 000	20 000	0	144 750
1996-02	CAP. 50 O.R.	70 750	15 000	19 000	20 000	20 000	0	144 750
APOIO FINANCEIRO ÀS EMPRESAS AFECTADAS PELO TEMPORAL DE OUTUBRO DE 1993	TOTAL	288 345	24 501	9 500	0	0	0	322 346
SE: SREC Nº. PROJ. 1	CAP. 50 O.R.	288 345	24 501	9 500	0	0	0	322 346
Apoio Financeiro às Empresas afectadas pelo Temporal do Outubro de 1993 (DLR nº 1/94/M)	TOTAL	288 345	24 501	9 500	0	0	0	322 346
1995-00	CAP. 50 O.R.	288 345	24 501	9 500	0	0	0	322 346
SISTEMA DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO DO TECIDO EMPRESARIAL	TOTAL	1 322 461	274 171	95 000	0	0	0	1 691 632
SE: SREC Nº. PROJ. 1	CAP. 50 O.R.	1 322 461	274 171	95 000	0	0	0	1 691 632
Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento Empresarial - SIDERAM (DRCI)	TOTAL	1 322 461	274 171	95 000	0	0	0	1 691 632
1995-00 COFIN POPRAM	CAP. 50 O.R.	1 322 461	274 171	95 000	0	0	0	1 691 632
PARTICIPAÇÃO DA RAM NA FEIRA DE HANNOVER 2000	TOTAL	0	0	180 500	0	0	0	180 500
SE: SREC Nº. PROJ. 1	CAP. 50 O.R.	0	0	180 500	0	0	0	180 500
N Participação da RAM na Feira de Hannover 2000	TOTAL	0	0	180 500	0	0	0	180 500
2000-00	CAP. 50 O.R.	0	0	180 500	0	0	0	180 500
APOIO NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	TOTAL	0	0	3 255 651	2 272 500	1 533 750	8 162 778	15 224 679
SE: IDE-RAM Nº. PROJ. 7	CAP. 50 O.R.	0	0	1 656 326	1 171 250	766 875	4 081 369	7 675 840
N Apoio à Cooperação Empresarial	TOTAL	0	0	10 688	11 250	11 250	41 812	75 000
2000-06 COFIN POPRAM	CAP. 50 O.R.	0	0	5 344	5 625	5 625	20 906	37 500
N Apoio Financeiro às Empresas afectadas pelo Temporal de Outubro de 1993	TOTAL	0	0	57 000	70 000	0	0	127 000
2000-01	CAP. 50 O.R.	0	0	57 000	70 000	0	0	127 000

DESIGNAÇÃO			PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PODAR					
			Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes
N Criação de um Fundo de Capital de Risco	TOTAL	0	0	475 000	275 000	0	0	750 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	237 500	137 500	0	0	375 000
2000-01	COFIN POPRAM							
N Fundo de Garantia Mutuo	TOTAL	0	0	356 250	393 750	0	0	750 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	178 125	196 875	0	0	375 000
2000-01	COFIN POPRAM							
N Sistema de Incentivos à Actividade Produtiva Regional	TOTAL	0	0	1 201 713	1 500 000	1 500 000	8 105 966	12 307 679
	CAP. 50 O.R.	0	0	600 857	750 000	750 000	4 052 083	6 153 840
2000-06	COFIN POPRAM							
N Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Tecido Empresarial	TOTAL	0	0	1 140 000	0	0	0	1 140 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	570 000	0	0	0	570 000
2000-00	COFIN POPRAM							
N Sistema de Informação Empresarial para o Apoio ao Investimento	TOTAL	0	0	15 000	22 500	22 500	15 000	75 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	7 500	11 250	11 250	7 500	37 500
2000-06	COFIN POPRAM							

QUADRO III - 3

SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA, FLORESTAS E PISCAS

(CONTOS)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL CAP. 50 O.R	41 929 168	3 766 321	6 146 233	8 159 396	3 026 747	993 872	64 010 737
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL CAP. 50 O.R	16 568 209	2 947 506	5 213 862	8 068 708	2 935 059	993 872	36 717 216
PROJECTOS NOVOS		TOTAL CAP. 50 O.R	41 929 168	3 766 321	5 991 334	8 040 149	2 913 004	951 480	63 561 456
		TOTAL CAP. 50 O.R	16 568 209	2 947 506	5 058 963	7 949 461	2 822 316	951 480	36 297 935
		TOTAL CAP. 50 O.R	0	0	154 899	119 247	112 743	32 392	419 281
		TOTAL CAP. 50 O.R	0	0	154 899	119 247	112 743	32 392	419 281
SECTOR: AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA		TOTAL CAP. 50 O.R	34 375 846	2 371 835	3 592 642	3 749 939	1 059 485	52 000	45 201 757
		TOTAL CAP. 50 O.R	9 197 346	1 586 360	2 750 959	3 749 939	1 059 485	52 000	18 398 099
APOIOS À AGRICULTURA MADEIRENSE		TOTAL CAP. 50 O.R	673 013	249 896	380 000	968 097	0	0	2 271 006
SE: DRA Nº PROJ. 1		TOTAL CAP. 50 O.R	673 013	249 896	380 000	968 097	0	0	2 271 006
Acções de Apoio à Agricultura Madeirense 1994-01		TOTAL CAP. 50 O.R	673 013	249 896	380 000	968 097	0	0	2 271 006
APOIOS NO ÂMBITO DO PDAR		TOTAL CAP. 50 O.R	26 768 332	1 338 475	1 727 831	536 024	0	0	30 370 662
SE: DRA Nº PROJ. 1		TOTAL CAP. 50 O.R	1 589 832	555 000	886 148	536 024	0	0	3 567 004
Apoios no Âmbito do PDAR 1997-01 COFIN		TOTAL CAP. 50 O.R	26 768 332	1 338 475	1 727 831	536 024	0	0	30 370 662
		TOTAL CAP. 50 O.R	1 589 832	555 000	886 148	536 024	0	0	3 567 004
P. O. RESTRUTURAÇÃO DA VINHA NA RAM		TOTAL CAP. 50 O.R	29 127	1 306	7 600	9 000	0	0	47 033
SE: SRADRA Nº PROJ. 1		TOTAL CAP. 50 O.R	29 127	1 306	7 600	9 000	0	0	47 033
Reestruturação da Vinha 1993-01		TOTAL CAP. 50 O.R	29 127	1 306	7 600	9 000	0	0	47 033
		TOTAL CAP. 50 O.R	29 127	1 306	7 600	9 000	0	0	47 033
ORIENTAÇÃO FOMENTO E MELHORIA DA PRODUÇÃO VEGETAL		TOTAL CAP. 50 O.R	2 590 286	164 187	266 950	614 500	436 500	0	4 072 423
SE: SRA Nº PROJ. 7		TOTAL CAP. 50 O.R	2 590 286	164 187	266 950	614 500	436 500	0	4 072 423
Planos de Desenvolvimento Agrícola (Fruticultura, Floricultura e Bananicultura) 1976-02		TOTAL CAP. 50 O.R	1 650 087	131 470	114 000	300 000	330 000	0	2 525 557
		TOTAL CAP. 50 O.R	1 650 087	131 470	114 000	300 000	330 000	0	2 525 557
Campanha de Calagens 1990-02		TOTAL CAP. 50 O.R	161 909	18 744	14 250	42 500	50 000	0	287 403
		TOTAL CAP. 50 O.R	161 909	18 744	14 250	42 500	50 000	0	287 403
Sanidade Vegetal 1976-02		TOTAL CAP. 50 O.R	282 339	1 508	5 700	6 000	6 500	0	302 047
		TOTAL CAP. 50 O.R	282 339	1 508	5 700	6 000	6 500	0	302 047
Inspeção Fitossanitária 1990-02		TOTAL CAP. 50 O.R	117 700	11 304	28 500	26 000	30 000	0	213 504
		TOTAL CAP. 50 O.R	117 700	11 304	28 500	26 000	30 000	0	213 504
Campanha de Desratização 1996-01		TOTAL CAP. 50 O.R	179 375	0	76 000	225 000	0	0	480 375
		TOTAL CAP. 50 O.R	179 375	0	76 000	225 000	0	0	480 375
Poseima - Medidas Agrícolas 1993-00 COFIN		TOTAL CAP. 50 O.R	191 898	0	19 000	0	0	0	210 898
		TOTAL CAP. 50 O.R	191 898	0	19 000	0	0	0	210 898
Campanha de Desinfestação de Sotos 1997-02		TOTAL CAP. 50 O.R	6 978	1 161	9 500	15 000	20 000	0	52 639
		TOTAL CAP. 50 O.R	6 978	1 161	9 500	15 000	20 000	0	52 639
MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE APROVISIONAMENTO E DE UTILIZAÇÃO DA ÁGUA DE REGA		TOTAL CAP. 50 O.R	1 305 858	107 915	218 500	382 590	0	0	2 014 863
SE: SRA Nº PROJ. 3		TOTAL CAP. 50 O.R	1 305 858	107 915	218 500	382 590	0	0	2 014 863
Lagoa do Santo da Serra 1989-00		TOTAL CAP. 50 O.R	994 403	46 668	57 000	0	0	0	1 098 071
		TOTAL CAP. 50 O.R	994 403	46 668	57 000	0	0	0	1 098 071
Cobertura e Resguardo de Tanques 1990-01		TOTAL CAP. 50 O.R	25 554	3 307	19 000	20 000	0	0	67 861
		TOTAL CAP. 50 O.R	25 554	3 307	19 000	20 000	0	0	67 861
Outras Obras de Hidráulica Agrícola 1994-01		TOTAL CAP. 50 O.R	285 901	57 940	142 500	362 590	0	0	848 931
		TOTAL CAP. 50 O.R	285 901	57 940	142 500	362 590	0	0	848 931
APETRECHAMENTO ESPECIAL DE SERVIÇOS		TOTAL CAP. 50 O.R	1 137 498	77 879	230 850	436 000	30 000	0	1 912 227
SE: SRA Nº PROJ. 4		TOTAL CAP. 50 O.R	1 137 498	77 879	230 850	436 000	30 000	0	1 912 227
Centro de Fruticultura Subtropical 1989 - 01		TOTAL CAP. 50 O.R	107 062	4 694	28 500	36 000	0	0	176 256
		TOTAL CAP. 50 O.R	107 062	4 694	28 500	36 000	0	0	176 256
Mecanização Agrícola 1989 - 01		TOTAL CAP. 50 O.R	974 573	64 050	171 000	352 500	0	0	1 562 123
		TOTAL CAP. 50 O.R	974 573	64 050	171 000	352 500	0	0	1 562 123

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PDOAR						
	Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total
Centros de Formação Agrária 1994-02	TOTAL CAP. 50 O.R 55 863	9 135 9 135	17 100 17 100	25 000 25 000	30 000 30 000	0 0	137 098 137 098
Apetrechamento e Modernização de Centros de Desenvolvimento Agrícola 1996 - 01	TOTAL CAP. 50 O.R 0	0 0	14 250 14 250	22 500 22 500	0 0	0 0	36 750 36 750
INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL E DEMONSTRAÇÃO SE: SRA Nº PROJ. 5	TOTAL CAP. 50 O.R 0	0 0	110 161 110 161	130 000 130 000	132 500 132 500	0 0	372 661 372 661
Criação de Centros de Desenvolvimento Agrícola e Experimental 1996-02	TOTAL CAP. 50 O.R 0	0 0	38 000 38 000	60 000 60 000	62 500 62 500	0 0	160 500 160 500
N Estudos das Variedades Regionais de Fruteiras de Clima Temperado 2000-02 COFIN	TOTAL CAP. 50 O.R 0	0 0	15 509 15 509	20 000 20 000	20 000 20 000	0 0	55 509 55 509
N Prospeção de Variedades de Castanhas - Ecologia do Bichado 2000-02 COFIN	TOTAL CAP. 50 O.R 0	0 0	5 529 5 529	10 000 10 000	10 000 10 000	0 0	25 529 25 529
N Esterilização e Transformação da Castanha 2000-02 COFIN	TOTAL CAP. 50 O.R 0	0 0	28 779 28 779	10 000 10 000	10 000 10 000	0 0	48 779 48 779
N Protecção Integrada na RAM 2000-02 COFIN	TOTAL CAP. 50 O.R 0	0 0	22 344 22 344	30 000 30 000	30 000 30 000	0 0	82 344 82 344
SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE AGRÍCOLA SE: SRA Nº PROJ. 1	TOTAL CAP. 50 O.R 0	6 173 6 173	19 000 19 000	32 500 32 500	0 0	0 0	57 673 57 673
Sistema de Informação da Actividade Agrícola, Ocupação, Capitalização e Uso de Solos 1996-01	TOTAL CAP. 50 O.R 0	6 173 6 173	19 000 19 000	32 500 32 500	0 0	0 0	57 673 57 673
PROMOÇÃO SOCIAL DOS MEIOS RURAIS Nº PROJ. 1	TOTAL CAP. 50 O.R 1 029 942	199 185 199 185	237 500 237 500	250 000 250 000	255 000 255 000	0 0	1 971 627 1 971 627
Promoção Social dos Meios Rurais 1988-02	TOTAL CAP. 50 O.R 1 029 942	199 185 199 185	237 500 237 500	250 000 250 000	255 000 255 000	0 0	1 971 627 1 971 627
MELHORAMENTO DAS ESTRUTURAS DE APOIO À PRODUÇÃO PECUÁRIA SE: SRA/DR Pecuária Nº PROJ. 2	TOTAL CAP. 50 O.R 179 709	30 399 30 399	95 000 95 000	71 195 71 195	71 195 71 195	0 0	447 498 447 498
Melhoramento das Estruturas de Apoio à Produção de Bovinos e Cavalos 1995-02	TOTAL CAP. 50 O.R 101 859	24 291 24 291	47 500 47 500	41 785 41 785	41 785 41 785	0 0	257 220 257 220
Melhoramento das Estruturas de Apoio à Produção de Ovinos e Caprinos 1995-02	TOTAL CAP. 50 O.R 77 850	6 108 6 108	47 500 47 500	29 410 29 410	29 410 29 410	0 0	190 278 190 278
LABORATÓRIO REGIONAL DE VETERINÁRIA SE: SRA/DR Pecuária Nº PROJ. 1	TOTAL CAP. 50 O.R 239 567	103 683 103 683	237 500 237 500	213 933 213 933	0 0	0 0	794 683 794 683
Construção Laboratório Regional de Veterinária 1994-01	TOTAL CAP. 50 O.R 239 567	103 683 103 683	237 500 237 500	213 933 213 933	0 0	0 0	794 683 794 683
PROGRAMA DE DESPISTE DE ZOONOSE NARAM SE: SRA/DR Pecuária Nº PROJ. 1	TOTAL CAP. 50 O.R 0	0 0	9 500 9 500	19 100 19 100	57 300 57 300	0 0	85 900 85 900
Programa de Despiste de Zoonose na RAM 1999-02	TOTAL CAP. 50 O.R 0	0 0	9 500 9 500	19 100 19 100	57 300 57 300	0 0	85 900 85 900
FLORESTAS SE: SRA/DR Florestas Nº PROJ. 2	TOTAL CAP. 50 O.R 144 543	33 635 33 635	14 250 14 250	14 000 14 000	14 000 14 000	52 000 52 000	272 428 272 428
Programa de Desenvolvimento Florestal (DRF) 1995-03	TOTAL CAP. 50 O.R 135 549	30 146 30 146	9 500 9 500	10 000 10 000	10 000 10 000	40 000 40 000	235 195 235 195
Recolha de Dados da Floresta Florestal 1995-03 COFIN POPII-FOEGA-O	TOTAL CAP. 50 O.R 8 994	3 489 3 489	4 750 4 750	4 000 4 000	4 000 4 000	12 000 12 000	37 233 37 233

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PODAR						
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total
MEDIDAS COMPLEMENTARES DA REFORMA DA PAC	TOTAL	30 795	4 613	7 125	20 000	20 000	0	82 533
SE: SRA/DRF Nº. PROJ. 1	CAP. 50 O.R	30 795	4 613	7 125	20 000	20 000	0	82 533
Medidas Agro-Ambientais (DRF) (REG.: CEE 2078/92)	TOTAL	30 795	4 613	7 125	20 000	20 000	0	82 533
1995-02 COFN FEOGAG	CAP. 50 O.R	30 795	4 613	7 125	20 000	20 000	0	82 533
RACIONALIZAÇÃO DO REGIME SILVO-PASTORIL	TOTAL	206 253	37 500	19 000	40 000	30 000	0	332 753
SE: SRA/DR Florestas Nº. PROJ. 1	CAP. 50 O.R	206 253	37 500	19 000	40 000	30 000	0	332 753
Racionalização do Regime Silvo-pastoril (DRF)	TOTAL	206 253	37 500	19 000	40 000	30 000	0	332 753
1995-02	CAP. 50 O.R	206 253	37 500	19 000	40 000	30 000	0	332 753
REPOVOAMENTO PISCÍCOLA	TOTAL	11 688	3 589	4 750	5 000	5 000	0	30 027
SE: SRA/DR Florestas Nº. PROJ. 1	CAP. 50 O.R	11 688	3 589	4 750	5 000	5 000	0	30 027
Repovoamento Piscícola	TOTAL	11 688	3 589	4 750	5 000	5 000	0	30 027
1994-02	CAP. 50 O.R	11 688	3 589	4 750	5 000	5 000	0	30 027
FOMENTO CINAGÉTICO	TOTAL	29 235	13 400	7 125	8 000	8 000	0	65 760
SE: SRA/DR Florestas Nº. PROJ. 1	CAP. 50 O.R	29 235	13 400	7 125	8 000	8 000	0	65 760
Fomento Cinagético	TOTAL	29 235	13 400	7 125	8 000	8 000	0	65 760
1993-02	CAP. 50 O.R	29 235	13 400	7 125	8 000	8 000	0	65 760
SECTOR: PESCA	TOTAL	2 389 691	338 816	812 250	1 625 783	649 058	795 732	6 611 330
	CAP. 50 O.R	2 389 691	338 816	812 250	1 625 783	649 058	795 732	6 611 330
APOIO À FROTA PESQUEIRA	TOTAL	1 177 506	35 044	38 000	70 000	70 000	70 000	1 460 550
SE: SRA/DRPs Nº. PROJ. 1	CAP. 50 O.R	1 177 506	35 044	38 000	70 000	70 000	70 000	1 460 550
Apoio à Frota Pesqueira (DRR nº. 12/83/M e DRR nº. 9/87/M-Bonificação de juros)	TOTAL	1 177 506	35 044	38 000	70 000	70 000	70 000	1 460 550
1987-03	CAP. 50 O.R	1 177 506	35 044	38 000	70 000	70 000	70 000	1 460 550
EQUIPAMENTO DOS PORTOS DE PESCA	TOTAL	550 017	106 881	408 500	705 000	355 000	30 000	2 155 398
SE: SRA/DRPs Nº. PROJ. 5	CAP. 50 O.R	550 017	106 881	408 500	705 000	355 000	30 000	2 155 398
Remodelação e Reequipamento de Lotas	TOTAL	37 855	20 556	19 000	30 000	30 000	30 000	167 411
1995-03 COFN	CAP. 50 O.R	37 855	20 556	19 000	30 000	30 000	30 000	167 411
Const. Maquinaria e Equipamento do Entrepasto Frigorífico do Porto Novo (Reg. 4028/86)	TOTAL	377 455	46 161	114 000	50 000	0	0	587 616
1995-01 COFN FEOGA	CAP. 50 O.R	377 455	46 161	114 000	50 000	0	0	587 616
Construções Maquinaria e Equipamentos - Entrepasto Frigorífico do Funchal	TOTAL	127 458	33 214	76 000	300 000	0	0	536 673
1995-01 COFN POPRAM	CAP. 50 O.R	127 458	33 214	76 000	300 000	0	0	536 673
Lota do Funchal - Const. Maq. e Equipamentos	TOTAL	7 248	6 950	57 000	75 000	75 000	0	221 198
1997-02 COFN POPRAM	CAP. 50 O.R	7 248	6 950	57 000	75 000	75 000	0	221 198
Lota do Caniçal - Const. Maq. e Equipamentos	TOTAL	0	0	142 500	250 000	250 000	0	642 500
1997-02 COFN POPRAM	CAP. 50 O.R	0	0	142 500	250 000	250 000	0	642 500
AQUACULTURA - UNIDADE DE PRODUÇÃO NA BAIJA D'ABRA	TOTAL	343 377	92 300	57 000	50 000	0	0	542 677
SE: SRA/DR Piscas Nº. PROJ. 1	CAP. 50 O.R	343 377	92 300	57 000	50 000	0	0	542 677
Aquacultura - Unidade de Produção na Baía d'Abra - (Reg. 4028/86)	TOTAL	343 377	92 300	57 000	50 000	0	0	542 677
1994-01 COFN FEOGA	CAP. 50 O.R	343 377	92 300	57 000	50 000	0	0	542 677
PESCA - RAM - APOIOS	TOTAL	245 000	78 280	232 750	730 783	204 058	675 732	2 166 603
SE: SRA/DRPs Nº. PROJ. 7	CAP. 50 O.R	245 000	78 280	232 750	730 783	204 058	675 732	2 166 603
Ajustamento do Esforço de Pesca	TOTAL	5 000	9 000	47 500	131 328	33 787	111 885	338 500
1995-03 COFN POPRAM	CAP. 50 O.R	5 000	9 000	47 500	131 328	33 787	111 885	338 500

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total	
Renovação e Modernização da Frota de Pesca	TOTAL	45 000	17 000	28 500	71 696	15 014	49 719	226 929	
	CAP. 50 O.R.	45 000	17 000	28 500	71 696	15 014	49 719	226 929	
1995-03	COFIN POPRAM								
Transformação e Comercialização de Produtos da Pesca e Aquacultura	TOTAL	145 000	30 000	57 000	166 566	43 374	143 632	585 572	
	CAP. 50 O.R.	145 000	30 000	57 000	166 566	43 374	143 632	585 572	
1995-03	COFIN POPRAM								
Apoio ao Desenvolvimento da Aquacultura	TOTAL	50 000	20 280	38 000	125 131	35 589	117 852	386 852	
	CAP. 50 O.R.	50 000	20 280	38 000	125 131	35 589	117 852	386 852	
1996-03	COFIN POPRAM								
Promoção dos Produtos da Pesca	TOTAL	0	0	4 750	21 435	7 785	25 780	59 750	
	CAP. 50 O.R.	0	0	4 750	21 435	7 785	25 780	59 750	
1997-03	COFIN POPRAM								
Modernização e Equipamento de Portos de Pesca	TOTAL	0	0	38 000	140 392	42 818	141 790	363 000	
	CAP. 50 O.R.	0	0	38 000	140 392	42 818	141 790	363 000	
1997-03	COFIN POPRAM								
Protecção das Zonas Mannhas - DRPs	TOTAL	0	2 000	19 000	74 235	25 691	85 074	206 000	
	CAP. 50 O.R.	0	2 000	19 000	74 235	25 691	85 074	206 000	
1997-03	COFIN POPRAM								
APOIO À INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	TOTAL	66 115	12 000	19 000	20 000	20 000	20 000	157 115	
	CAP. 50 O.R.	66 115	12 000	19 000	20 000	20 000	20 000	157 115	
SE: SRADRP's	Nº. PROJ. 1								
Apoio à Indústria de Transformação do Pescado	TOTAL	66 115	12 000	19 000	20 000	20 000	20 000	157 115	
	CAP. 50 O.R.	66 115	12 000	19 000	20 000	20 000	20 000	157 115	
1997-03									
REPOVOAMENTO DE ZONAS COSTEIRAS	TOTAL	195	307	28 500	40 000	0	0	69 002	
	CAP. 50 O.R.	195	307	28 500	40 000	0	0	69 002	
SE: SRADRP's	Nº. PROJ. 1								
Repopoamento da Zonas Costeiras - Recifes Artificiais - DRPs	TOTAL	195	307	28 500	40 000	0	0	69 002	
	CAP. 50 O.R.	195	307	28 500	40 000	0	0	69 002	
1997-01	COFIN POPRAM								
COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO DAS PISCAS E AQUACULTURA NAS RUP's	TOTAL	7 481	11 248	19 000	10 000	0	0	47 729	
	CAP. 50 O.R.	7 481	11 248	19 000	10 000	0	0	47 729	
SE: DRPs	Nº. PROJ. 1								
Cooperação no Âmbito do Desenvolvimento das Piscas e Aquacultura nas RUP's	TOTAL	7 481	11 248	19 000	10 000	0	0	47 729	
	CAP. 50 O.R.	7 481	11 248	19 000	10 000	0	0	47 729	
1997-01	COFIN REGIS#								
ESTUDOS PARA APOIO À POLÍTICA COMUM DAS PISCAS	TOTAL	0	2 756	9 500	0	0	0	12 256	
	CAP. 50 O.R.	0	2 756	9 500	0	0	0	12 256	
SE: DRPs	Nº. PROJ. 1								
Estudos para Apoio à Política Comum das Piscas	TOTAL	0	2 756	9 500	0	0	0	12 256	
	CAP. 50 O.R.	0	2 756	9 500	0	0	0	12 256	
1999-00	COFIN								
SECTOR: INDÚSTRIA		TOTAL	225 511	33 500	66 500	95 000	95 000	0	515 511
		CAP. 50 O.R.	121 512	14 000	34 200	62 700	62 700	0	295 112
PROGRAMAS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DO VINHO MADEIRA		TOTAL	225 511	33 500	66 500	95 000	95 000	0	515 511
SE: IVM	Nº. PROJ. 3	CAP. 50 O.R.	121 512	14 000	34 200	62 700	62 700	0	295 112
Plano Promocional do Vinho da Madeira 2000/2006		TOTAL	122 352	23 000	38 000	38 000	38 000	0	259 352
1994-02	COFIN POPRAM	CAP. 50 O.R.	18 353	3 500	5 700	5 700	5 700	0	38 953
Redimensionamento do Laboratório e Acreditação		TOTAL	24 560	3 000	9 500	38 000	38 000	0	113 060
1996-02		CAP. 50 O.R.	24 560	3 000	9 500	38 000	38 000	0	113 060
Beneficiação e Arranjo do Edifício Sede		TOTAL	78 599	7 500	19 000	19 000	19 000	0	143 099
1997-02		CAP. 50 O.R.	78 599	7 500	19 000	19 000	19 000	0	143 099
SECTOR: COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR		TOTAL	1 524 227	326 906	783 750	1 536 900	300 000	0	4 471 783
		CAP. 50 O.R.	1 524 227	326 906	783 750	1 536 900	300 000	0	4 471 783
ORGANIZAÇÃO DE MERCADOS E SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS		TOTAL	1 524 227	326 906	783 750	1 536 900	300 000	0	4 471 783
SE: SRA	Nº. PROJ. 6	CAP. 50 O.R.	1 524 227	326 906	783 750	1 536 900	300 000	0	4 471 783

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Ano Seguinte	Total
Reserva Natural das Selvagens - PNM	TOTAL	0	3 640	4 750	4 750	4 750	0	17 890
1998-02	CAP. 50 O.R	0	3 640	4 750	4 750	4 750	0	17 890
Recuperação de Habitat de espécies prioritárias na Madeira - PNM	TOTAL	0	28 800	106 160	106 160	106 160	0	347 280
1999-02	CAP. 50 O.R	0	12 960	47 772	47 772	47 772	0	156 276
CONSERVAÇÃO DO SOLO, PROTECÇÃO AMBIENTAL E DA COBERTURA VEGETAL	TOTAL	809 181	109 277	109 250	210 000	160 750	0	1 398 458
	CAP. 50 O.R	809 181	109 277	109 250	210 000	160 750	0	1 398 458
SE: SRAFP/DR Florestas	Nº. PROJ. 4							
Plano de Repovoamento Florestal e Correção Torrencial	TOTAL	705 077	63 188	23 750	76 250	40 000	0	908 265
1988-02	CAP. 50 O.R	705 077	63 188	23 750	76 250	40 000	0	908 265
Correção Torrencial da Madeira e Porto Santo	TOTAL	38 566	381	28 500	51 500	50 000	0	168 947
1993-02	CAP. 50 O.R	38 566	381	28 500	51 500	50 000	0	168 947
Recuperação de Espaços Verdes no Jardim Botânico	TOTAL	65 538	18 034	28 500	41 500	30 000	0	183 572
1994-02	CAP. 50 O.R	65 538	18 034	28 500	41 500	30 000	0	183 572
Melhoramento de Infraestruturas e Apetrechamento em Equipamento do Corpo de Polícia Florestal	TOTAL	0	27 674	28 500	40 750	40 750	0	137 674
1999-02	CAP. 50 O.R	0	27 674	28 500	40 750	40 750	0	137 674
PROMOÇÃO DA CULTURA AMBIENTAL E FOMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA FLORESTA	TOTAL	0	18 011	34 200	31 250	30 000	0	113 461
	CAP. 50 O.R	0	18 011	34 200	31 250	30 000	0	113 461
SE: SRA	Nº. PROJ. 3							
Formação, Promoção e Extensão Florestal	TOTAL	0	1 823	4 750	10 000	10 000	0	26 573
1999-02	CAP. 50 O.R	0	1 823	4 750	10 000	10 000	0	26 573
Educação Ambiental e Divulgação	TOTAL	0	388	5 700	5 000	5 000	0	16 088
1999-02	CAP. 50 O.R	0	388	5 700	5 000	5 000	0	16 088
Construção e Melhoramento de Infraestruturas de Lazer em Parques Florestais	TOTAL	0	15 800	23 750	16 250	15 000	0	70 800
1999-02	CAP. 50 O.R	0	15 800	23 750	16 250	15 000	0	70 800
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TOTAL	2 114 374	414 198	318 250	465 000	440 000	65 000	3 816 822
	CAP. 50 O.R	2 114 374	414 198	318 250	465 000	440 000	65 000	3 816 822
PROGRAMA DE LUTA BIOLÓGICA	TOTAL	1 719 879	245 784	142 500	300 000	350 000	0	2 758 163
	CAP. 50 O.R	1 719 879	245 784	142 500	300 000	350 000	0	2 758 163
SE: SRA	Nº. PROJ. 1							
Programa de Luta Biológica	TOTAL	1 719 879	245 784	142 500	300 000	350 000	0	2 758 163
1994-02	CAP. 50 O.R	1 719 879	245 784	142 500	300 000	350 000	0	2 758 163
INVESTIGAÇÃO APLICADA ÀS PISCAS	TOTAL	242 768	23 874	71 250	65 000	40 000	40 000	482 892
	CAP. 50 O.R	242 768	23 874	71 250	65 000	40 000	40 000	482 892
SE: SRA/DRPs	Nº. PROJ. 4							
Investigação Aplicada às Piscas e à Aquacultura	TOTAL	239 509	15 870	23 750	25 000	25 000	25 000	354 129
1995-03	CAP. 50 O.R	239 509	15 870	23 750	25 000	25 000	25 000	354 129
Biologia de Espécies Demersais	TOTAL	1 200	4 218	9 500	10 000	0	0	24 918
1998-01	CAP. 50 O.R	1 200	4 218	9 500	10 000	0	0	24 918
Ação Interregional para a Transferência de Tecnologia no Âmbito da Aquacultura - Inter RACTT	TOTAL	2 059	3 786	19 000	15 000	0	0	39 845
1998-01	CAP. 50 O.R	2 059	3 786	19 000	15 000	0	0	39 845
N Melhoraria da Produtividade das Artes da Pesca	TOTAL	0	0	19 000	15 000	15 000	15 000	64 000
2000-03	CAP. 50 O.R	0	0	19 000	15 000	15 000	15 000	64 000
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AQUACULTURA	TOTAL	151 727	144 540	104 500	100 000	50 000	25 000	575 767
	CAP. 50 O.R	151 727	144 540	104 500	100 000	50 000	25 000	575 767
SE: SRA/DRPs	Nº. PROJ. 1							
Centro de Aquacultura da Calheta	TOTAL	151 727	144 540	104 500	100 000	50 000	25 000	575 767
1995-03	CAP. 50 O.R	151 727	144 540	104 500	100 000	50 000	25 000	575 767
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	4 463	3 151	5 700	0	0	0	13 314
	CAP. 50 O.R	4 463	3 151	5 700	0	0	0	13 314

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000 .	2001 .	2002 .	Anos Seguintes	Total .
ESTUDO, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO	TOTAL	4 463	3 151	5 700	0	0	0	13 314
	CAP. 50 O.R	4 463	3 151	5 700	0	0	0	13 314
SE: DRFD/DRPs	Nº PROJ. 1							
Gestão e Acompanhamento do POPRAM II - Sub. Pescas	TOTAL	4 463	3 151	5 700	0	0	0	13 314
1997-00	COFIN POPRAM	4 463	3 151	5 700	0	0	0	13 314

DESIGNAÇÃO			PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
			Executado até 1998	1999 Exec. até 31 de Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total
N ER 101 Machico - Caniçal - 2ª Fase (DRE)	TOTAL	0	0	142 500	2 000 000	4 000 000	1 150 000	7 292 500	
2000-03	CAP. 50 O.R.	0	0	142 500	2 000 000	4 000 000	1 150 000	7 292 500	
	COFIN								
	POPRAM								
N Reformulação de Acessos à Via Rápida Cª de Lobos/ R. Brava (DRE)	TOTAL	0	0	142 500	350 000	0	0	492 500	
2000 - 01	CAP. 50 O.R.	0	0	142 500	350 000	0	0	492 500	
	COFIN								
	POPRAM								
N Nova Ligação Caniço - Camacha (DRE)	TOTAL	0	0	47 500	2 000 000	1 500 000	450 000	3 997 500	
2000-03	CAP. 50 O.R.	0	0	47 500	2 000 000	1 500 000	450 000	3 997 500	
	COFIN								
	POPRAM								
N Variante à Vila da Ponta do Sol p/ Geste (DRE)	TOTAL	0	0	47 500	1 000 000	1 000 000	600 000	2 647 500	
2000-03	CAP. 50 O.R.	0	0	47 500	1 000 000	1 000 000	600 000	2 647 500	
	COFIN								
	POPRAM								
N Variante à Vila da Calheta (DRE)	TOTAL	0	0	47 500	1 650 000	1 500 000	300 000	3 497 500	
2000-03	CAP. 50 O.R.	0	0	47 500	1 650 000	1 500 000	300 000	3 497 500	
	COFIN								
	POPRAM								
N ER 101 2ª Fase (DRE) - Ampliação do Aeroporto da Madeira	TOTAL	0	0	76 000	2 000 000	500 000	0	2 576 000	
2000-02	CAP. 50 O.R.	0	0	76 000	2 000 000	500 000	0	2 576 000	
	COFIN								
	POPRAM								
N Reconstrução da ER 111 - Troço Hotel P. Santo/ Calheta (DRE)	TOTAL	0	0	142 500	350 000	0	0	492 500	
2000-01	CAP. 50 O.R.	0	0	142 500	350 000	0	0	492 500	
	COFIN								
	POPRAM								
Reconst. Benef. e Sinalização de Estradas Regionais (DRE)	TOTAL	0	777 000	665 000	0	0	0	1 442 000	
1998-00	CAP. 50 O.R.	0	777 000	665 000	0	0	0	1 442 000	
	COFIN								
	POPRAM								
Construção do Acesso à Fajã das Galinhas-Estreito de C. de Lobos (DRU)	TOTAL	312 038	162 053	33 250	0	0	0	507 341	
1995-00	CAP. 50 O.R.	312 038	162 053	33 250	0	0	0	507 341	
	COFIN								
	POPRAM								
Ligação ao Serrado - Porto da Cruz (Construção) - (DRU)	TOTAL	0	150 300	57 000	0	0	0	207 300	
1996-00	CAP. 50 O.R.	0	150 300	57 000	0	0	0	207 300	
	COFIN								
	POPRAM								
E.R. Porto (Penedo) - Aeroporto - Pif. Santo (DRU)	TOTAL	118 181	202 200	42 750	0	0	0	363 131	
1996-00	CAP. 50 O.R.	118 181	202 200	42 750	0	0	0	363 131	
	COFIN								
	POPRAM								
Ligação entre EM 513 e ER 101 - Fajã do Mito - Porto da Cruz (DRU)	TOTAL	134 014	12 000	142 500	100 000	0	0	388 514	
1996-01	CAP. 50 O.R.	134 014	12 000	142 500	100 000	0	0	388 514	
	COFIN								
	POPRAM								
E.M. 529 - Vargem/Torreão - Madalena do Mar (DRU)	TOTAL	168 204	111 200	89 000	120 000	0	0	488 404	
1997-01	CAP. 50 O.R.	168 204	111 200	89 000	120 000	0	0	488 404	
	COFIN								
	POPRAM								
Construção Variante entre Igreja Água da Pena e Cardeais - Machico (DRU)	TOTAL	0	60 000	142 500	250 000	0	0	452 500	
1997-01	CAP. 50 O.R.	0	60 000	142 500	250 000	0	0	452 500	
	COFIN								
	POPRAM								
Ligação entre Fajã da Murta e Lomba Galgo-Faiã (DRU)	TOTAL	0	0	171 000	150 000	100 000	0	421 000	
1999-02	CAP. 50 O.R.	0	0	171 000	150 000	100 000	0	421 000	
	COFIN								
	POPRAM								
N Variante à ER 107, Túnel entre Ribª da Lapa e Curral das Freiras (DRU)	TOTAL	0	0	190 000	750 000	750 000	250 000	1 940 000	
2000-03	CAP. 50 O.R.	0	0	190 000	750 000	750 000	250 000	1 940 000	
	COFIN								
	POPRAM								
N Novo Acesso ao Centro da Tabua (DRU)	TOTAL	0	0	38 000	100 000	0	0	138 000	
2000-01	CAP. 50 O.R.	0	0	38 000	100 000	0	0	138 000	
	COFIN								
	POPRAM								
N Variante à ER 102 no Centro do Santo da Serra (DRU)	TOTAL	0	0	47 500	150 000	100 000	0	297 500	
2000-02	CAP. 50 O.R.	0	0	47 500	150 000	100 000	0	297 500	
	COFIN								
	POPRAM								
N Ligação entre ER 222 Moledos e Torreão - Madalena do Mar (DRU)	TOTAL	0	0	27 000	150 000	15 000	0	192 000	
2000-02	CAP. 50 O.R.	0	0	27 000	150 000	15 000	0	192 000	
	COFIN								
	POPRAM								
N Construção da Ligação entre Estrada do Aeroporto e Estrada das Lombas - Porto Santo (DRU)	TOTAL	0	0	57 000	75 000	75 000	0	207 000	
2000-02	CAP. 50 O.R.	0	0	57 000	75 000	75 000	0	207 000	
	COFIN								
	POPRAM								
N Construção de Novos Arruamentos no Paúl do Mar (DRU)	TOTAL	0	0	28 500	100 000	100 000	0	228 500	
2000-02	CAP. 50 O.R.	0	0	28 500	100 000	100 000	0	228 500	
	COFIN								
	POPRAM								

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 de Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total
N Pavimentação do Arruamento Marginal à Ribeira das Galinhas Paul do Mar (DRU)	TOTAL	0	0	81 000	2 000	0	0	83 000
	CAP. 50 O.R	0	0	81 000	2 000	0	0	83 000
2000-01								
EM 543 entre Seara Velha e Lombo do Chão - Curral das Freiras	TOTAL	160 647	49 279	25 000	0	0	0	234 926
	CAP. 50 O.R	160 647	49 279	25 000	0	0	0	234 926
1999-00								
Beneficiação de Estradas e Caminhos Municipais (DRU)	TOTAL	0	1 734 440	38 000	0	0	0	1 772 440
	CAP. 50 O.R	0	1 734 440	38 000	0	0	0	1 772 440
1999-00								
Expropriação de Terrenos - (SDSR)	TOTAL	0	1 500 000	1 280 000	0	0	0	2 780 000
	CAP. 50 O.R	0	1 500 000	1 280 000	0	0	0	2 780 000
1999-00								
Estudos e Projectos de Estradas Regionais (DRE)	TOTAL	0	147 500	114 000	0	0	0	261 500
	CAP. 50 O.R	0	147 500	114 000	0	0	0	261 500
1987-00								
N Plano Global de Sinalização e Segurança da Rede Regional (DRE)	TOTAL	0	0	47 500	100 000	0	0	147 500
	CAP. 50 O.R	0	0	47 500	100 000	0	0	147 500
2000-01								
	COFN							
	POPRAM							
N Construção de Áreas de Estacionamento no Porto da Cruz (DRU)	TOTAL	0	0	9 000	11 000	0	0	20 000
	CAP. 50 O.R	0	0	9 000	11 000	0	0	20 000
2000-01								
SECTOR: EDUCAÇÃO	TOTAL	8 463 522	4 332 011	4 517 000	6 570 000	4 490 000	2 530 000	30 902 533
	CAP. 50 O.R	8 463 522	4 332 011	4 517 000	6 570 000	4 490 000	2 530 000	30 902 533
INFRAESTRUTURAS DE ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO	TOTAL	3 466 701	3 654 011	3 885 500	6 010 000	4 290 000	2 530 000	23 836 212
	CAP. 50 O.R	3 466 701	3 654 011	3 885 500	6 010 000	4 290 000	2 530 000	23 836 212
CF: 213 SE: SFES Nº. PROJS: 19								
Escola Básica e Técnico Profissional da Madalena - 2ª Fase - Santo António (DROF)	TOTAL	116 468	219 931	57 000	40 000	0	0	433 399
	CAP. 50 O.R	116 468	219 931	57 000	40 000	0	0	433 399
1996-01								
Escola Secundária e Pavilhão Gimnodesportivo de Stª Cruz (DROF)	TOTAL	1 094 647	245 855	332 500	160 000	0	0	1 833 002
	CAP. 50 O.R	1 094 647	245 855	332 500	160 000	0	0	1 833 002
1997 - 01								
Escola Básica de São Gonçalo (DROF)	TOTAL	0	308 000	380 000	400 000	0	0	1 088 000
	CAP. 50 O.R	0	308 000	380 000	400 000	0	0	1 088 000
1998-01								
Escola Básica dos Moinhos	TOTAL	144 732	18 291	17 000	0	0	0	180 023
	CAP. 50 O.R	144 732	18 291	17 000	0	0	0	180 023
1997-00								
Escola Básica e Pavilhão Gimnodesportivo da Ponta do Sol (DROF)	TOTAL	0	241 400	760 000	1 040 000	410 000	0	2 451 400
	CAP. 50 O.R	0	241 400	760 000	1 040 000	410 000	0	2 451 400
1997-02								
	COFN							
	POPRAM							
Escola Básica da Raposeira do Lugarinho - Fajã da Ovelha (DROF)	TOTAL	0	6 500	95 000	270 000	380 000	30 000	781 500
	CAP. 50 O.R	0	6 500	95 000	270 000	380 000	30 000	781 500
1999-03								
Escola Básica do Carmo - Cª. de Lobos (DROF)	TOTAL	0	191 100	665 000	450 000	0	0	1 306 100
	CAP. 50 O.R	0	191 100	665 000	450 000	0	0	1 306 100
1999-01								
	COFN							
	POPRAM							
Escola Básica do Caniço - Santa Cruz (DROF)	TOTAL	0	350 169	76 000	0	0	0	426 169
	CAP. 50 O.R	0	350 169	76 000	0	0	0	426 169
1999-00								
Escola Básica do Campanário (DROF)	TOTAL	0	10 000	114 000	400 000	300 000	0	824 000
	CAP. 50 O.R	0	10 000	114 000	400 000	300 000	0	824 000
1999 - 02								
	COFN							
	POPRAM							
Escola Secundária do Porto Santo - ampliação (DROF)	TOTAL	153 477	15 000	28 500	0	0	0	196 977
	CAP. 50 O.R	153 477	15 000	28 500	0	0	0	196 977
1997-00								
Escola Básica e Pavilhão Gimnodesportivo do Porto Moniz (DROF)	TOTAL	219 687	500 234	175 000	100 000	0	0	994 921
	CAP. 50 O.R	219 687	500 234	175 000	100 000	0	0	994 921
1998 - 01								
N Escola Básica do Monte (DROF)	TOTAL	0	0	28 500	350 000	400 000	0	778 500
	CAP. 50 O.R	0	0	28 500	350 000	400 000	0	778 500
2000-02								
	COFN							
	POPRAM							
N Escola Secundária de S. Martinho (DROF)	TOTAL	0	0	19 000	200 000	300 000	500 000	1 019 000
	CAP. 50 O.R	0	0	19 000	200 000	300 000	500 000	1 019 000
2000-03								
	COFN							
	POPRAM							
N Escola Básica de São Jorge (DROF)	TOTAL	0	12 011	19 000	200 000	300 000	0	531 011
	CAP. 50 O.R	0	12 011	19 000	200 000	300 000	0	531 011
1999-02								
	COFN							
	POPRAM							

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1998	1999 Exec. até 31 de Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total	
SECTOR: CULTURA	TOTAL	376 898	192 000	924 750	1 620 000	300 000	0	3 413 648
	CAP. 50 O.R.	376 898	192 000	924 750	1 620 000	300 000	0	3 413 648
CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO E APETRECHAMENTO DE INFRAESTRUTURAS CULTURAIS	TOTAL	376 898	192 000	924 750	1 620 000	300 000	0	3 413 648
	CAP. 50 O.R.	376 898	192 000	924 750	1 620 000	300 000	0	3 413 648
SE: SRES NP. PROJS: 6								
Remodelação da Casa Museu Frederico de Freitas (DROP)	TOTAL	223 213	125 000	61 750	0	0	0	409 963
1991-00	CAP. 50 O.R.	223 213	125 000	61 750	0	0	0	409 963
Biblioteca e Arquivo da RAM (DROP)	TOTAL	153 685	50 000	665 000	1 100 000	100 000	0	2 068 685
1992-02	CAP. 50 O.R.	153 685	50 000	665 000	1 100 000	100 000	0	2 068 685
Arquivo Fotográfico da Madeira (DROP)	TOTAL	0	15 000	47 500	200 000	200 000	0	462 500
1999-02	CAP. 50 O.R.	0	15 000	47 500	200 000	200 000	0	462 500
Centro Cultural de São Gonçalo (Inclui Junta de Freguesia)	TOTAL	0	2 000	47 500	150 000	0	0	199 500
1999-01	CAP. 50 O.R.	0	2 000	47 500	150 000	0	0	199 500
N Centro Cultural da Ponta do Sol (DROP)	TOTAL	0	0	76 000	50 000	0	0	126 000
2000-01	CAP. 50 O.R.	0	0	76 000	50 000	0	0	126 000
N Recuperação do Edifício da Fundação MCRodrigues (DROP)	TOTAL	0	0	27 000	120 000	0	0	147 000
2000-01	CAP. 50 O.R.	0	0	27 000	120 000	0	0	147 000
SECTOR: SAÚDE	TOTAL	1 305 000	1 606 566	1 056 175	500 000	90 000	0	4 557 741
	CAP. 50 O.R.	1 305 000	1 606 566	1 056 175	500 000	90 000	0	4 557 741
CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE SAÚDE	TOTAL	1 305 000	1 563 200	980 175	500 000	90 000	0	4 438 375
	CAP. 50 O.R.	1 305 000	1 563 200	980 175	500 000	90 000	0	4 438 375
SE: SRES NP. PROJS: 14								
Centro de Saúde da Nazaré (DROP)	TOTAL	175 960	85 749	11 400	0	0	0	273 109
1995-00	CAP. 50 O.R.	175 960	85 749	11 400	0	0	0	273 109
Centro de Saúde de Machico (DROP)	TOTAL	616 921	539 284	299 250	0	0	0	1 455 455
1996-00	CAP. 50 O.R.	616 921	539 284	299 250	0	0	0	1 455 455
Centro de Saúde do Campanário (DROP)	TOTAL	0	120 000	171 000	100 000	0	0	391 000
1998-01	CAP. 50 O.R.	0	120 000	171 000	100 000	0	0	391 000
Centro de Saúde Mental e Toxicod dependência (DROP)	TOTAL	10 515	62 967	28 500	0	0	0	101 982
1996-00	CAP. 50 O.R.	10 515	62 967	28 500	0	0	0	101 982
Centro de Saúde, C. Povo, Junta de Freguesia, Centro de Dia e Polidesportivo do Santo da Setra (DRU)	TOTAL	140 698	215 600	142 500	100 000	0	0	598 798
1996-01	CAP. 50 O.R.	140 698	215 600	142 500	100 000	0	0	598 798
Centro de Saúde, S. Social, Casa do Povo e Junta de Freguesia do Curral das Freiras (DRU)	TOTAL	22 275	124 600	4 750	0	0	0	151 625
1996-00	CAP. 50 O.R.	22 275	124 600	4 750	0	0	0	151 625
Centro de Saúde, Seg. Social e Junta de Freguesia da Ponta Delgada (DRU)	TOTAL	0	60 000	102 375	0	0	0	162 375
1996-00	CAP. 50 O.R.	0	60 000	102 375	0	0	0	162 375
Centro de Saúde, Seg. Social e Casa do Povo de São Jorge (DRU)	TOTAL	132 117	73 600	95 000	0	0	0	300 717
1996-00	CAP. 50 O.R.	132 117	73 600	95 000	0	0	0	300 717
Centro de Saúde e Segurança Social do Paul do Mar (DRU)	TOTAL	86 732	72 600	2 375	0	0	0	161 707
1996-00	CAP. 50 O.R.	86 732	72 600	2 375	0	0	0	161 707
Centro de Saúde e Segurança Social dos Canhas (DRU)	TOTAL	73 779	97 800	2 375	0	0	0	173 954
1996-00	CAP. 50 O.R.	73 779	97 800	2 375	0	0	0	173 954
Centro de Saúde do Estreito de C. de Lobos (DRU)	TOTAL	46 003	111 000	6 650	0	0	0	163 653
1996-00	CAP. 50 O.R.	46 003	111 000	6 650	0	0	0	163 653
N Centro de Saúde, Junta de Freguesia e Seg. Social da Fajã da Ovelha (DRU)	TOTAL	0	0	38 000	100 000	30 000	0	168 000
2000-02	CAP. 50 O.R.	0	0	38 000	100 000	30 000	0	168 000

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDAR						
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 de Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total
Renovação da Rede de Água Potável no Porto Santo (DROP)	TOTAL	176 520	25 134	33 250	0	0	0	234 904
1990-00	CAP. 50 O.R.	176 520	25 134	33 250	0	0	0	234 904
Remodelação da Conduta Elevatória incluindo Reservatório entre Tanque e a Camacha - Porto Santo (DROP)	TOTAL	112 702	25 000	23 750	0	0	0	161 452
1990-00	CAP. 50 O.R.	112 702	25 000	23 750	0	0	0	161 452
Aumento de Capacidade do Reservatório da Ponta - Porto Santo (DROP)	TOTAL	0	55 126	23 750	10 000	0	0	88 876
1999-01	CAP. 50 O.R.	0	55 126	23 750	10 000	0	0	88 876
REFORÇO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ÁGUAS RESIDUAIS	TOTAL	1 752 796	416 130	589 950	1 525 000	1 150 000	0	5 433 876
SE: SPES Nº. PROJS: 12	CAP. 50 O.R.	1 752 796	416 130	589 950	1 525 000	1 150 000	0	5 433 876
Saneamento da Zona Baixa do Caniço - 2ª Fase (DRSB)	TOTAL	574 239	92 818	19 000	0	0	0	686 057
1992-00	CAP. 50 O.R.	574 239	92 818	19 000	0	0	0	686 057
Destino Final de Águas Residuais em Zonas Rurais (DRSB)	TOTAL	894 262	82 017	114 000	200 000	100 000	0	1 390 279
1990-02	CAP. 50 O.R.	894 262	82 017	114 000	200 000	100 000	0	1 390 279
Renovação da Rede de Saneamento Básico do Porto Santo (DROP)	TOTAL	57 248	23 267	28 500	25 000	50 000	0	184 015
1990-02	CAP. 50 O.R.	57 248	23 267	28 500	25 000	50 000	0	184 015
Emissões Finais Águas Residuais no Caniço e Santa Cruz (DRSB)	TOTAL	214 566	205 331	5 700	0	0	0	425 597
1997-00	CAP. 50 O.R.	214 566	205 331	5 700	0	0	0	425 597
Interceptor de Águas Residuais no Caniço e Camacha (DRSB)	TOTAL	12 481	12 697	190 000	500 000	300 000	0	1 015 178
1997-02	CAP. 50 O.R.	12 481	12 697	190 000	500 000	300 000	0	1 015 178
N Reformulação do Sistema de ETAR do Funchal (DRSB)	TOTAL	0	0	47 500	150 000	0	0	197 500
2000-01	CAP. 50 O.R.	0	0	47 500	150 000	0	0	197 500
N Reformulação do Sistema de Tratamento de Águas Residuais na Freguesia de Câmara de Lobos (DRSB)	TOTAL	0	0	47 500	100 000	0	0	147 500
2000-01	CAP. 50 O.R.	0	0	47 500	100 000	0	0	147 500
N Interceptor e ETAR nas Freguesias da Ponta do Sol e Canhas (DRSB)	TOTAL	0	0	28 500	300 000	400 000	0	728 500
2000-02	CAP. 50 O.R.	0	0	28 500	300 000	400 000	0	728 500
N Interceptor e Emissário Terrestre da Freguesia da Madalena do Mar (DRSB)	TOTAL	0	0	38 000	50 000	200 000	0	288 000
2000-02	CAP. 50 O.R.	0	0	38 000	50 000	200 000	0	288 000
N Destino Final Águas Residuais no Porto Moniz (DRSB)	TOTAL	0	0	38 000	100 000	100 000	0	238 000
2000-02	CAP. 50 O.R.	0	0	38 000	100 000	100 000	0	238 000
N Interceptor e ETAR na Freguesia da Boaventura (DRSB)	TOTAL	0	0	19 000	100 000	0	0	119 000
2000-01	CAP. 50 O.R.	0	0	19 000	100 000	0	0	119 000
N Estação de Tratamento de Águas Residuais do Porto Santo (DROP)	TOTAL	0	0	14 250	0	0	0	14 250
2000-00	CAP. 50 O.R.	0	0	14 250	0	0	0	14 250
SISTEMA INTEGRADO DE RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	TOTAL	3 015 292	7 987 614	7 709 250	5 620 000	1 260 000	1 000 000	26 592 156
SE: SPES Nº. PROJS: 5	CAP. 50 O.R.	3 015 292	7 987 614	7 709 250	5 620 000	1 260 000	1 000 000	26 592 156
Sistema Integrado de Tratamento e Destino Final de Resíduos Sólidos incluindo ETRS da Meia Serra (DRSB)	TOTAL	3 015 292	7 987 614	7 144 000	4 200 000	900 000	1 000 000	24 246 906
1994-03	CAP. 50 O.R.	3 015 292	7 987 614	7 144 000	4 200 000	900 000	1 000 000	24 246 906
N Estação de Transferência da Zona Oeste (DRSB)	TOTAL	0	0	223 250	500 000	40 000	0	763 250
2000-02	CAP. 50 O.R.	0	0	223 250	500 000	40 000	0	763 250
N Centro de Processamento de Resíduos Sólidos do Porto Santo (DRSB)	TOTAL	0	0	114 000	400 000	20 000	0	534 000
2000-02	CAP. 50 O.R.	0	0	114 000	400 000	20 000	0	534 000
N Equipamento de Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos (DRSB)	TOTAL	0	0	114 000	220 000	200 000	0	534 000
2000-02	CAP. 50 O.R.	0	0	114 000	220 000	200 000	0	534 000

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1998	1999 Exec. até 31 de Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total	
N Estação de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos (DRSB) 2000-02 COFIN POPRAM	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	114 000 114 000	300 000 300 000	100 000 100 000	0 0	514 000 514 000
ESTUDOS E PROJECTOS DE SANEAMENTO BÁSICO SE.SPES Nº. PROJ: 1 Estudos e Projectos de Saneamento Básico (DRSB) 1992-01	TOTAL CAP. 50 O.R	37 906 37 906	25 000 25 000	57 000 57 000	15 000 15 000	0 0	0 0	134 906 134 906
REFORÇO E MELHORIA DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO ADUÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA SE.IGA Nº. PROJ: 1 N Reforço e Melhoria do Sistema de Captação Adução e Tratamento Água (IGA) 2000-00 COFIN F.COESÃO	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	3 087 500 1 729 000	0 0	0 0	0 0	3 087 500 1 729 000
EQUIPAMENTO SÓCIO-CULTURAL SE.SPES Nº. PROJS: 7 Casa da Cultura de Câmara de Lobos (DRU) 1997-00 Centro Cultural e Paroquial da Vila de Santa Cruz (DROF) 1999-01 Edifício Sede do Santacruzense (DROF) 1999-01	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	117 570 117 570	316 000 316 000	322 000 322 000	0 0	0 0	755 570 755 570
N Construção do Salão Paroquial de Santana (DRU) 2000-01	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	66 500 66 500	40 000 40 000	0 0	0 0	106 500 106 500
N Centro Paroquial da Ribeira Grande - Machico (DRU) 2000-01	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	18 000 18 000	82 000 82 000	0 0	0 0	100 000 100 000
N Edifício da Casa do Povo Grupo Flores do Maio e G.D - Porto da Cruz (DRU) 2000-01	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	22 500 22 500	30 000 30 000	0 0	0 0	52 500 52 500
Recuperação de Edifícios de Interesse Público em Zonas Rurais (DRU) 1999-00	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	9 670 9 670	38 000 38 000	0 0	0 0	0 0	47 670 47 670
EQUIPAMENTO RELIGIOSO SE.SPES Nº. PROJS: 4 Construção da Igreja do Caniçal (DRU) 1994-01 Construção da Igreja dos Lameiros - S. Vicente (DRU) 1994-01 Construção da Igreja da Nazaré (DRU) 1997-01 Beneficiação, Conservação e Restauro de Equipamento Religioso (DRU) 1999-00	TOTAL CAP. 50 O.R	348 787 348 787	435 306 435 306	202 350 202 350	120 000 120 000	0 0	0 0	1 106 443 1 106 443
SECTOR: DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE	TOTAL CAP. 50 O.R	1 356 568 1 356 568	1 064 939 1 064 939	1 149 500 1 149 500	1 835 000 1 835 000	985 000 985 000	515 000 515 000	6 906 007 6 906 007
CANALIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E LIMPEZA DE RIBEIRAS E CÓRREGOS SE.SPES Nº. PROJS: 11 Canalização da Ribª. de S. João entre o Polo Tecnológico e o Nú da Cabouqueira 1ª. e 2ª. Fases (DROF) 1995-00 BEI-Temporária	TOTAL CAP. 50 O.R	1 352 224 1 352 224	982 130 982 130	764 750 764 750	1 430 000 1 430 000	670 000 670 000	0 0	5 199 104 5 199 104

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 de Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total
Canalização e Regularização da Ribª Santa Luzia e Construção de Estrada Marginal (DROP)	TOTAL CAP. 50 O.R	238 692 238 692	409 422 409 422	190 000 190 000	200 000 200 000	0 0	0 0	1 038 114 1 038 114
1995-01	BEI-Temporas							
Canalização da Ribª. de São João a jusante da Ponte dos Álamos (DROP)	TOTAL CAP. 50 O.R	452 319 452 319	381 083 381 083	76 000 76 000	0 0	0 0	0 0	909 402 909 402
1997-00	BEI-Temporas							
Canalização da Ribeira do Faial (DROP)	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	5 690 5 690	76 000 76 000	100 000 100 000	120 000 120 000	0 0	301 690 301 690
1999-02	COFIN POPRAM							
Canalização da Ribeira de S. Roque do Faial (DROP)	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	62 672 62 672	71 250 71 250	10 000 10 000	0 0	0 0	143 922 143 922
1999-01								
N Canalização da Ribeira dos Socorridos a Montante do PIZO (DROP)	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	95 000 95 000	400 000 400 000	100 000 100 000	0 0	595 000 595 000
2000-02	COFIN POPRAM							
N Reparação de Muralhas e Execução de Travessões na Rib. da Calheta (DROP)	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	38 000 38 000	40 000 40 000	0 0	0 0	78 000 78 000
2000-01								
N Canalização da Ribeira de Machico (DROP)	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	47 500 47 500	300 000 300 000	250 000 250 000	0 0	597 500 597 500
2000-02	COFIN POPRAM							
N Canalização da Ribeira de Santa Luzia a Montante da Ponte da Fundoa (DROP)	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	47 500 47 500	120 000 120 000	100 000 100 000	0 0	267 500 267 500
2000-02	COFIN POPRAM							
Desassoreamento e Regularização de Ribeiras (DROP)	TOTAL CAP. 50 O.R	220 040 220 040	22 100 22 100	47 500 47 500	60 000 60 000	60 000 60 000	0 0	409 640 409 640
1995-02								
N Bacias de Retenção em Ribeiras no Funchal (DROP)	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	47 500 47 500	200 000 200 000	40 000 40 000	0 0	287 500 287 500
2000-02	COFIN POPRAM							
MEDIDAS VISANDO A PROTECÇÃO DO AMBIENTE	TOTAL CAP. 50 O.R	4 344 4 344	12 011 12 011	270 750 270 750	405 000 405 000	315 000 315 000	515 000 515 000	1 522 105 1 522 105
SE: SPRES Nº. PRIORIS: 10								
N Cartografia e Controlo de Ruído (DRA)	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	28 500 28 500	0 0	0 0	0 0	28 500 28 500
2000-00	COFIN POPRAM							
Campanhas de Sensibilização Ambiental (DRA)	TOTAL CAP. 50 O.R	4 344 4 344	12 011 12 011	28 500 28 500	50 000 50 000	50 000 50 000	40 000 40 000	184 855 184 855
1997 - 03	COFIN POPRAM							
N Estudos Informatização e Formação no Domínio do Ambiente (DRA)	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	19 000 19 000	0 0	0 0	0 0	19 000 19 000
2000-00								
N Bases de Dados do Ambiente (DRA)	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	19 000 19 000	50 000 50 000	0 0	0 0	69 000 69 000
2000-01	COFIN POPRAM							
N Inspeção Ambiental (DRA)	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	19 000 19 000	35 000 35 000	0 0	0 0	54 000 54 000
2000-01	COFIN POPRAM							
N Inventário de Emissões Atmosféricas (DRA)	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	4 750 4 750	5 000 5 000	0 0	0 0	9 750 9 750
2000-01	COFIN POPRAM							
N Monitorização de Impactes Ambientais (DRA)	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	47 500 47 500	100 000 100 000	100 000 100 000	150 000 150 000	397 500 397 500
2000-04	COFIN POPRAM							
N Redes de Estações de Controlo da Poluição (DRA)	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	61 750 61 750	80 000 80 000	40 000 40 000	40 000 40 000	221 750 221 750
2000-04	COFIN POPRAM							
N Cartografia Sedimentológica da RAM (DRA)	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	14 250 14 250	25 000 25 000	25 000 25 000	85 000 85 000	149 250 149 250
2000-04	COFIN POPRAM							
N Recuperação de Áreas em Risco de Erosão (DRA)	TOTAL CAP. 50 O.R	0 0	0 0	28 500 28 500	60 000 60 000	100 000 100 000	200 000 200 000	388 500 388 500
2000-04	COFIN POPRAM							

QUADRO III - 5

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(CONTOS)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO POOAR							
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Ano Seguinte	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	6 067 909	1 139 892	2 464 978	0	0	0	9 672 779
		CAP. 50 O.R.	6 067 909	1 139 892	2 464 978	0	0	0	9 672 779
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	6 067 909	1 139 892	2 298 130	0	0	0	9 465 931
		CAP. 50 O.R.	6 067 909	1 139 892	2 298 130	0	0	0	9 465 931
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	206 848	0	0	0	206 848
		CAP. 50 O.R.	0	0	206 848	0	0	0	206 848
SECTOR: TURISMO		TOTAL	5 470 661	789 338	1 587 598	0	0	0	7 847 597
		CAP. 50 O.R.	5 470 661	789 338	1 587 598	0	0	0	7 847 597
PROMOÇÃO TURÍSTICA		TOTAL	2 102 453	168 835	554 562	0	0	0	2 825 850
SE: SRT		CAP. 50 O.R.	2 102 453	168 835	554 562	0	0	0	2 825 850
		Nº. PROJES: 10							
Acções para a Diversificação de Mercados		TOTAL	385 045	56 674	93 886	0	0	0	535 605
		CAP. 50 O.R.	385 045	56 674	93 886	0	0	0	535 605
1994-00		COFIN							
		POPRAM							
Dinamização do Turismo Interno		TOTAL	190 879	20 524	45 106	0	0	0	256 509
		CAP. 50 O.R.	190 879	20 524	45 106	0	0	0	256 509
1994-00		COFIN							
		POPRAM							
Promoção do Goito		TOTAL	485 651	0	114 000	0	0	0	599 651
		CAP. 50 O.R.	485 651	0	114 000	0	0	0	599 651
1994-00		COFIN							
		POPRAM							
Campanha de Imagem		TOTAL	518 105	25 426	92 570	0	0	0	636 101
		CAP. 50 O.R.	518 105	25 426	92 570	0	0	0	636 101
1994-00		COFIN							
		POPRAM							
Material Promocional		TOTAL	417 380	53 800	95 000	0	0	0	566 180
		CAP. 50 O.R.	417 380	53 800	95 000	0	0	0	566 180
1994-00		COFIN							
		POPRAM							
Acções Culturais e de Promoção Turística (GAB. SEC.)		TOTAL	25 622	6 074	9 500	0	0	0	41 196
		CAP. 50 O.R.	25 622	6 074	9 500	0	0	0	41 196
1994-00		COFIN							
		POPRAM							
N Acções de Relações Públicas		TOTAL	0	0	14 250	0	0	0	14 250
		CAP. 50 O.R.	0	0	14 250	0	0	0	14 250
2000-00		COFIN							
		POPRAM							
N Novas Tecnologias da Informação		TOTAL	0	0	57 000	0	0	0	57 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	57 000	0	0	0	57 000
2000-00		COFIN							
		POPRAM							
N Marca Quintas da Madeira		TOTAL	0	0	14 250	0	0	0	14 250
		CAP. 50 O.R.	0	0	14 250	0	0	0	14 250
2000-00		COFIN							
		POPRAM							
Acções Promocionais Diversas		TOTAL	79 771	6 337	19 000	0	0	0	105 108
		CAP. 50 O.R.	79 771	6 337	19 000	0	0	0	105 108
1994-00		COFIN							
		POPRAM							
ANIMAÇÃO E ACONTECIMENTOS ESPECIAIS		TOTAL	3 363 617	619 957	996 288	0	0	0	4 979 862
SE: SRT		CAP. 50 O.R.	3 363 617	619 957	996 288	0	0	0	4 979 862
		Nº. PROJES: 6							
Festa do Carnaval		TOTAL	293 968	67 061	58 880	0	0	0	419 909
		CAP. 50 O.R.	293 968	67 061	58 880	0	0	0	419 909
1994-00		COFIN							
		POPRAM							
Festa da Flor		TOTAL	209 911	49 810	44 001	0	0	0	303 722
		CAP. 50 O.R.	209 911	49 810	44 001	0	0	0	303 722
1994-00		COFIN							
		POPRAM							
Festa do Vinho da Madeira		TOTAL	112 338	34 659	19 407	0	0	0	166 604
		CAP. 50 O.R.	112 338	34 659	19 407	0	0	0	166 604
1994-00		COFIN							
		POPRAM							
Festa do Fim do Ano		TOTAL	2 675 473	463 199	855 000	0	0	0	3 993 672
		CAP. 50 O.R.	2 675 473	463 199	855 000	0	0	0	3 993 672
1994-00		COFIN							
		POPRAM							
Encontro Regional de Bandas		TOTAL	26 391	910	9 500	0	0	0	36 801
		CAP. 50 O.R.	26 391	910	9 500	0	0	0	36 801
1995-00		COFIN							
		POPRAM							
Iniciativas Diversas		TOTAL	45 536	4 118	9 500	0	0	0	59 154
		CAP. 50 O.R.	45 536	4 118	9 500	0	0	0	59 154
1994-00		COFIN							
		POPRAM							
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE APOIO TURÍSTICO E GESTÃO DO DESTINO		TOTAL	4 591	546	36 748	0	0	0	41 885
SE: SRT		CAP. 50 O.R.	4 591	546	36 748	0	0	0	41 885
		Nº. PROJES: 4							

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total
Intra-Estruturas Turísticas Diversas	TOTAL	4 581	546	2 750	0	0	0	7 887
1998-00	CAP. 50 O.R	4 581	546	2 750	0	0	0	7 887
N Conservação e Reparação de Locais de Interesse Turístico	TOTAL	0	0	2 000	0	0	0	2 000
2000-00	CAP. 50 O.R	0	0	2 000	0	0	0	2 000
N Programas de Educação Ambiental	TOTAL	0	0	8 248	0	0	0	8 248
2000-00	CAP. 50 O.R	0	0	8 248	0	0	0	8 248
N Investigação, Estudos e Inquéritos	TOTAL	0	0	23 750	0	0	0	23 750
2000-00	CAP. 50 O.R	0	0	23 750	0	0	0	23 750
SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL		TOTAL	10 311	4 350	13 775	0	0	28 436
		CAP. 50 O.R	10 311	4 350	13 775	0	0	28 436
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL		TOTAL	10 311	4 350	13 775	0	0	28 436
		CAP. 50 O.R	10 311	4 350	13 775	0	0	28 436
SE: SRT	Nº. PROJCS: 3							
Ações de Formação Turística	TOTAL	6 917	2 188	7 125	0	0	0	16 230
1999-00	CAP. 50 O.R	6 917	2 188	7 125	0	0	0	16 230
Ações de Formação no âmbito da Cultura	TOTAL	2 500	1 600	3 800	0	0	0	7 900
1999-00	CAP. 50 O.R	2 500	1 600	3 800	0	0	0	7 900
Outras Ações de Formação	TOTAL	894	562	2 850	0	0	0	4 306
1999-00	CAP. 50 O.R	894	562	2 850	0	0	0	4 306
SECTOR: CULTURA		TOTAL	508 105	342 492	842 800	0	0	1 693 397
		CAP. 50 O.R	508 105	342 492	842 800	0	0	1 693 397
RECUPERAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO PATRIMÓNIO CLASSIFICADO	TOTAL	0	0	118 750	0	0	0	118 750
	CAP. 50 O.R	0	0	118 750	0	0	0	118 750
SE: SRYC	Nº. PROJCS: 6							
Convento de S.ª Clara	TOTAL	0	0	4 750	0	0	0	4 750
1997-00	CAP. 50 O.R	0	0	4 750	0	0	0	4 750
N Igreja da Sé do Funchal	TOTAL	0	0	33 250	0	0	0	33 250
2000-00	CAP. 50 O.R	0	0	33 250	0	0	0	33 250
N Igreja do Colégio	TOTAL	0	0	9 500	0	0	0	9 500
2000-00	CAP. 50 O.R	0	0	9 500	0	0	0	9 500
Núcleo de S.ª. Amaro	TOTAL	0	0	14 250	0	0	0	14 250
1997-00	CAP. 50 O.R	0	0	14 250	0	0	0	14 250
Quinta do Monte	TOTAL	0	0	38 000	0	0	0	38 000
1997-00	CAP. 50 O.R	0	0	38 000	0	0	0	38 000
N Fotografia Museu Vicentes/ Arquivo de Imagem da Madeira	TOTAL	0	0	19 000	0	0	0	19 000
2000-00	CAP. 50 O.R	0	0	19 000	0	0	0	19 000
OBRAS DE REABILITAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÓNIO MÓVEL E IMÓVEL	TOTAL	79 873	41 745	123 500	0	0	0	245 118
	CAP. 50 O.R	79 873	41 745	123 500	0	0	0	245 118
SE: CEVA	Nº. PROJCS: 8							
Museu Etnográfico da Madeira (Ribeira Brava) (Obras)	TOTAL	1 098	0	15 200	0	0	0	16 298
1990-00	CAP. 50 O.R	1 098	0	15 200	0	0	0	16 298
Forte de São Tiago	TOTAL	10 799	9 827	12 350	0	0	0	32 976
1994-00	CAP. 50 O.R	10 799	9 827	12 350	0	0	0	32 976
Casas Típicas, Molinhos e Casas do Salão	TOTAL	10 480	9 440	19 000	0	0	0	38 920
1996-00	CAP. 50 O.R	10 480	9 440	19 000	0	0	0	38 920
Restauro dos Orgãos das Igrejas	TOTAL	4 206	0	5 700	0	0	0	9 906
1995-00	CAP. 50 O.R	4 206	0	5 700	0	0	0	9 906

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						Total
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	
Obras Diversas de Conservação do Património da RAM	TOTAL	53 290	17 816	47 500	0	0	0	118 606
1994-00	CAP. 50 O.R.	53 290	17 816	47 500	0	0	0	118 606
Estudos e Projectos de Restauro do Património Regional	TOTAL	0	4 662	23 750	0	0	0	28 412
1999-00	CAP. 50 O.R.	0	4 662	23 750	0	0	0	28 412
ACÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO CENTRO DE ESTUDOS DA HISTÓRIA DO ATLÁNTICO	TOTAL	0	0	18 000	0	0	0	18 000
SE: CEHA N.º PROJ.: 1	CAP. 50 O.R.	0	0	18 000	0	0	0	18 000
N História das Ilhas	TOTAL	0	0	18 000	0	0	0	18 000
2000-00	CAP. 50 O.R.	0	0	18 000	0	0	0	18 000
APOIO A MUSEUS E CASAS DE CULTURA	TOTAL	134 857	85 723	208 050	0	0	0	428 630
SE: SRT N.º PROJ.: 10	CAP. 50 O.R.	134 857	85 723	208 050	0	0	0	428 630
Casa das Mudanças	TOTAL	5 748	5 066	11 400	0	0	0	22 214
1996-00	CAP. 50 O.R.	5 748	5 066	11 400	0	0	0	22 214
Museu Etnográfico da Madeira (Ribeira Brava)	TOTAL	16 321	10 795	19 000	0	0	0	46 116
1995-00	CAP. 50 O.R.	16 321	10 795	19 000	0	0	0	46 116
Museu de Arte Contemporânea - Forte de São Tiago	TOTAL	17 167	9 991	15 200	0	0	0	42 358
1995-00	CAP. 50 O.R.	17 167	9 991	15 200	0	0	0	42 358
Museu de Arte Sacra	TOTAL	15 000	15 566	18 050	0	0	0	48 616
1988-00	CAP. 50 O.R.	15 000	15 566	18 050	0	0	0	48 616
Fotografia-Museu Vicentes	TOTAL	8 577	6 381	20 900	0	0	0	35 858
1995-00	CAP. 50 O.R.	8 577	6 381	20 900	0	0	0	35 858
Casa-Museu Cristóvão Colombo	TOTAL	1 201	1 345	17 100	0	0	0	19 646
1995-00	CAP. 50 O.R.	1 201	1 345	17 100	0	0	0	19 646
Museu Quinta das Cruzes	TOTAL	26 669	12 497	38 000	0	0	0	77 166
1995-00	CAP. 50 O.R.	26 669	12 497	38 000	0	0	0	77 166
Solar São Cristóvão	TOTAL	482	195	11 400	0	0	0	12 077
1997-00	CAP. 50 O.R.	482	195	11 400	0	0	0	12 077
Casa Museu Frederico de Freitas	TOTAL	43 692	21 064	38 000	0	0	0	102 756
1997-00	CAP. 50 O.R.	43 692	21 064	38 000	0	0	0	102 756
Centro Cultural de Edmundo Bettencourt	TOTAL	0	2 823	19 000	0	0	0	21 823
1999-00	CAP. 50 O.R.	0	2 823	19 000	0	0	0	21 823
APOIO AO SERVIÇO PÚBLICO DE BIBLIOTECAS E ARQUIVO	TOTAL	12 892	4 118	16 150	0	0	0	33 160
SE: SRT N.º PROJ.: 3	CAP. 50 O.R.	12 892	4 118	16 150	0	0	0	33 160
Biblioteca de Documentação Contemporânea	TOTAL	3 571	581	4 750	0	0	0	8 902
1997-00	CAP. 50 O.R.	3 571	581	4 750	0	0	0	8 902
Arquivo Regional	TOTAL	7 700	3 121	9 500	0	0	0	20 321
1995-00	CAP. 50 O.R.	7 700	3 121	9 500	0	0	0	20 321
Biblioteca de Culturas Estrangeiras	TOTAL	1 621	416	1 900	0	0	0	3 937
1997-00	CAP. 50 O.R.	1 621	416	1 900	0	0	0	3 937
FESTIVAIS CULTURAIS	TOTAL	36 080	22 961	49 600	0	0	0	108 641
SE: SRT N.º PROJ.: 4	CAP. 50 O.R.	36 080	22 961	49 600	0	0	0	108 641
Festival de Música da Madeira	TOTAL	20 470	18 528	19 000	0	0	0	57 998
1992-00	CAP. 50 O.R.	20 470	18 528	19 000	0	0	0	57 998
Festival "Poesia no Porto Santo"	TOTAL	0	0	9 500	0	0	0	9 500
1999-00	CAP. 50 O.R.	0	0	9 500	0	0	0	9 500
N Festival Colombo (Porto Santo)	TOTAL	0	0	7 600	0	0	0	7 600
2000-00	CAP. 50 O.R.	0	0	7 600	0	0	0	7 600
Outros Festivais (Regionais)	TOTAL	15 610	4 433	13 500	0	0	0	33 543
1998-00	CAP. 50 O.R.	15 610	4 433	13 500	0	0	0	33 543
DIVULGAÇÃO E APOIO À ACTIV. ARTÍSTICA E CULTURAL	TOTAL	244 403	187 945	308 750	0	0	0	741 098
SE: SRT N.º PROJ.: 4	CAP. 50 O.R.	244 403	187 945	308 750	0	0	0	741 098

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total
Publicação de Edições Culturais	TOTAL	24 627	24 065	28 500	0	0	0	77 192
1994-00	CAP. 50 O.R	24 627	24 065	28 500	0	0	0	77 192
Divulgação da Actividade Artística	TOTAL	34 776	17 981	23 750	0	0	0	76 507
1995-00	CAP. 50 O.R	34 776	17 981	23 750	0	0	0	76 507
Apoio a Iniciativas Culturais	TOTAL	185 000	54 249	66 500	0	0	0	305 749
1996-00	CAP. 50 O.R	185 000	54 249	66 500	0	0	0	305 749
Apoio à Descentralização Cultural	TOTAL	0	91 650	190 000	0	0	0	281 650
1998-00	CAP. 50 O.R	0	91 650	190 000	0	0	0	281 650
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	78 832	3 712	20 805	0	0	103 349
		CAP. 50 O.R	78 832	3 712	20 805	0	0	103 349
MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SEC. REG. DO TURISMO E CULTURA	TOTAL	77 852	3 712	19 475	0	0	0	101 039
	CAP. 50 O.R	77 852	3 712	19 475	0	0	0	101 039
SE: SRT								
Beneficiação do Edifício da SRTC	TOTAL	62 386	543	14 250	0	0	0	77 179
1992-00	CAP. 50 O.R	62 386	543	14 250	0	0	0	77 179
Informatização	TOTAL	15 466	3 169	5 225	0	0	0	23 860
1992-00	CAP. 50 O.R	15 466	3 169	5 225	0	0	0	23 860
PROJECTOS DE COOPERAÇÃO NOS DOMÍNIOS DO TURISMO E DA CULTURA	TOTAL	980	0	1 330	0	0	0	2 310
	CAP. 50 O.R	980	0	1 330	0	0	0	2 310
SE: SRT								
Projectos de Cooperação com as RUP's	TOTAL	0	0	665	0	0	0	665
1997-00	CAP. 50 O.R	0	0	665	0	0	0	665
Outros Projectos de Cooperação	TOTAL	980	0	665	0	0	0	1 645
1997-00	CAP. 50 O.R	980	0	665	0	0	0	1 645

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							Total
	Executado até 1998	1999 (Exec. até 31 Out.)	2000	2001	2002	Anos Seguintes		
Implementação, Controlo e Avaliação das Acções de Emprego	TOTAL	91 106	22 863	85 000	88 250	98 175	112 902	499 296
1997-03	CAP. 50 O.R.	91 106	22 863	85 000	88 250	98 175	112 902	499 296
COFIN	POFRAM							
Formação Emprego para Jovens	TOTAL	71 454	14 295	25 000	25 250	28 875	33 207	199 081
1999-03	CAP. 50 O.R.	71 454	14 295	25 000	25 250	28 875	33 207	199 081
COFIN	POFRAM							
Formação Emprego para Adultos	TOTAL	71 454	10 545	25 000	26 250	28 875	33 207	195 331
1999-03	CAP. 50 O.R.	71 454	10 545	25 000	26 250	28 875	33 207	195 331
COFIN	POFRAM							
Experiência do Trabalho para Jovens	TOTAL	0	33 755	50 000	52 500	57 750	66 413	260 418
1997-03	CAP. 50 O.R.	0	33 755	50 000	52 500	57 750	66 413	260 418
COFIN	POFRAM							
Acções de Formação Profissional (ILE's/ ACPE/ CPE/ AD)	TOTAL	0	0	20 000	21 000	23 100	26 565	90 665
1999-03	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	21 000	23 100	26 565	90 665
COFIN	POFRAM							
Programa Ocupacional de Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido	TOTAL	0	0	28 000	29 400	32 340	37 191	126 931
1999-03	CAP. 50 O.R.	0	0	28 000	29 400	32 340	37 191	126 931
COFIN	POFRAM							
N Programa Vida/ Emprego	TOTAL	0	0	20 000	21 000	23 100	26 565	90 665
2000-03	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	21 000	23 100	26 565	90 665
COFIN	POFRAM							
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL	10 515	2 021	6 508	6 835	7 519	8 647	42 045
	CAP. 50 O.R.	10 515	2 021	6 508	6 835	7 519	8 647	42 045
INFRAESTRUTURAS PARA ACTIVIDADES RECREATIVAS E DESPORTIVAS	TOTAL	10 515	2 021	6 508	6 835	7 519	8 647	42 045
SE: SRAPC	CAP. 50 O.R.	10 515	2 021	6 508	6 835	7 519	8 647	42 045
Nº. PROJ: 1								
Infraestruturas para Actividades Recreativas e Desportivas	TOTAL	10 515	2 021	6 508	6 835	7 519	8 647	42 045
1998-00	CAP. 50 O.R.	10 515	2 021	6 508	6 835	7 519	8 647	42 045
SECTOR: CULTURA	TOTAL	31 671	5 378	17 100	17 955	19 751	22 714	114 569
	CAP. 50 O.R.	31 671	5 378	17 100	17 955	19 751	22 714	114 569
ACÇÕES DE APOIO ÀS COMUNIDADES MADEIRENSES	TOTAL	31 671	5 378	17 100	17 955	19 751	22 714	114 569
SE: SRAPC	CAP. 50 O.R.	31 671	5 378	17 100	17 955	19 751	22 714	114 569
Nº. PROJ: 1								
Acções de Apoio Junto das Comunidades Madeirenses	TOTAL	31 671	5 378	17 100	17 955	19 751	22 714	114 569
1998-00	CAP. 50 O.R.	31 671	5 378	17 100	17 955	19 751	22 714	114 569
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	391	0	950	1 000	1 100	1 265	4 706
	CAP. 50 O.R.	391	0	950	1 000	1 100	1 265	4 706
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL AFFECTO SEC. REG. DOS RECURSOS HUMANOS	TOTAL	391	0	950	1 000	1 100	1 265	4 706
SE: SRAPC	CAP. 50 O.R.	391	0	950	1 000	1 100	1 265	4 706
Nº. PROJ: 1								
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da DRRH	TOTAL	391	0	950	1 000	1 100	1 265	4 706
2000-00	CAP. 50 O.R.	391	0	950	1 000	1 100	1 265	4 706

DESIGNAÇÃO			PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
			Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total
N CIBBE - Câmbio Inteligente do Pessoal da Educação	TOTAL	0	0	4 750	10 000	50 000	335 250	400 000	
	CAP. 50 O.R.	0	0	4 750	10 000	50 000	335 250	400 000	
2000-06	COFIN	POPRAM							
N Gluxu - Gestão Documental e Processual Integrada	TOTAL	0	0	4 750	45 000	190 000	260 250	500 000	
	CAP. 50 O.R.	0	0	4 750	45 000	190 000	260 250	500 000	
2000-06	COFIN	POPRAM							
N Edumatica - Canal Temático de TV Educação	TOTAL	0	0	14 250	76 000	250 000	409 750	750 000	
	CAP. 50 O.R.	0	0	14 250	76 000	250 000	409 750	750 000	
2000-06	COFIN	POPRAM							
N Sítio da Educação - Madeira Edu	TOTAL	0	0	19 000	30 000	30 000	81 000	160 000	
	CAP. 50 O.R.	0	0	19 000	30 000	30 000	81 000	160 000	
2000-06	COFIN	POPRAM							
REEQUIPAMENTO DO CENTRO DE RECURSOS EDUCATIVOS	TOTAL	15 353	2 499	4 275	0	0	0	22 127	
	CAP. 50 O.R.	15 353	2 499	4 275	0	0	0	22 127	
SE: SRE	Nº. PROJ.S: 1								
Reequipamento do Centro de Recursos Educativos	TOTAL	15 353	2 499	4 275	0	0	0	22 127	
	CAP. 50 O.R.	15 353	2 499	4 275	0	0	0	22 127	
1994-00	COFIN	POPRAM							
FORMAÇÃO DE PROFESSORES	TOTAL	131 883	37 164	47 310	0	0	0	216 357	
	CAP. 50 O.R.	131 883	37 164	47 310	0	0	0	216 357	
SE: SRE	Nº. PROJ.S: 3								
Metodologias	TOTAL	53 648	8 332	9 500	0	0	0	71 480	
	CAP. 50 O.R.	53 648	8 332	9 500	0	0	0	71 480	
1996-00	COFIN	POPRAM							
Áreas Técnicas e Tecnológicas	TOTAL	36 696	15 179	14 155	0	0	0	66 030	
	CAP. 50 O.R.	36 696	15 179	14 155	0	0	0	66 030	
1995-00	COFIN	POPRAM							
Projectos de Inovação Educacional	TOTAL	41 539	13 653	23 655	0	0	0	78 847	
	CAP. 50 O.R.	41 539	13 653	23 655	0	0	0	78 847	
1996-00	COFIN	POPRAM							
EDUCAÇÃO PERMANENTE	TOTAL	52 209	11 094	11 087	0	0	0	74 390	
	CAP. 50 O.R.	52 209	11 094	11 087	0	0	0	74 390	
SE: SRE	Nº. PROJ.S: 1								
Acções de Educação Permanente	TOTAL	52 209	11 094	11 087	0	0	0	74 390	
	CAP. 50 O.R.	52 209	11 094	11 087	0	0	0	74 390	
1989-00	COFIN	POPRAM							
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À EDUCAÇÃO ESPECIAL	TOTAL	130 618	27 991	61 750	67 500	67 500	67 500	422 859	
	CAP. 50 O.R.	130 618	27 991	61 750	67 500	67 500	67 500	422 859	
SE: SRE	Nº. PROJ.S: 3								
Formação de Pessoal Docente e Técnico	TOTAL	99 157	20 950	47 500	47 500	47 500	47 500	310 107	
	CAP. 50 O.R.	99 157	20 950	47 500	47 500	47 500	47 500	310 107	
1994-03	COFIN	POPRAM							
Formação Contínua	TOTAL	19 066	2 694	7 125	10 000	10 000	10 000	58 885	
	CAP. 50 O.R.	19 066	2 694	7 125	10 000	10 000	10 000	58 885	
1994-03	COFIN	POPRAM							
Programa Regional de Apoio aos Sobredotados	TOTAL	12 395	4 347	7 125	10 000	10 000	10 000	53 867	
	CAP. 50 O.R.	12 395	4 347	7 125	10 000	10 000	10 000	53 867	
1997-03	COFIN	POPRAM							
FORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DE DEFICIENTES	TOTAL	779 129	133 798	247 000	300 000	300 000	300 000	2 059 927	
	CAP. 50 O.R.	779 129	133 798	247 000	300 000	300 000	300 000	2 059 927	
SE: SRE	Nº. PROJ.S: 3								
Formação Pré-Profissional de Deficientes	TOTAL	29 971	8 377	19 000	20 000	20 000	20 000	117 348	
	CAP. 50 O.R.	29 971	8 377	19 000	20 000	20 000	20 000	117 348	
1989-03	COFIN	POPRAM							
Formação Profissional de Deficientes	TOTAL	591 344	97 506	142 500	180 000	180 000	180 000	1 371 350	
	CAP. 50 O.R.	591 344	97 506	142 500	180 000	180 000	180 000	1 371 350	
1994-03	COFIN	POPRAM							
Integração Profissional de Deficientes	TOTAL	157 814	27 915	85 500	100 000	100 000	100 000	571 229	
	CAP. 50 O.R.	157 814	27 915	85 500	100 000	100 000	100 000	571 229	
1994-03	COFIN	POPRAM							
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA DEFICIENTES	TOTAL	490 379	44 058	147 250	155 000	155 000	160 000	1 151 687	
	CAP. 50 O.R.	490 379	44 058	147 250	155 000	155 000	160 000	1 151 687	
SE: SRE	Nº. PROJ.S: 3								
Instalação de Centros Psico-Pedagógicos	TOTAL	152 529	23 987	52 250	55 000	55 000	55 000	393 766	
	CAP. 50 O.R.	152 529	23 987	52 250	55 000	55 000	55 000	393 766	
1994-03	COFIN	POPRAM							

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total
Equipamento de Estabelecimentos de Jovens Deficientes e Serviços de Apoio	TOTAL CAP. 50 O.R.	337 850	20 071	76 000	80 000	80 000	80 000	673 921
1987-03		337 850	20 071	76 000	80 000	80 000	80 000	673 921
Habituação Social para Jovens e Adultos Deficientes	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	0	19 000	20 000	20 000	25 000	84 000
1997-03		0	0	19 000	20 000	20 000	25 000	84 000
SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL		TOTAL CAP. 50 O.R.	14 622 287	5 337 481	4 259 600	4 796 775	5 286 618	20 564 662
			3 183 965	907 978	1 513 500	1 656 425	1 700 231	13 460 235
IMPLEMENTAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO DE ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 558 498	493 000	684 000	800 000	800 000	3 199 502	8 535 000
SE: SRE Nº. PROJ: 1		2 558 498	493 000	684 000	800 000	800 000	3 199 502	8 535 000
Implementação Controle e Avaliação de Acções de Formação Profissional	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 558 498	493 000	684 000	800 000	800 000	3 199 502	8 535 000
1994-06 COFN POPRAM		2 558 498	493 000	684 000	800 000	800 000	3 199 502	8 535 000
PROGRAMAS POR INICIATIVA DE OUTREM-FSE	TOTAL CAP. 50 O.R.	11 238 666	4 307 694	2 547 975	2 923 100	3 354 100	15 511 400	39 882 935
SE: Fundo Autónomo FSE Nº. PROJ: 1		1 300	1 160	2 375	2 500	2 500	10 000	19 835
Programas Por Iniciativa de Outrem-FSE	TOTAL CAP. 50 O.R.	11 238 666	4 307 694	2 547 975	2 923 100	3 354 100	15 511 400	39 882 935
1997-06 COFN		1 300	1 160	2 375	2 500	2 500	10 000	19 835
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA DE HOTELARIA DA MADEIRA	TOTAL CAP. 50 O.R.	496 855	339 009	827 500	868 875	912 318	957 933	4 402 490
SE: EHTM Nº. PROJ: 1		438 087	295 523	712 500	748 125	785 531	824 807	3 804 573
Acções de Formação Profissional na EHTM	TOTAL CAP. 50 O.R.	496 855	339 009	827 500	868 875	912 318	957 933	4 402 490
1999-03 COFN		438 087	295 523	712 500	748 125	785 531	824 807	3 804 573
PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO INTERREGIONAL NO DOMÍNIO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DO EMPREGO	TOTAL CAP. 50 O.R.	192 231	105 978	114 000	132 000	144 000	576 000	1 264 209
SE: SRE Nº. PROJ: 3		50 033	26 495	28 500	33 000	35 000	144 000	318 028
Programa "Leonardo Da Vinci"	TOTAL CAP. 50 O.R.	45 000	27 989	28 500	33 000	36 000	144 000	314 489
1995-06 COFN PC-FSE		11 250	6 997	7 125	8 250	9 000	36 000	78 622
Programa "Equal"	TOTAL CAP. 50 O.R.	102 231	50 000	57 000	66 000	72 000	288 000	635 231
1996-06 COFN PC-CIC		27 533	12 500	14 250	16 500	18 000	72 000	160 783
Outros Programas Comunitários	TOTAL CAP. 50 O.R.	45 000	27 989	28 500	33 000	36 000	144 000	314 489
1996-06 COFN PC-CIC		11 250	6 997	7 125	8 250	9 000	36 000	78 622
CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL CAP. 50 O.R.	18 366	59 800	26 750	0	0	0	104 916
SE: SRE Nº. PROJ: 2		18 366	59 800	26 750	0	0	0	104 916
Construção da Oficina de Canalização	TOTAL CAP. 50 O.R.	18 366	59 800	14 250	0	0	0	92 416
1998-00		18 366	59 800	14 250	0	0	0	92 416
Construção do Centro de Formação de Comércio e Serviços	TOTAL CAP. 50 O.R.	0	0	12 500	0	0	0	12 500
1997-00		0	0	12 500	0	0	0	12 500
ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO POPRAM - COMPONENTE FSE	TOTAL CAP. 50 O.R.	117 681	32 000	59 375	72 800	76 200	319 827	677 883
SE: SRE Nº. PROJ: 3		117 681	32 000	59 375	72 800	76 200	319 827	677 883
Monitorização do Sub-Programa	TOTAL CAP. 50 O.R.	49 764	10 000	38 000	42 000	43 600	179 500	362 864
1994-06 COFN POPRAM		49 764	10 000	38 000	42 000	43 600	179 500	362 864
Funcionamento da Comissão de Gestão	TOTAL CAP. 50 O.R.	16 153	12 000	14 250	20 500	22 000	95 000	179 903
1994-06 COFN POPRAM		16 153	12 000	14 250	20 500	22 000	95 000	179 903
Estudos, Publicidade e Promoção	TOTAL CAP. 50 O.R.	51 764	10 000	7 125	10 300	10 600	45 327	135 116
1994-06 COFN POPRAM		51 764	10 000	7 125	10 300	10 600	45 327	135 116
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES		TOTAL CAP. 50 O.R.	14 815 559	4 363 170	4 151 500	5 000 000	5 000 000	38 330 229
			14 815 559	4 363 170	4 151 500	5 000 000	5 000 000	38 330 229

QUADRO III - 8

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS E PARLAMENTARES

(CONTOS)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
	Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	1 859 002 1 827 589	249 298 249 298	2 051 876 1 708 698	0 0	0 0	0 0	4 160 176 3 785 585
PROJECTOS EM CURSO	1 859 002 1 827 589	249 298 249 298	1 673 850 1 507 600	0 0	0 0	0 0	3 782 150 3 584 487
PROJECTOS NOVOS	0 0	0 0	378 026 201 098	0 0	0 0	0 0	378 026 201 098
SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL	104 742	14 010	52 250	0	0	171 002
	CAP. 50 O.R.	104 742	14 010	29 088	0	0	147 840
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DA SRAS-SFPP	TOTAL	104 742	14 010	25 000	0	0	143 752
	CAP. 50 O.R.	104 742	14 010	25 000	0	0	143 752
SE: SRAS Nº PROJ: 1							
Formação e Aperf. Profissional do Pessoal - SFPP	TOTAL	104 742	14 010	25 000	0	0	143 752
	CAP. 50 O.R.	104 742	14 010	25 000	0	0	143 752
COFIN POPRAM 1994-00							
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL		0	0	13 000	0	0	13 000
		0	0	1 950	0	0	1 950
SE: CHF Nº PROJ: 1							
N Formação e Aperfeiçoamento Profissional no C H F	TOTAL	0	0	13 000	0	0	13 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	1 950	0	0	1 950
COFIN POPRAM 2000-00							
FORMAÇÃO ESPECIALIZADA DE ENFERMEIROS	TOTAL	0	0	14 250	0	0	14 250
	CAP. 50 O.R.	0	0	2 138	0	0	2 138
SE: ESEM Nº PROJ: 1							
N Formação Especializada de Enfermeiros	TOTAL	0	0	14 250	0	0	14 250
	CAP. 50 O.R.	0	0	2 138	0	0	2 138
COFIN POPRAM 2000-00							
SECTOR: SAÚDE	TOTAL	1 446 441	85 338	1 411 710	0	0	2 943 489
	CAP. 50 O.R.	1 446 441	85 338	1 265 410	0	0	2 787 189
PROGRAMAS REGIONAIS PARA A SAÚDE	TOTAL	26 743	39 888	88 350	0	0	154 981
	CAP. 50 O.R.	26 743	39 888	88 350	0	0	154 981
SE: SRAS Nº PROJ: 8							
"Projecto Vida"	TOTAL	17 895	29 344	33 250	0	0	80 489
	CAP. 50 O.R.	17 895	29 344	33 250	0	0	80 489
1997-00							
"Prevenção contra o cancro"	TOTAL	2 123	1 611	4 750	0	0	8 484
	CAP. 50 O.R.	2 123	1 611	4 750	0	0	8 484
1997-00							
Prevenção da SIDA	TOTAL	1 433	2 050	3 800	0	0	7 283
	CAP. 50 O.R.	1 433	2 050	3 800	0	0	7 283
1997-00							
"Alimentação" - Estudo para o Diagnóstico dos Hábitos Alimentares	TOTAL	1 337	968	3 800	0	0	6 105
	CAP. 50 O.R.	1 337	968	3 800	0	0	6 105
1997-00							
Implementação na RAM do Projecto "DIABICARE"	TOTAL	145	1 194	2 375	0	0	3 714
	CAP. 50 O.R.	145	1 194	2 375	0	0	3 714
1997-00							
Implementação do Cartão de Utente	TOTAL	0	0	28 500	0	0	28 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	28 500	0	0	28 500
1997-00							
Investigação e Qualidade da Saúde	TOTAL	3 810	4 721	7 125	0	0	15 656
	CAP. 50 O.R.	3 810	4 721	7 125	0	0	15 656
1997-00							
N Fondas Palatinas	TOTAL	0	0	4 750	0	0	4 750
	CAP. 50 O.R.	0	0	4 750	0	0	4 750
2000-00							
PROGRAMAS REGIONAIS DE SAÚDE	TOTAL	0	0	142 500	0	0	142 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	142 500	0	0	142 500
SE: CRS Nº PROJ: 1							
Programas Regionais de Saúde	TOTAL	0	0	142 500	0	0	142 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	142 500	0	0	142 500
1998-00							

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO MODAR							
	Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes	Total	
BENEFICIAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFÍCIOS DO CENTRO REGIONAL DE SAÚDE	TOTAL	316 007	45 450	639 360	0	0	0	1 000 817
	CAP. 50 O.R	316 007	45 450	639 360	0	0	0	1 000 817
SE: CRS	Nº PROJ: 5							
Apetrechamento dos Centros de Saúde	TOTAL	44 058	22 118	95 000	0	0	0	161 176
1998-00	CAP. 50 O.R	44 058	22 118	95 000	0	0	0	161 176
Remodelação e Ampliação de Centros de Saúde	TOTAL	271 949	23 332	475 000	0	0	0	770 281
1999-00	CAP. 50 O.R	271 949	23 332	475 000	0	0	0	770 281
N Remodelação do Centro de Saúde Dr. Agostinho Cardoso	TOTAL	0	0	28 500	0	0	0	28 500
2000-00	CAP. 50 O.R	0	0	28 500	0	0	0	28 500
N Remodelação do Laboratório de Saúde Pública	TOTAL	0	0	28 500	0	0	0	28 500
2000-00	CAP. 50 O.R	0	0	28 500	0	0	0	28 500
N Equipamento para os Programas Regionais de Saúde	TOTAL	0	0	12 360	0	0	0	12 360
2000-00	CAP. 50 O.R	0	0	12 360	0	0	0	12 360
AMPLIAÇÃO, RENOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS ESTRUTURAS HOSPITALARES	TOTAL	1 103 691	0	541 500	0	0	0	1 645 191
	CAP. 50 O.R	1 103 691	0	395 200	0	0	0	1 498 891
SE: CHF	Nº PROJ: 7							
Infraestruturas de Apoio (Instalações Físicas e Técnicas)	TOTAL	397 782	0	114 000	0	0	0	511 782
1994-00	CAP. 50 O.R	397 782	0	114 000	0	0	0	511 782
Modernização dos Meios Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica	TOTAL	314 737	0	114 000	0	0	0	428 737
1994-00	CAP. 50 O.R	314 737	0	114 000	0	0	0	428 737
Modernização dos Serviços de Apoio às Áreas Médicas	TOTAL	261 619	0	28 500	0	0	0	290 119
1994-00	CAP. 50 O.R	261 619	0	28 500	0	0	0	290 119
Acolhimento e Atendimento de Doentes	TOTAL	129 553	0	19 000	0	0	0	148 553
1994-00	CAP. 50 O.R	129 553	0	19 000	0	0	0	148 553
Implementação do Plano Director do Centro Hospitalar do Funchal	TOTAL	0	0	19 000	0	0	0	19 000
COFIN POPRAM	CAP. 50 O.R	0	0	5 700	0	0	0	5 700
1995-00								
Internamentos de Longa Duração - Hospital Dr. João de Almada	TOTAL	0	0	190 000	0	0	0	190 000
COFIN POPRAM	CAP. 50 O.R	0	0	57 000	0	0	0	57 000
1997-00								
N Equipamento para o Desenvolvimento dos Serviços e Tecnologias	TOTAL	0	0	57 000	0	0	0	57 000
2000-00	CAP. 50 O.R	0	0	57 000	0	0	0	57 000
SECTOR: SEGURANÇA SOCIAL	TOTAL	54 170	9 950	38 000	0	0	0	102 120
	CAP. 50 O.R	54 170	9 950	38 000	0	0	0	102 120
ESTRUTURAS E ACÇÕES DE APOIO SOCIAL	TOTAL	54 170	9 950	38 000	0	0	0	102 120
SE: SRAS	Nº PROJ: 1	54 170	9 950	38 000	0	0	0	102 120
Apoio a Famílias e Instituições Particulares de Solidariedade Social (Gab. Soc.)	TOTAL	54 170	9 950	38 000	0	0	0	102 120
1997-00	CAP. 50 O.R	54 170	9 950	38 000	0	0	0	102 120
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	TOTAL	113 649	0	180 500	0	0	0	294 149
	CAP. 50 O.R	82 236	0	114 000	0	0	0	196 236
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA SAÚDE DA RAM	TOTAL	113 649	0	180 500	0	0	0	294 149
SE: SRAS	Nº PROJ: 2	82 236	0	114 000	0	0	0	196 236
N RISM - Rede Integrada Saúde Madeira (CHF)	TOTAL	0	0	95 000	0	0	0	95 000
COFIN POPRAM	CAP. 50 O.R	0	0	28 500	0	0	0	28 500
2000-00								
Sistemas de Informação da Saúde (CRS)	TOTAL	113 649	0	85 500	0	0	0	199 149
1994-00	CAP. 50 O.R	82 236	0	85 500	0	0	0	167 736

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							Total
	Executado até 1998	1999 Exec. até 31 Out.	2000	2001	2002	Anos Seguintes		
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	140 000	140 000	369 416	0	0	0	649 416
	CAP. 50 O.R	140 000	140 000	252 200	0	0	0	542 200
PROTECÇÃO CIVIL	TOTAL	0	0	198 416	0	0	0	198 416
SE SRPC	CAP. 50 O.R	0	0	91 200	0	0	0	91 200
Nº PROJUS: 7								
Viaturas Rápidas de Intervenção	TOTAL	0	0	45 000	0	0	0	45 000
1998-00	CAP. 50 O.R	0	0	45 000	0	0	0	45 000
Aquisição de Auto-tanques Pesados (SRPC)	TOTAL	0	0	250	0	0	0	250
1998-00	CAP. 50 O.R	0	0	250	0	0	0	250
N Aquisição de Equipamento de Socorro (SRPC)	TOTAL	0	0	47 500	0	0	0	47 500
2000-00	CAP. 50 O.R	0	0	14 250	0	0	0	14 250
COFN POPRAM								
N Construção do Campo Escola (SRPC)	TOTAL	0	0	28 500	0	0	0	28 500
2000-00	CAP. 50 O.R	0	0	8 550	0	0	0	8 550
COFN POPRAM								
N Desenvolvimento de Estudos Técnicos (SRPC)	TOTAL	0	0	9 500	0	0	0	9 500
2000-00	CAP. 50 O.R	0	0	2 850	0	0	0	2 850
COFN POPRAM								
Sistema Integrado de Telecomunicações (SRPC)	TOTAL	0	0	28 500	0	0	0	28 500
1998-00	CAP. 50 O.R	0	0	8 550	0	0	0	8 550
COFN POPRAM								
N Construção de Instalações de Apoio ao Sistema de Protecção (SRPC)	TOTAL	0	0	39 166	0	0	0	39 166
2000-00	CAP. 50 O.R	0	0	11 750	0	0	0	11 750
COFN POPRAM								
APOIO À CONSTRUÇÃO DE QUARTÉIS DE BOMBEIROS	TOTAL	140 000	140 000	171 000	0	0	0	451 000
SE: SRAS	CAP. 50 O.R	140 000	140 000	171 000	0	0	0	451 000
Nº PROJUS: 1								
Apoio à Construção de Quartéis de Bombeiros (SRPC)	TOTAL	140 000	140 000	171 000	0	0	0	451 000
1998-00	CAP. 50 O.R	140 000	140 000	171 000	0	0	0	451 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Governo Regional